

**SAMUEL CARDOSO SANTANA**

***O que há de errado com o mundo: uma análise retórica dos paradoxos de  
Chesterton***

Dissertação apresentada à Universidade de Franca, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Flávia Figueiredo

**FRANCA  
2015**

**Catálogo na fonte – Biblioteca Central da Universidade de Franca**

S223q

Santana, Samuel Cardoso

O que há de errado com o mundo : uma análise retórica dos paradoxos de Chesterton / Samuel Cardoso Santana ; orientador: Maria Flávia Figueiredo. – 2015

110 f. : 30 cm.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Franca

Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestre em Linguística

1. Linguística – Retórica. 2. Paradoxo. 3. Chesterton. 4. Figuras retóricas. I. Universidade de Franca. II. Título.

CDU – 801:82.085

SAMUEL CARDOSO SANTANA

***O que há de errado com o mundo: uma análise retórica dos paradoxos de  
Chesterton***

COMISSÃO JULGADORA DO PROGRAMA DE MESTRADO EM  
LINGUÍSTICA

Presidente: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Flávia Figueiredo  
Universidade de Franca

Titular 1: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana Ferrareto Lourenço Rodrigues  
IFSP-SBV

Titular 2: Prof. Dr. Fernando Aparecido Ferreira  
Universidade de Franca

Franca, 27 de março de 2015.

**DEDICO** este trabalho a Nosso Senhor Jesus Cristo, por quem recebi tudo que tenho, e agora retribuo, pelas mãos de Maria Santíssima Sua Mãe e Nossa Senhora, a quem sou consagrado como escravo que, obedecendo à Mãe, obedece duas vezes ao Filho.

## AGRADECIMENTOS

Nada do que se passou nos últimos dois anos de labuta intelectual ocorreria se não fosse pela fé que tive em Deus, Nosso Senhor, e na intercessão de Nossa Senhora, a qual agradeço profundamente desde o mais interior de minha alma, com as palavras de minha consagração a Ela: *Sub tuum praesidium confugimus, Sancta Dei genatrix, totus tuus ego sum et omnia mea Tua sunt*. Nada do que foi feito está fora de Suas mãos, as quais tudo levam a Cristo;

Agradeço à minha família, especialmente meu pai, pelo apoio dado ao longo do curso, de minha vida e do mestrado;

O presente trabalho teve apoio, orientação e ajuda de minha querida orientadora, professora Maria Flávia Figueiredo, a qual agradeço pela constante ajuda, quando não socorro nos momentos em que quase precisei deixar o curso. Não seria possível realizar tal trabalho sem sua sincera e cordial orientação;

Agradeço ainda o apoio dos demais professores do Programa de Mestrado em Linguística da Universidade de Franca, pelos ensinamentos;

Por fim, agradeço a todos que fazem parte do grupo PARE, Pesquisa em Argumentação e Retórica, pelas discussões importantes para o crescimento intelectual e pelo convívio.

## RESUMO

SANTANA, Samuel Cardoso. *O que há de errado com o mundo*: uma análise retórica dos paradoxos de Chesterton. Franca: 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Franca.

O estilo do escritor inglês Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) é marcado pela presença dos paradoxos, usados na argumentação, persuasão e estilística. Através dessa retórica, Chesterton debateu com grandes intelectuais da época, como George B. Shaw e Bertrand Russell. O *corpus* analisado neste trabalho é *O que há de errado com o mundo*. É um exemplo da retórica chestertoniana, traz traços de sua maturidade como escritor, é um livro de debate, no qual se destaca o paradoxo como forma retórica. O livro foi publicado em 1910 e teve recente tradução feita por Luíza de Castro Monteiro Silva Dutra. São vários ensaios sobre temas polêmicos da época. Toda a argumentação é marcada pela ironia, desvelada pelos paradoxos, além do uso constante de metáforas que permitem uma apreciação para diversos tipos de leitores. O objetivo do presente trabalho é identificar os elementos retóricos presentes nos paradoxos utilizados na obra, de forma a identificar os efeitos patéticos, por meio de uma análise da argumentação, procurando possíveis sofismas. Os paradoxos utilizados são irônicos e formam um diálogo com o leitor, que acaba por se fixar no escrito pelas reações patéticas despertadas. Por meio de Meyer (1994, 2000, 2007a, 2007b), verificar-se-ão as emoções suscitadas pelos paradoxos chestertonianos; com Schopenhauer (1997, 2001, 2003, 2005) e Aristóteles (2010, 2011), os possíveis sofismas. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Lausberg (1972), Reboul (2004), Beristáin (1995) e Fiorin (2014) tratam das figuras necessárias para abordar aspectos diversos que permeiam a construção dos paradoxos, tais como: ironia, antítese, alegoria. A metodologia aplicada parte da leitura e detecção dos paradoxos; em seguida, por meio de um estudo qualitativo-comparativo, efetua-se a análise dos paradoxos encontrados, classificando-os quanto à forma e à estrutura, quanto ao objetivo e aos artifícios patéticos. A análise permitiu observar que Chesterton usou os paradoxos como argumentos de ataque com maior frequência do que como forma de refutação das teses do oponente, o que ficou evidenciado pela recorrência de paixões negativas suscitadas no auditório com relação ao oponente e à recorrência no uso da ironia. Quanto ao sofisma, Chesterton recorreu a apenas um ao longo do *corpus* analisado.

**Palavras-chave:** paradoxo; retórica; Chesterton; figuras retóricas.

## ABSTRACT

SANTANA, Samuel Cardoso. *O que há de errado com o mundo*: uma análise retórica dos paradoxos de Chesterton. Franca: 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Franca.

The style of the English writer Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) is marked by the presence of the paradoxes, used in the argumentation, persuasion and stylistic. By this rhetoric, Chesterton debated with great intellectuals from his time such as George B. Shaw and Bertrand Russell. The *corpus* analyzed in this work is *O que há de errado com o mundo*. It's an example of Chesterton's rhetoric, it brings marks of the writer's maturity, it's a book of debate, on which stands out with the rhetoric form. The book was published in 1910 and had a recent translation to Portuguese by Luíza de Castro Monteiro Silva Dutra. There are many essays of polemical themes of his time. All argumentation is marked by the irony, uncovered by paradoxes, beyond the constant use of metaphors that permits an appreciation for many kinds of readers. The objective of this work is to identify the rhetorical elements present on the paradoxes used on the work, identify the pathetic elements, by an argumentation's analysis, trying to find sophisms. The paradoxes used are ironic and make a dialog with the auditory, who sets himself on the writing by the pathetic reactions aroused. By Meyer (1994, 2000, 2007a, 2007b), will be make a verification of the emotions evoked by Chesterton's paradoxes; with Schopenhauer (1997, 2001, 2003, 2005) and Aristóteles (2010, 2011), the possible sophisms. Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005), Lausberg (1972), Reboul (2004), Beristáin (1995) and Fiorin (2014) treat the figures necessary for the approach of many aspects that make the construction of the paradoxes, like irony, antithesis, allegory. The methodology applied parts from the lecture and detection of the paradoxes; by a qualitative-quantitative study, it is performed the analysis of the paradoxes found, classifying then by the form and the structure, by the objective and the pathetic devices. The analysis allowed to observe that Chesterton used the paradoxes like attack's arguments with major frequency than like refutation forms from the opponent's thesis, which was evidenced by the recurrence of the negative passions raised on the auditory by relation to the opponent and to the recurrence on the use of irony. As the sophistrie, Chesterton recurred to only one along the *corpus* analyzed.

**Key words:** paradox; rhetoric; Chesterton; rhetorical figures.

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>Tabela 1</b> – Análise quantitativa de cada ensaio	82
<b>Gráfico 1</b> – Recorrência de figuras	84
<b>Gráfico 2</b> – Recorrência de paixões	86



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA RETÓRICA E SEU DESENVOLVIMENTO</b> .....	15
1.1 – Aristóteles e o estudo da retórica .....	15
1.1.1 – Gêneros da retórica.....	17
1.1.2 – <i>Ethos, logos e pathos</i> .....	17
1.1.3 – Aplicação da retórica.....	18
1.1.4 – Os sofismas.....	19
1.2 – A retórica na Roma Antiga.....	22
1.3 – A retórica para os escolásticos.....	23
1.4 – A decadência dos estudos retóricos na modernidade.....	24
1.5 – A Nova Retórica de Perelman e a recuperação dos estudos retóricos.....	24
1.5.1 – O discurso, o orador e o auditório.....	25
1.5.2 – Argumentação.....	25
1.5.3 – As figuras de retórica.....	29
1.5.4 – As modalidades gramaticais.....	30
1.5.5 – As técnicas argumentativas.....	31
1.6 – Michel Meyer e a problematização.....	38
<b>CAPÍTULO 2 – AS FIGURAS RETÓRICAS E O CONCEITO DE PARADOXO</b> .....	43
<b>CAPÍTULO 3 – O USO DOS PARADOXOS POR GILBERT KEITH CHESTERTON</b> .....	56
3.1 – Autor e obra .....	56
3.1.1 – Pensamento.....	59
3.1.2 – O <i>corpus</i> .....	60
3.2 Procedimentos de análise.....	62
3.3.1 Análise do ensaio “A história de Hudge e Gudge” .....	62
3.3.2 Análise do ensaio “A louca necessidade” .....	68
3.3.3 Análise do ensaio “A sufragista amilitar” .....	72
3.3.4 Análise do ensaio “A verdade sobre a educação” .....	76
3.3.5 Análise do ensaio “A falácia do bengaleiro” .....	78
3.4 Análise quantitativa .....	82

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>ANEXOS</b> .....	94

## INTRODUÇÃO

A obra de Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) marca presença na literatura inglesa e na discussão filosófica do início de século XX, além de influenciar gerações posteriores. O escritor inglês escreveu cerca de 90 livros em diversos gêneros, que variam desde compêndios de artigos de jornal escritos anteriormente até romances, passando pela poesia, crítica literária e filosofia, em especial os debates em torno de temas polêmicos com grandes nomes da época como George Bernard Shaw (1856-1950), Bertrand Russell (1872-1970) e Herbert G. Wells (1866-1946).

A centralidade e unidade de sua obra se expressa pela sua retórica original, carregada de elementos que evidenciam um estilo peculiar, marcada pelo uso constante de figuras de linguagem. Essas surgem, principalmente, por meio de paradoxos e metáforas irônicas que formam diálogo com o leitor, o qual acaba por se fixar no escrito pelas reações patéticas. O paradoxo é uma figura retórica que apresenta uma discordância do senso comum, gerando uma oposição entre o sentido do que é dito pelo orador e o que o auditório esperava como resposta.

Justifica-se esse estudo porque, apesar de sua crítica literária ter sido estudada pela crítica especializada, no tocante à sua retórica, os estudos são limitados. Os famosos paradoxos de Chesterton apareceram em várias pesquisas que procuraram compreender a forma com que ele os usava como argumentos filosóficos em debates, mas não em seu uso retórico.

Segundo o crítico literário Hugh Kenner, a obra de Chesterton traz uma visão artística e poética dos paradoxos. Esses se apresentam como figuras estilísticas, elaboradas para surtir um efeito meramente estético (cf. KENNER, 2006, p. 14). Kenner conclui sua argumentação dizendo que o paradoxo na obra de Chesterton tem função analógica, na qual o autor busca evidenciar artisticamente as contradições que encontra na realidade, o que seria um artifício literário. Para Kenner, o escritor inglês cria suas próprias leis artísticas, uma lógica relativa a ele próprio (cf. KENNER, 2006, p. 27).

O escritor e crítico literário Jorge Luis Borges diz que teve grande influência dos escritos de Chesterton, e explica que os paradoxos confirmam uma forma essencial, e não um artifício retórico vazio de significado (cf. BORGES, 1999, p. 78). Para Borges, apesar de o paradoxo ser um artifício retórico, ele ultrapassa a estrutura linguística para tratar de

contradições próprias do assunto. Desta forma, as análises fixaram-se nos problemas filosóficos e deixaram a retórica por trás deles.

O artigo de Ryan Topping, *Notes from the Underground: Slavoj Žižek on Chesterton on Paradox*, refere-se ao âmbito filosófico a respeito dos paradoxos, que, segundo ele, tratam de conciliar ideias contrárias que compreendem uma mesma realidade; no entanto, não discute os elementos retóricos necessários para fixar ideias opostas.

O artigo de Harold Berman trata de questões retóricas sobre a validade dos paradoxos, verificando se são sofisticos. O paradoxo, por manter elementos contrários, necessariamente abrange sofismas em sua composição. No entanto, é sua compreensão total, que, através da ironia, mostra seu real conteúdo de crítica.

Outro motivo que justifica esse estudo é a larga difusão que os livros de Chesterton possuem no Brasil nos últimos dez anos, com catorze livros editados. Essa difusão mostra a importância que esse autor tem para a atualidade, visto que alguns de seus livros foram traduzidos nas décadas de 50 e 60, mas deixaram de ser editados até os fins da década de 90 quando voltaram a ser editados.

O presente estudo visa analisar como a retórica peculiar de Chesterton se constrói através do recorrente uso dos paradoxos, em uma obra de debates polêmicos intitulada *O que há de errado com o mundo*, na tradução brasileira (que será utilizada neste trabalho), *What's wrong with the world* na versão original em inglês, ou *Disparates de mundo* na tradução portuguesa. Trata-se de um livro de denúncias sobre aquilo que ele chama de “erros do mundo moderno”. É um exemplo da retórica de Chesterton, além de ser um livro de debate, no qual se destaca o paradoxo como forma de atingir o leitor, despertando o *pathos*.

O objetivo da pesquisa, portanto, é explicar como Chesterton empregava os paradoxos, como os formava; identificar os diversos tipos de paradoxo que ele utilizou; verificar se há sofismas nos paradoxos. Pretende-se realizar a releitura do livro com a devida separação dos paradoxos, classificação desses em grupos de acordo com sua finalidade e analisar os paradoxos quanto a sua função patética.

Como arcabouço teórico, foram utilizadas a retórica e a argumentação clássicas de Aristóteles, a nova retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, e seus adeptos como Michel Meyer, Olivier Reboul, Antônio Suarez Abreu, além do linguista José Luiz Fiorin e de outros autores como complemento.

Segundo Michel Meyer (2000), a retórica trata do que é, mas também daquilo que pode ser, do que é variante e contingente. Esse objeto da retórica abrange também o paradoxo, que em uma mesma sentença traz uma contradição. O autor complementa que a retórica

dialoga coma dialética e com a poética, sendo que a primeira está diretamente ligada ao paradoxo por lidar com contrários. (cf. MEYER, 2000, p. XXX).

A teoria retórica auxilia na compreensão do uso de elementos poéticos e de figuras de linguagem nos textos de Chesterton, principalmente o paradoxo, que, para Chesterton, tem uma aproximação muito grande com a dialética, pois é argumentativo e não apenas uma figura de linguagem, possuindo função estilística, mas também de persuasão e argumentação.

Com Olivier Reboul (2004), em seu *Introdução à Retórica*, pretende-se complementar a análise feita com Meyer e apontar as outras figuras de linguagem que estão acompanhadas dos paradoxos. Também apoiar-se-á no *Tratado da Nova Argumentação, A Nova Retórica* de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca. A *Retórica* de Aristóteles é usado para tratar principalmente da elocução e disposição que Chesterton faz de seus paradoxos.

Sobre a relação entre o paradoxo e outras figuras de linguagem, o livro *Figuras de retórica* de José Luiz Fiorin é utilizado, assim como Sebastião Cherubim com seu *Dicionário de figuras de linguagem* e Helena Beristáin, com seu *Diccionario de retórica y poética*.

Arthur Schopenhauer com *Como vencer um debate sem ter razão* e Aristóteles com *Órganon* serão usados para descobrir se há elementos sofisticos nos paradoxos.

O *corpus* é a tradução brasileira de *What's wrong with the world, O que há de errado com o mundo*. A tradução feita por Luíza de Castro Monteiro Silva Dutra é acompanhada de notas esclarecedoras, que auxiliarão na compreensão de alusões a obras da literatura inglesa, pessoas de época e localizações geográficas. Essa obra foi publicada em 1910, época em que Chesterton está iniciando sua defesa do Distributismo<sup>1</sup>, teoria econômica que encabeçou junto com seu amigo Hilaire Belloc.

Foi com *O que há de errado com o mundo* que Chesterton inicia seus grandes debates políticos e econômicos, já reconhecido como um grande intelectual, não apenas no Reino Unido, mas no mundo. E como característica marcante de seu estilo, a retórica foi um dos elementos que o auxiliou nesta empreitada de longos debates que seguiriam com vários livros de questões políticas. Trata-se de um exemplo emblemático da exposição retórica de Chesterton. Justifica-se, portanto, a utilização desse livro pela sua grande relevância no conjunto da obra de Chesterton, tanto pelo seu conteúdo, que é central, como pela sua estrutura argumentativa, que é apresentada nele em suas diversas características.

---

<sup>1</sup> Segundo Gustavo Corção, em sua exposição sobre a vida e pensamento de Chesterton em *Três alqueires e uma vaca*, o distributismo não é necessariamente uma doutrina social, mas uma série de propostas que não são nem socialistas nem capitalistas, por defenderem a pequena propriedade, sendo contra o monopólio ou o grande capital e contra o estatismo e a interferência exagerada do Estado na economia e na vida particular do cidadão. Está ligado à Doutrina Social da Igreja Católica. (cf. CORÇÃO, 1961, p. 249).

Ao todo o livro possui 46 ensaios sobre temas polêmicos da época, nos quais ele utiliza uma retórica original, acrescidos de mais 3 ensaios anexos. O livro divide-se em cinco áreas: a visão sobre o homem, o imperialismo, o feminismo, a educação e o domicílio. Toda a argumentação é irônica e desvelada pelos paradoxos. Há uso constante de metáforas, alegorias fabulares e analogias com a literatura, as quais permitem a leitura por pessoas de níveis de instrução variados. O humor é constante, tornando até os mais duros argumentos maleáveis, apesar de causarem a paixão do desprezo pelos oponentes.

A metodologia de seleção do *corpus* nos conduziu à escolha do livro *O que há de errado com o mundo* como uma amostra do que há de mais importante dentro da obra de Chesterton no que se refere a debate e ao uso de paradoxos como figura retórica. Para tal, primeiro foi observado dentro do conjunto da obra de Chesterton quais os gêneros em que ele escreveu e quais eram as figuras mais utilizadas. Chegou-se à conclusão, levando-se em consideração os fins desta pesquisa – a análise do uso do paradoxo como figura de retórica – que, nos livros de debates, Chesterton utiliza os paradoxos com uma proporção muito maior que nos livros literários. Dentre o conjunto de livros em que ele se propõe a expor suas ideias contra as de outros autores, há uma quantidade considerável e coesa de obras que tratam de problemas sociais, formando um grupo de várias obras cuja primeira a ser publicada é essa analisada, em que há 5 partes, cada uma sobre um problema social distinto, mas todas ligadas entre si, de forma que essa obra remete a todos os outros livros. Para fins de análise, foram selecionados cinco ensaios, um de cada uma das cinco partes em que se divide o livro, de forma a abranger o que há de mais importante enquanto argumentos no conjunto, mas também no que se refere ao uso de paradoxos. Os critérios foram, portanto, uma amostragem estratificada, na qual foram escolhidas as amostragens de maior relevância para o conjunto.

A metodologia de análise consiste na leitura do livro e na apreensão dos paradoxos, utilizando-se de seu estudo qualitativo-quantitativo, classificando-os quanto à forma e à estrutura, quanto ao objetivo e aos artifícios patéticos. Além disso, a fim de entender porque Chesterton utilizou a argumentação paradoxal, apresenta-se uma introdução à vida e obra do autor em seu momento histórico.

A dissertação está ordenada da seguinte forma:

- O Capítulo 1 expõe a teoria retórica através de seu desenvolvimento histórico, explicita as contribuições que foram contempladas na presente pesquisa.
- O Capítulo 2 destaca o paradoxo como figura retórica, explora suas diversas dimensões, procura demonstrar como os estudos já realizados pelos retóricos possibilitam

compreender o que é o paradoxo, como é utilizado e quais os efeitos que ele produz no discurso e no auditório.

- O Capítulo 3 contempla a análise do *corpus*, apresenta a importância que o livro *O que há de errado com o mundo* possui no conjunto da obra de Chesterton e o porquê de sua escolha, qual a relevância que os paradoxos possuem na exposição retórica e discursiva desse livro, e justifica porque foram escolhidos como amostras cinco ensaios dentro do conjunto de 46 para a realização da análise e qual o critério elaborado para tal escolha. Em seguida é realizada a análise dos cinco ensaios, buscando evidenciar os elementos que constituem os paradoxos neles utilizados.

## CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA RETÓRICA E SEU DESENVOLVIMENTO

Formalmente a retórica surge na Grécia, mais especificamente com Aristóteles, no século IV a. C., o primeiro a analisá-la teoricamente, e não apenas como prática discursiva ou técnica, como fora feito com os sofistas (desde o século VI a. C.), primeiros a trabalhar a arte argumentativa com intuito de persuadir e aperfeiçoar o estilo.

### 1.1 – Aristóteles e o estudo da retórica

Como Aristóteles foi o primeiro a fundamentar o estudo da retórica, é importante notar que, segundo Olavo de Carvalho, em seu estudo sobre os discursos em Aristóteles: “Aristóteles escreveu uma *Poética*, uma *Retórica*, um livro de Dialética (os *Tópicos*) e dois tratados de Lógica (*Analíticas I e II*), além de duas obras introdutórias sobre a linguagem e o pensamento em geral (*Categorias e Da Interpretação*).” (CARVALHO, 2013, p. 25). Carvalho (2013) chega à conclusão de que para o filósofo de Estagira existem quatro tipos de discurso que se diferenciam pela forma de influenciar, caracterizando-se por gradações de certeza. Assim cada uma visa transmitir ideias através de uma forma de discurso. A retórica é um destes discursos que têm uma característica específica, que Aristóteles definiu através da observação da prática dos juristas, políticos, pedagogos, poetas, sofistas, etc.

Segundo Olavo de Carvalho, para Aristóteles a retórica:

tem por objeto o *verossímil* (πιθανος, *pithános*) e por meta a produção de uma *crença firme* (πιστις, *pístis*) que supõe, para além da mera presunção imaginativa, a anuência da *vontade*; e o homem influencia a vontade de um outro homem por meio da persuasão (πειθο, *peitho*), que é uma ação psicológica fundada nas crenças comuns. Se a poesia tinha como resultado uma *impressão*, o discurso retórico deve produzir uma *decisão*, mostrando que ela é a mais adequada ou conveniente dentro de um determinado quadro de crenças admitidas (CARVALHO, 2013, p. 30).

Aristóteles, no entanto, não criou os estudos sobre retórica a partir do nada, mas tomando como base todas as discussões filosóficas e políticas de seu tempo. No Ocidente, foi na Grécia que surgiram os primeiros estudos para aperfeiçoamento da língua como forma de expressão literária em um primeiro momento, depois como técnica de persuasão em discursos



forenses e políticos. Segundo o estudioso da cultura clássica Werner Jaeger, a partir do instante em que se instala na Grécia o governo democrático (leia-se cidade de Atenas), as disputas pelo poder deixaram de ser guiadas pela posição de nascença, ou pelo poder militar, e a moção popular torna-se um meio de elevar o político ao poder. Assim, saber falar e convencer tornou-se fundamental. Diz Jaeger: “Neste ponto, devia basear-se na eloquência toda a educação política dos chefes, a qual se converteu necessariamente na formação do orador, se bem que a palavra grega *logos* tenha implícita uma imbricação muito superior do formal e material.” (JAEGER, 1989, p. 236). O Areópago<sup>2</sup> era o local de expressão da retórica enquanto técnica, onde Aristóteles assistiu a muitos discursos, podendo captar quais eram as técnicas usadas e assim elaborar uma teoria por trás de toda a arte.

Os sofistas foram responsáveis pela educação desta classe de políticos que procuravam aprender as formas de melhor expressão. A erudição era a base da cultura dada pelos sofistas, que ensinavam a imitação dos exemplos de autoridades como Homero, Hesíodo e Ésquilo. A expressão era insuflada pela imagem que o orador oferecia de si: a *arete*, virtude da honra. Tão importante quanto o que se dizia era formar a própria imagem. Esta foi a base da educação grega que estava nascendo e chegaria ao apogeu na época de Sócrates e Platão. Aristóteles contemplou apenas a decadência disso, testemunhando o que pudera aprender.

Com Sócrates e Platão, a arte de falar passa por um crivo metodológico que visava eliminar todos os sofismas, não se poderia fazer filosofia apenas com palavras que persuadissem de que era verdade, mas era preciso encontrar a própria verdade. Assim, surge o discurso dialético, que confronta os discursos retóricos pondo-os à prova através da contestação das contradições. Por mais que ambos tenham criticado a sofística, terminaram por enriquecer a retórica, dando a ela novas técnicas, mais eficientes no convencimento e com menos falhas, por evitarem o erro.

Aristóteles, como aluno de Platão, passou muitos anos estudando na Academia, enquanto ministrava aulas de retórica, ciência que ele foi o primeiro a sistematizar.<sup>3</sup> Restaram

<sup>2</sup> Areópago era o local de discussão judicial na democracia ateniense, sendo responsável pelos julgamentos de estado.

<sup>3</sup> “No cabe duda de que el planteamiento de la *paideia* platónica sobre bases científico-dialécticas satisfizo al joven Aristóteles. Este hecho se deduce con bastante claridad de la que parece ser su primera obra, titulada *Grillo* y dedicada a la retórica. En ella Aristóteles, partiendo de una serie de escritos retóricos compuestos como homenaje a Grillo (...) dirigía su polémica contra la retórica entendida en forma de investigación irracional de los sentimientos, como Gorgias la había proclamado e Isócrates y su escuela la habían vuelto a proponer. (...) La tesis que Aristóteles sostuvo, fue, al parecer, exactamente la misma que Platon había expuesto muchos años antes en *Gorgias*, la retórica no es una *tekhne*, o sea, no es un arte ni una ciencia.” (REALE, 1985, p. 16). “Não cabe dúvida de que a formulação da *paideia* platónica sobre bases científico-dialécticas satisfaçam ao jovem Aristóteles. Este feito se deduz com bastante claridade da que parece ser sua primeira obra, intitulada *Grillo* e dedicada à retórica. Nela Aristóteles, partindo de uma série de escritos retóricos compostos como homenagem a Grillo (...) dirigia sua polémica contra a retórica entendida em forma de investigação irracional dos sentimentos,

para nós três livros de retórica. Ali ele expõe toda uma teoria de como falar para persuadir. Segundo ele: “em uma certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação dos outros.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 39). E a retórica não é apenas a arte de bem falar, mas a arte de persuadir, logo: “o estudo metódico da retórica tange aos modos de persuasão.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 42).

### 1.1.1 – Gêneros da retórica

Para Aristóteles, há três gêneros de retórica: o discurso deliberativo, que sugere informações, indicando como agir ou deixar de agir; o forense, que visa convencer e mover a pessoa a favor ou contra uma determinada ideia; o demonstrativo, ou epidítico, que trata de louvar ou censurar alguém. Portanto, para argumentar é preciso saber algo do auditório, não basta apenas expor argumentos racionais, pois: “a argumentação baseada no conhecimento implica em instrução, e há pessoas que não se pode instruir.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 43). Por isso, a forma que a retórica tem de argumentar é por meio do verossímil, como apontou Olavo de Carvalho, ela é uma demonstração que suscita paixões no auditório, de forma a levá-lo à aceitação dos argumentos. Aristóteles indica que isso ocorre porque: “o verdadeiro e o verossímil são apreendidos pela mesma faculdade.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 42).

### 1.1.2 – *Ethos, logos e pathos*

Aristóteles trata das paixões (*pathos*) no segundo livro e as toma como sentimentos despertados no auditório ao longo da argumentação. Elas movem o auditório a aceitar ou rejeitar o que é dito (*logos*). A estrutura argumentativa deve estar embasada na verdade, deve ser clara e manter coerência entre suas partes. Ser embasada na verdade quer dizer que, além de ser verdadeira, a argumentação deve parecer verdadeira para o auditório, deve adequar-se a sua capacidade de receber o dito; a verossimilhança do *logos* é fundamental para despertar o *pathos*. As figuras de linguagem e os exemplos valorizam a persuasão, pois eles atingem o repertório imaginário do auditório, suscitando nele aprovações ou recusas de acordo com a forma que o discurso é ordenado.

---

como Górgias a havia proclamado e Isócrates e sua escola a haviam voltado a propor. (...) A tese que Aristóteles susteve, foi, ao que parece, exatamente a mesma que Platão havia exposto muitos anos antes em *Górgias*, a retórica não é uma *tekhnē*, ou seja, não é uma arte nem uma ciência.” (REALE, 1985, p. 16, tradução nossa, grifos do autor).

Os argumentos são demonstrações que buscam dar provas rápidas e precisas do que se visa convencer. Já os entimemas são silogismos incompletos que podem ser sofisticados, portanto não aconselháveis. Contudo, esses mesmos entimemas são algumas vezes necessários, devido a sua simplicidade, o que acaba por evitar redundâncias.

Por fim, para convencer um auditório não basta dizer o que este deseja para despertar-lhe emoções, é preciso também criar uma imagem de si que seja aceita (*ethos*). O orador que for desprezado perde sua capacidade oratória antes mesmo que comece. Ele deve manter honestidade, mas principalmente sua aparência, falar com clareza e possuir boa prosódia, ou seja, falar com ritmo definido e compassado, com entonação clara, usar pausas e mudanças na altura da voz. Esses elementos ajudam a formar uma imagem do orador que necessita ser agradável. Segundo o filósofo: “Podemos perceber que um bom autor é capaz de produzir um estilo não familiar e claro, sem ser inoportuno, e que ao mesmo tempo preserva a dissimulação, preenchendo assim todos os requisitos no que toca às qualidades de boa prosa oratória.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 215). Assim, a oratória permite exprimir uma imagem, mesmo que falsa, convincente, ampliando a efetividade do discurso.

Assim, para ele: “Há três tipos de meios de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 45). Aristóteles institui a tríade que permanece ainda hoje na retórica como a base de toda exposição argumentativa: *ethos*, *pathos* e *logos*.

### 1.1.3 – Aplicação da retórica

Como a retórica é apenas a arte de usar meios para persuadir, Aristóteles considera que ela não é capaz de desenvolver esses meios sozinha, ela necessita da experiência pessoal do orador ou de outras artes. O filósofo define: “Chamo de meios de persuasão independentes da arte todos os que não foram fornecidos por nós mesmos, sendo preexistentes, do que são exemplos as testemunhas, as confissões probatórias obtidas mediante tortura, os acordos escritos e outros modos semelhantes.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 45). A relação de outras artes é imensa, mas as artes linguísticas são fundamentais. Como aponta Olavo de Carvalho (2013), a concepção de Aristóteles de que a linguagem utiliza-se de quatro modos que variam segundo a credibilidade não implica uma negação mútua entre elas, mas uma possibilidade de cruzar os discursos em alguns momentos. A retórica muitas vezes usa floreios poéticos com

função patética, a dialética para apresentar argumentos ou refutar proposições em debate e a lógica para demonstrar que axiomas que foram usados na argumentação como exemplo. Dessa forma, o conjunto de seis livros sobre linguagem e lógica chamado *Organon* é importante para complementar o estudo retórico aristotélico, em especial o livro *Contra Sofistas*, pois trata dos anti-modelos da retórica.

Para Aristóteles, vale frisar, a retórica não é nem moral nem imoral em si, ela é apenas um instrumento de aperfeiçoamento da linguagem. O que caracteriza os sofismas é justamente agir contra a exposição da verdade, e é esse aspecto que o filósofo critica em seu livro *Contra Sofistas*.

#### 1.1.4 – Os sofismas

No livro *Contra Sofistas*, Aristóteles estabelece quais são os objetivos sofísticos que um debate suscita:

São cinco: a refutação, a falácia, a opinião, a extraordinária (paradoxo), o solecismo e, em quinto lugar, a redução do interlocutor à redundância (...). Sua primeira escolha é uma pura e simples refutação, a segunda mostrar que o opositor está mentindo, a terceira conduzi-lo a um paradoxo, a quarta fazê-lo cometer um solecismo, isto é, fazer o respondente, a título do resultado do argumento, discursar em termos rudimentares ou incultos, e finalmente fazê-lo dizer repetidamente a mesma coisa. (ARISTÓTELES, 2010, p. 548).

Essas finalidades surgem com a decisão de fraudar os argumentos do oponente. Para tal, há meios diversos, porém apenas se pode estudar os meios sofísticos após compreender quais as finalidades em debate que Aristóteles admite.

Demonstrar uma refutação exige uma dialética que conduza a argumentação a anular os argumentos através da redução ao absurdo ou através de silogismos derivados de axiomas aceitos por ambos; assim é a refutação aceita por Aristóteles. Para mostrar a mentira, é possível comparar os argumentos do oponente e elencar as contradições que demonstram a mentira, ou demonstrar que os exemplos são discordantes do real a que se referem. Conduzir o oponente a um paradoxo é um artifício que era empregado por Sócrates, mas que necessita muita prática para conduzir o oponente sem que se utilizem meios sofísticos, já que precisa conduzir o oponente a se contradizer dentro de sua própria argumentação. Provocar o solecismo é igualmente difícil, já que conduzir a argumentação oponente exige habilidade. Para fazê-lo repetir os argumentos, perdendo assim a objetividade, é preciso questioná-lo no

mesmo ponto sem repetir o questionamento, levando-o a responder repetidamente. Estas são as argumentações possíveis segundo Aristóteles.

Para provocar os fins de refutação através dos sofismas diz Aristóteles:

Há dois modos de refutação, quais sejam, um que tem a ver com a linguagem empregada, e o outro que não tem vinculação com a linguagem. As formas de produzir uma ilusão que depende da linguagem são em número de seis: a homonímia (equivocação), a ambiguidade, a combinação, a divisão, a prosódia e a figura de linguagem. A verdade disso pode ser verificada por indução e raciocínio silogístico – entre outras, uma dedução mostrando ser esse o número de formas nas quais poderíamos não conseguir denotar a mesma coisa pelos mesmos termos ou expressões. (ARISTÓTELES, 2010, p. 549).

A refutação se dá pela linguagem empregada ou pela sua desvinculação com o real. Os meios de fazer uma refutação quando usados para demonstrar um erro na forma de expressão do oponente é legítimo, mas são exatamente estes elementos que quando usados como argumentos geram os sofismas.

O sofisma pode se formar a partir da homonímia, que é um equivoco, usar uma palavra por outro significado que não o seu. A ambiguidade desenvolve termos ou frases com duplo significado simultâneo, impedindo um discurso unívoco. A combinação acontece quando se utiliza de dois assuntos distintos em uma falsa síntese ou falsa analogia, gerando um discurso dúbio. A divisão é o processo de alterar o sentido da frase quando esta é dividida em períodos, o que acontece principalmente em frases subordinadas que entre vírgulas possuem um significado, e sem vírgulas outro. A prosódia surge quando há cacofonia ou alguma alteração de sentido em função da expressão oral de uma frase ou do discurso. Todos estes elementos servem para gerar um sofisma.

Há ainda as falácias, que estão ligadas não à linguagem (que para Aristóteles trata-se apenas das funções sintáticas, gramaticais e morfológicas), mas a outros elementos:

Quanto às falácias que não se reportam à linguagem, há sete tipos: [1] as ligadas ao acidente; [2] aquelas nas quais uma expressão é empregada absolutamente ou não absolutamente; mas qualificada do prisma do modo, ou lugar, ou tempo ou relação; [3] as ligadas à ignorância da natureza da refutação; [4] as ligadas ao consequente; [5] as ligadas à suposição do ponto original a ser demonstrado; [6] as que asseveram que aquilo que não é uma causa é uma causa; e [7] o tornar várias questões uma só. (ARISTÓTELES, 2010, p. 552).

Essas falácias estão ligadas às disposições lógicas da linguagem quanto a sua categoria. As falácias ligadas ao acidente tratam de tomar o sentido de um termo não pela sua característica essencial, mas pelo acidente, que é algo ligado ao termo, porém não é capaz de assumir o significado do termo, por exemplo, tomar o significado de um substantivo pelo seu adjetivo correspondente. As falácias que empregam um termo absolutamente ou não retiram a frase de seu contexto ou ampliam (ou diminuem) seu significado. Mudar a categoria de uma palavra altera todo seu significado. As falácias ligadas à ignorância da natureza da refutação surgem quando há uma réplica que tenta responder o argumento por um meio que não se refere ao argumento. As falácias ligadas ao conseqüente são aquelas que tiram uma conseqüência falsa de uma causa qualquer. As falácias ligadas à suposição são aquelas que criam um princípio falso para a argumentação ou estabelecem um assunto e supõe que toda a discussão derivou dele. As falácias com relação à causa são aquelas que atribuem uma causa falsa a uma determinada situação ou ideia. A falácia que reduz várias posições a uma só é aquela que toma vários argumentos desconexos e mesmo contraditórios como um só, tanto a favor de uma ideia como contra.

Aristóteles especifica cada um desses tipos de falácias ao longo do livro com exemplos, formas de encontrá-las e refutá-las. Para a intenção deste trabalho, basta complementar com um princípio de método usado por ele, para estabelecer, classificar e demonstrar a impossibilidade de uso honesto dos sofismas:

Temos ou que dividir os silogismos aparentes e as refutações aparentes da maneira que acabamos de descrever ou então referir todos eles a uma falsa concepção da refutação, fazendo desta nossa base, uma vez que é possível decompor todos os tipos de falácia mencionados por nós em violações da definição de refutação. Devemos principiar verificando se são inconclusivos, pois a conclusão deve resultar das premissas formuladas, de sorte que a enunciamos necessariamente, não meramente parecendo que o fazemos. A seguir, temos que verificar se elas se harmonizam com os elementos restantes da definição (ARISTÓTELES, 2010, p. 556).

Esses princípios de método que Aristóteles defende seguem o sistema de refutação que ele expõe nos *Analíticos*, nos quais ele analisa as formas de silogismo, demonstrando quais decorrem necessariamente em erro. Em *Contra Sofistas*, ele mostra como no discurso estes silogismos que incorrem em erro são utilizados, e como mostrar seu erro. Depois parte para a verificação dos elementos associados a estes argumentos falsos, de forma que faz uma análise completa do fenômeno sofístico.

## 1.2 – A retórica na Roma Antiga

Os romanos adotaram as técnicas aristotélicas de uso e estudo da retórica e as aperfeiçoaram. Com eles, a paideia grega adquiriu elementos linguísticos mais vastos, como é o caso da exploração e classificação das figuras e das formas fixas (os brocardos jurídicos). Logo após a morte de Aristóteles, alguns de seus seguidores, aproveitando-se de sua esquemática das categorias, organizaram a gramática ocidental. Os romanos logo inseriram esta nos estudos linguísticos, formando o método pedagógico *trivium*. Não era apenas um simples estudo de gramática, retórica e dialética no sentido moderno. A dialética, que também envolvia a lógica era a dissolução dos sofismas e das contradições na linguagem; a gramática tratava da escrita de forma correta, de acordo com a norma; a retórica descrevia a melhor forma possível de falar e escrever segundo a eficácia persuasiva, o estilo e a coerência.

Essa unidade no estudo linguístico permitiu um grande avanço na retórica. Cícero desenvolveu uma sequência de estruturação linguística que permaneceu por séculos. Aproveitando do que de melhor retirou dos gregos, ele estabeleceu a ordem: *inventio*, onde se planeja o que se irá dizer; *dispositio*, quando se organiza a ordem dos argumentos e a colocação das palavras; *elocutio*, onde se prepara a linguagem, os vocábulos usados; *memoria*, em que se dá a memorização de cada um dos aspectos do discurso; *pronuntiatio* ou *actio*, que consiste na oratória propriamente dita, quando os elementos da prosódia são fundamentais para relacionar *ethos*, *logos* e *pathos*<sup>4</sup>.

Outros retóricos romanos contribuíram, dentre os quais se destaca Quintiliano e Marciano Capela. Ainda em época romana, com o surgimento do cristianismo, aparecem vários retóricos cristãos de grande importância, entre eles Clemente de Alexandria, Orígenes, São Jerônimo, mas o maior dentre eles foi Santo Agostinho de Hipona. Seus estudos sobre linguagem estão divididos em várias obras, principalmente, *De Gramatica* e *Principia Dialecticae*, inacabados; *De Magistro*, sobre a língua em geral e sua relação com as coisas; *A Doutrina Cristã*, sobre como montar um sermão e como pronunciar-lo. Seus estudos foram dominantes como formação retórica até a escolástica, portanto, durante cinco séculos. Ele acreditava que a retórica pode fornecer tanto argumentos verdadeiros como falsos, que apenas a dialética era capaz de remediar este problema. Também considerava que era fundamental a constante comparação dialética entre real e palavra, pois estas são apenas signos que significam algo que é real, e como existe ambiguidade na linguagem, a única forma de manter

---

<sup>4</sup> Para uma melhor compreensão, ler: LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 2. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 91 a 117. MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Velhas e novas retóricas: competências e desdobramentos*. In: *Retóricas de ontem e hoje*. 3. Ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

o significado comum para ambos interlocutores é a contemplação do mesmo objeto ou a confiança no testemunho alheio.

Boécio, já no início da Idade Média, juntamente com São Isidoro de Sevilha, foi responsável por manter as obras da Antiguidade traduzidas em latim. Mantiveram também os métodos do *trivium*<sup>5</sup>. As escolas monacais e catedrais foram responsáveis pela divulgação do conhecimento, porém com pouca capacidade numérica.

### 1.3 – A retórica para os escolásticos

No século XI com Hugo de São Vítor, com sua obra pedagógica *Didascalicon*, surgem os fundamentos da escolástica. Pedro Abelardo, São Bernardo de Claraval e Santo Anselmo da Cantuária criaram métodos lógicos muito avançados, além de desenvolverem uma série de debates que assumiram a forma das Sumas. Essas eram técnicas de debate. O auge dessa forma de retórica aparece com Santo Alberto Magno, São Tomás de Aquino, São Boaventura e Beato Duns Scot, através das *Quaestio Disputata*, as questões disputadas, que podiam obedecer a vários esquemas, mas que obedeciam a um comum. Tomava-se uma questão comum, como a Vaidade por exemplo, a partir daí se levantava as objeções a ela e as defesas, depois se dava a opinião do autor, a resposta geral e por fim a resposta a cada objeção. Essa estrutura de debate percorreu toda a época medieval. Segundo Jean Lauand:

*A quaestio disputata*, como bem salienta Weisheipl, integra a própria essência da educação escolástica: “Não era suficiente escutar a exposição dos grandes livros do pensamento ocidental por um mestre; era essencial que as grandes ideias se examinassem criticamente na disputa.” E a *disputatio*, na concepção de um filósofo da universidade como Pieper, transcende o âmbito organizacional do *studium* medieval e chega até a constituir a própria essência da universidade em geral (LAUAND, 2004, p. 4).

A mudança radical da retórica surge com Willian of Ockhan. Ele desenvolveu a filosofia nominalista, para a qual tudo o que existe é particular, não existindo os universais, que seriam meros nomes. Assim, para Ockhan, a linguagem apenas descreve particulares, não podendo descrever a realidade. Tudo que é gênero é apenas classe gramatical. Esta retórica dissolveu o *trivium* como método pedagógico de muitas escolas e universidades, ressurgindo

---

<sup>5</sup> Para compreender melhor o *Trivium* medieval: JOSEPH, Mirian. *O Trivium*. São Paulo: É Realizações, 2008.



apenas dois séculos depois com os jesuítas. Durante todo esse tempo a retórica foi denegrada e rebaixada, de forma que passou a designar aquilo que, para Aristóteles, eram os sofismas. Mesmo que no século XVI os jesuítas tenham recuperado esses estudos, através da *ratio studiorum*, estes permaneceram restritos às universidades jesuítas.

#### 1.4 – A decadência dos estudos retóricos na modernidade

Até o século XVIII, com exceção de um pequeno ensaio de Blaise Pascal no século XVII<sup>6</sup>, os estudos de retórica ficaram esquecidos, até que Giambattista Vico com sua Ciência Nova retomou os estudos de linguagem em geral, inclusive a retórica. Apesar de a retórica não ter sido o foco, ele abriu margem para que outros filósofos tratassem do assunto nos anos seguintes. Jean-Jacques Rousseau e Johann Gottfried Herder fizeram estudos sobre a origem da linguagem, e já no século XIX surge a hermenêutica de Friedrich Schleiermacher, desenvolvida por Wilhelm Dilthey e continuada no século XX por Hans Gadamer.

Os estudos linguísticos do fim do século XIX tiveram ao menos um grande estudioso da retórica que foi Arthur Schopenhauer. Em *Pererga e Paralipomena* ele tratou de diversos problemas da linguagem, inclusive a retórica. Com ensaios sobre a dialética erística (sofismas) e a arte de escrever, desenvolveu técnicas ainda hoje utilizadas.<sup>7</sup>

#### 1.5 – A Nova Retórica de Perelman e a recuperação dos estudos retóricos

O século XX foi capaz de recuperar o prestígio da retórica por meio de Chaïm Perelman, que, em seu *Tratado da argumentação*, trouxe os elementos da retórica antiga de volta para o campo científico. Surge então uma série de estudos por diversos pesquisadores, como Olivier Reboul, Heinrich Lausberg, Michel Meyer entre outros. Hoje a retórica tem recuperado sua imagem que foi formulada por Aristóteles, abolindo a imagem desmoralizada imposta pela crítica da Modernidade<sup>8</sup>.

A chamada Nova Retórica de Perelman foi pioneira no processo de revitalização da imagem da retórica no âmbito acadêmico. Sua principal obra é o *Tratado da nova*

<sup>6</sup> PASCAL, Blaise. *A arte de persuadir*: precedida de *A arte da conferência* de Montaigne. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>7</sup> Para maiores informações: SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de ter razão*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem ter razão: em 38 estratégias* (Dialética Erística). Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Porto Alegre: LP&M, 2005; SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o ofício do escritor*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>8</sup> Período referente ao fim da Idade Média até o fim do século XIX.

*argumentação*, em conjunto com Lucie Olbrechts-Tyteca. A obra trata em sua primeira parte do âmbito da argumentação, que é o fundamento da retórica, definindo os termos principais.

### **1.5.1 – O discurso, o orador e o auditório**

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), o discurso surge em função de uma tese direcionada a um auditório ou a um ouvinte único, sendo que para a segurança de quem argumenta, sempre é recomendável argumentar para um auditório universal, ou seja, argumentar de forma geral para que se incluam todos os particulares, pois se a argumentação é do particular para o geral, pode haver discordância por parte do auditório. Quando o orador planeja seu discurso, precisa ter em mente que o auditório tem opiniões próprias que devem ser presumidas, formando, assim, um auditório presumido. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca:

O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22).

Caso esse auditório tenha disposições contrárias aos axiomas que se utilizará, cabe ao orador modificar essas disposições, uma vez que a experiência que o orador tem de seu auditório é que permite a ele determinar as condições de mudança no sistema de valores do auditório. Nesse processo, é o orador quem deve adaptar-se aos valores do auditório em um primeiro plano, para adquirir a confiança desse, para só então argumentar e convencê-lo de suas ideias.

### **1.5.2 – Argumentação**

A argumentação, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), “*visa à adesão aos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual.*” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 16, grifo do autor). Para tal, é preciso considerar as condições psíquicas e sociais, que constroem o sistema axiomático do auditório, cuja mudança é o objetivo de toda persuasão. Persuasão é “uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 31),

sendo sua função demonstrar uma tese para ser aceita enquanto princípio, e não apenas como moção a agir, como acontece com a convicção. “A distinção que propomos entre persuasão e convicção explica indiretamente o vínculo que se costuma estabelecer, ainda que confusamente, de um lado entre persuasão e ação, do outro entre convicção e inteligência.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 32). Já a demonstração é a simples exposição de princípios que possuem deduções lógicas, as quais, mesmo sendo necessárias em si mesmas, não são designadas para convencer, apenas para demonstrar uma certeza a quem já aceitou os axiomas. Portanto, para argumentar, é preciso chegar a “uma comunidade efetiva dos espíritos. É mister que se esteja de acordo, antes de mais nada e em princípio, sobre a formação dessa comunidade intelectual e, depois, sobre o fato de se debater uma questão determinada.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 16). Essa comunidade espiritual é um equilíbrio entre as opiniões já existentes, que precisa existir para que os termos da discussão sejam entendidos por ambas as partes.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o discurso deliberativo parte da própria convicção que o orador tem de seu discurso, pois esse orador não será persuasivo se não for capaz de convencer a si mesmo. Logo, para deliberar é preciso adotar argumentos razoáveis para si, depois para um auditório universal que garante os particulares.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) justificam que a argumentação só pode ser julgada como eficiente, dentro de uma escala que inclua argumentações melhores ou piores, a partir da proposta inicial que o orador se propôs. Para esses autores:

A eficácia de uma exposição, tendente a obter dos ouvintes uma adesão suficiente às teses apresentadas, só pode ser julgada pelo objetivo que o orador se propõe. A intensidade da adesão que se tem de obter não se limita à produção de resultados puramente intelectuais, ao fato de declarar que uma tese parece mais provável que outra, mas muitas vezes será reforçada até que a ação, que ela deveria desencadear, tenha ocorrido. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 55).

Como a segunda parte do livro versa sobre a argumentação, fica claro que a primeira atitude do orador deve ser a estimativa sobre quais são os valores que o auditório presumido possui em sua hierarquia de valores. Assim, ele é capaz de firmar um acordo que permita a rehierarquização dos valores até que se alcance a persuasão e o convencimento. Para o direcionamento de novos valores, é preciso que o orador estabeleça uma presença, ou seja, que ele molde uma imagem de si que esteja de acordo com o que o auditório almeja. Essa presença necessita de uma escolha de dados que serão expostos num primeiro momento.

É preciso que o orador tenha em mente que a interpretação que o auditório faz a respeito de seu discurso pode variar segundo diversas possibilidades parcialmente previsíveis, logo, deve estar pronto para alguma alteração no percurso discursivo. A qualificação dos dados que o auditório possui é formado a partir das noções gerais da cultura a que o auditório pertence. Essas noções são de senso comum, portanto não se pode esperar que sejam exatas nem unívocas para todo o auditório. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca:

A qualificação dos dados e sua inserção nas classes constituem os dois aspectos de uma mesma atividade, focalizada ora como compreensão, ora como extensão; é ela a aplicação das noções ao objeto do discurso. Essas noções, enquanto seu emprego não suscita dificuldades, apresentam-se igualmente como dados nos quais se crê poder confiar, e nos quais se confia, de fato, eficazmente. (2005, p. 147).

A escolha dos argumentos depende, portanto, do auditório, do orador e da forma do discurso. Essa relação se dará na colocação de cada argumento com relação ao auditório, que por sua vez forma uma imagem do orador. Essa colocação se dá de duas formas distintas: *ad rem* e *ad hominem*. Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem a distinção:

Em termos de nossa teoria, a argumentação *ad rem* corresponde a uma argumentação que o orador pretende válida para toda a humanidade racional, ou seja, *ad humanitatem*. Essa seria um caso particular, mas eminente, da argumentação *ad hominem*.

A argumentação que visa ao auditório universal, a argumentação *ad humanitatem*, evitará, tanto quanto possível, o uso de argumentos que só forem válidos para grupos particulares. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 125).

Essa distinção permite que o orador utilize os argumentos de acordo com o auditório, e com a forma que ele busca convencer e persuadir. Os exemplos, figuras e lugares utilizados, sempre variam entre o que é particular e universal. Mas os autores ressaltam que: “Não se deve confundir o argumento *ad hominem* com o argumento *ad personam*, ou seja, com um ataque contra a pessoa do adversário, que visa, essencialmente, a desqualificá-lo.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 126). Tal distinção permite que se eliminem os sofismas, porém, mantém o cerne da argumentação de ideias particulares.

Para melhor compreensão dessas distinções de conceitos, é importante tomar nota no foco da argumentação. Quando se utiliza um argumento contra a materialidade e a forma do discurso de um oponente, buscando refutá-lo, há um argumento *ad rem*, pois busca os

elementos do *logos* do discurso e sua impotência em si mesmo, sem fazer referência a quem diz, mas ao que foi dito.

Quanto aos argumentos que de alguma forma se referem à pessoa que argumenta, há três formas, que segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), são divididas de acordo com a relação entre o discurso e a pessoa. Quando o orador apresenta um argumento que ataca uma incoerência na presença do *ethos* do oponente, sendo um falso exemplo, uma posição contrastante com o discurso ou falta de honestidade na descrição feita de si, há um argumento *ad hominem*, que se realiza na pessoa, mas visando mostrar a incoerência desta com o discurso. Porém, quando a argumentação aborda uma relação entre o discurso e a presença necessária para defendê-lo, independentemente de uma referência direta ao oponente, mas tratando-se de um auditório universal, há um argumento *ad humanitatem*, pois ele tenta refutar o oponente fazendo referência ao erro em geral, que acaba por abarcar o oponente. Já o argumento *ad personam*, é um sofisma, pois ataca diretamente a pessoa do oponente, sem que haja uma preocupação com o *logos* do discurso, fixando todo o discurso, ou parte dele, a vexação da pessoa, buscando inferiorizá-la para desqualificar seus argumentos.

Quanto ao discurso, há uma distinção entre sua matéria e sua forma. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) a matéria do discurso é o seu conteúdo e a forma, a disposição em que a matéria é apresentada. Para a constituição do discurso, deve haver os elementos de presença, mas além deles, os argumentos, que em conjunto construirão a forma. A matéria será reunida de acordo com o que se objetiva discursar, sendo que varia de acordo com a forma do discurso, que permite reduzir ou ampliar o conteúdo. Fica estabelecido, nesse sentido, que os meios para argumentação são o foco dado na formulação do discurso. Uma contribuição posterior de Olivier Reboul complementa essa tese de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Segundo Reboul, há um conjunto de argumentos que formaliza a base de toda a argumentação, aquilo que ele chama de motivo central. Segundo ele: “Entendemos por motivo central um procedimento retórico, figura ou argumento, que serve de princípio organizador para o texto” (REBOUL, 2004, p. 158). O motivo central é a união do que Perelman e Olbrechts-Tyteca classificaram através da distinção entre forma e matéria que constituem um discurso.

As formas servir-se-ão dos termos para se estabelecerem, e também de suas relações sintáticas. Quanto aos termos, os autores declaram:

A escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo. Apenas depois da supressão deliberada ou inconsciente da intenção argumentativa é que se pode admitir a existência de

sinônimos, de termos que seriam suscetíveis de ser utilizados indiferentemente um pelo outro (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 168).

A escolha dos termos vai determinar o estilo, evitar ambiguidades, cacofonias, repetições, palavras inadequadas à erudição (ou falta dela) que o auditório apresenta, reduzir os efeitos da mudança de significado da palavra entre os dialetos ao longo do tempo e do espaço. Logo, a escolha dos termos influencia diretamente na eficiência do discurso.

### 1.5.3 – As figuras de retórica

Cabe notar que, para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), as figuras de retórica acompanham esse aspecto da argumentação. As figuras são meios de enriquecimento da linguagem por meio de expressões incomuns que ampliam a capacidade de presença da ideia na consciência. De acordo com os autores:

Duas características parecem indispensáveis para que haja figura: uma estrutura discernível, independente do conteúdo, ou seja, uma forma (seja ela, conforme a distinção dos lógicos modernos, sintática, semântica ou pragmática), e um emprego que se afasta do modo normal de expressar-se e, com isso, chama a atenção. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 190).

As figuras, portanto, agem de forma estilística ou argumentativa. Os autores definem:

Consideraremos uma figura *argumentativa* se, acarretando uma mudança de perspectiva, seu emprego parecer normal em relação à nova situação sugerida. Se, em contrapartida, o discurso não acarretar a adesão do ouvinte a essa forma argumentativa, a figura será percebida como ornamento, como figura de *estilo*. Ela poderá suscitar a admiração, mas no plano estético, ou como testemunho da originalidade do orador. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 192).

Há grande quantidade de figuras que podem ser utilizadas em qualquer uma das formas, o que definirá sua eficácia será a situação em que são empregadas. A alusão, a metáfora, a metonímia, a sinédoque, a antonomásia, entre outras, possuem seu aspecto de estilo naturalmente, mas só adquirem o aspecto argumentativo quando movem a adesão ou persuasão.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) fazem uma divisão das figuras em três: figuras de escolha, que opõe duas ou mais possibilidades, elencando uma delas como melhor ou inferiorizando uma; figuras de presença, que visam fixar a ideia por meio de repetição ou amplificação; e as figuras de comunhão que se relacionam com outros autores ou situações. As figuras específicas serão melhor estudadas mais adiante.

#### **1.5.4 – As modalidades gramaticais**

De acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), as modalidades gramaticais influenciam na expressão. A distinção clara entre afirmação e negação dispõe de noções que o auditório deve ter. A afirmação é aquela que coloca um argumento de forma direta, ao contrário da negação, que rejeita uma afirmação já existente, de forma que a negação sempre depende de uma afirmação anterior. A construção própria da negação se faz a partir da afirmação, seja por prefixos, por conjunções, por advérbios ou por preposições que são opositivas, negativas ou contraditórias.

As construções sindéticas (que estabelecem relação entre os termos) e assindéticas (que não estabelecem relações entre os termos) também permitem o desenrolar da argumentação. Enquanto: “A construção sindética é a construção argumentativa por excelência” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 178), por dar uma sequência coerente entre os termos ligando-os com a conclusão, a construção assindética é própria da enumeração de exemplos ou para pontuar dados.

Quanto ao modo verbal que define a colocação dos termos, há uma divisão “em número de quatro: a assertiva, a injuntiva, a interrogativa e a optativa.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 179). Assertiva é a modalidade que se estabelece pelo indicativo, sendo a dominante nas argumentações no tocante às provas. Injuntiva é a modalidade que utiliza o imperativo, predominante nos discursos retóricos deliberativos e forenses. Segundo os autores:

Contrariamente às aparências, ela não tem força persuasiva, todo o seu poder vem da ascendência da pessoa que ordena a que executa: é uma relação de forças que não implica adesão nenhuma. Quando a força real está ausente ou não se pretende a sua utilização, o imperativo toma a inflexão de um rogo. Por causa dessa relação pessoal implicada pela forma imperativa, esta é muito mais eficaz para aumentar o sentimento de presença. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 179).

Interrogativa é a modalidade que implica um acordo prévio implícito ou explícito. Responder algo é dispor de uma concordância dos termos da questão. A força que a interrogação dá a um discurso é a de colocar o auditório dentro de uma escala de valores própria ao discurso, principalmente no discurso forense. No discurso epidítico, utilizam-se as perguntas para reiterar as respostas que já são esperadas. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca: “As perguntas são, em geral, apenas uma forma hábil para encetar raciocínios, notadamente usando da alternativa ou da divisão, com a cumplicidade, por assim dizer, do interlocutor que se compromete, por suas respostas, a adotar esse modo de argumentação.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 180). Mas a interrogação também serve para questionar a validade de uma pergunta anterior, mudando o ônus da prova ou simplesmente invertendo o sentido da pergunta. Optativa, por sua vez, é a modalidade que se utiliza do subjuntivo, dando uma margem de oscilação entre possível e provável.

Há ainda as variações de tempo, que podem memorar algo feito (discursos forense e epidítico com casos particulares, deliberativo com exemplos) com o pretérito, firmar a presença do orador com o presente, ou projetar fatos e atitudes futuras com tempos futuros.

O emprego das pessoas pronominais implica a construção do *ethos* do orador. Quando ele necessita da inclusão do auditório na sua exposição, tornando-se parte integrante de um grupo, utiliza-se a primeira pessoa do plural. Se o objetivo é manter a unidade do orador, utiliza-se a primeira pessoa. Mas se se busca criar um anonimato de ideia, utiliza-se a terceira pessoa construindo um sujeito indeterminado, como acontece nos discursos acadêmicos por exemplo.

Para a comunhão com o auditório, não apenas o uso da primeira pessoa no plural, mas a utilização de argumentos fixos eleva a possibilidade de adesão. As máximas (ideias de pessoas relevantes em determinadas culturas), os provérbios (ditos populares que apresentam uma ideia comum entre muitos indivíduos de uma sociedade, preservados por uma tradição) e os *slogans* (frases de efeito que visam adesão imediata) auxiliam na força do argumento e na adesão do auditório.

### **1.5.5 – As técnicas argumentativas**

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) as técnicas argumentativas dividem-se em duas cadeias argumentativas distintas: os argumentos quase-lógicos e os argumentos que se fundam na estrutura do real. Esses argumentos agem de forma distinta, porém podem ser conciliados através da interação dos argumentos, mas também há o risco da dissociação de



ideias através da incompatibilidade de ideias, das falsas analogias, da aparência de realidade (verossimilhança), dos conceitos contraditórios, da autenticidade e artificialidade, das falhas de enunciação e definição, e das falhas na composição retórica e na oratória.

Para o estudo das argumentações, os autores propõem que: “Para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos falantes, o que nunca deixa de apresentar riscos.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 211). Os riscos formulam-se a medida que é preciso criar hipóteses para as finalidades que o discurso tinha para utilizar aqueles argumentos. Portanto, o discurso é “um ato que, como todo ato, pode ser objeto, da parte do ouvinte, de uma reflexão.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 213). O ouvinte naturalmente reflete sobre os argumentos criando contra-argumentos ou aceitando-os, mas é possível para o orador direcionar estas reflexões.

Os argumentos quase-lógicos são aqueles que apresentam um raciocínio lógico incompleto, um silogismo que oculta um de seus termos ou a premissa, em retórica chamado de entimema, sendo o argumento de transitividade sua expressão mais elementar, pois parte de uma premissa diretamente para sua conclusão. Sua precisão é imperfeita, porém atinge a verossimilhança de forma que é capaz de convencer quando utilizado sem que esteja em contradição.

Costuma-se utilizar as definições para sustentar a identidade entre o argumento e a materialidade de que fala. Uma definição é, segundo os autores: “um esboço de purificação ou de generalização que lhe permita transpor a distância que separa o que se define dos meios utilizados para defini-lo.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 238). Há quatro tipos de definição: as normativas, que definem a forma em que se utiliza a palavra; as descritivas, que indicam o sentido da palavra em um meio e momento específicos; as de condensação, que indicam os elementos de descrição essencial da definição; as complexas, que combinam elementos das três formas anteriores. Um risco que as definições incorrem é na tautologia, quando não há real definição, mas apenas uma exposição de elementos contidos na própria definição, por exemplo: movimento uniforme é o movimento que se desloca de maneira uniforme.

Todo argumento quase-lógico, mesmo que não possua a estrutura silogística completa, ainda assim possui elementos classificados em gêneros e particulares. Assim, é possível separar os elementos em todo e partes. Dizem Perelman e Olbrechts-Tyteca:

A relação de inclusão ocasiona dois grupos de argumentos que há interesse em distinguir: os que se limitam a demonstrar essa inclusão das partes num todo e os que demonstram a divisão do todo em suas partes e as relações entre partes daí resultantes. (2005, p. 262).

Quando esse tipo de argumento é confrontado com a sentença e não é compatível com ela, há uma incompatibilidade de ideias. Esse falseamento é um contra-argumento eficaz para refutar o argumento quase-lógico. A incompatibilidade é demonstrada pela contradição existente entre o argumento e a sentença, seja em suas causas ou em suas conclusões.

Há três atitudes que podem ser utilizadas para evitar essas refutações dos argumentos quase-lógicos. A primeira é a lógica, em que o orador procura elencar os elementos faltantes do argumento e completá-lo com outros que permitem evidenciar racionalmente a exposição. A segunda é a prática, quando o orador elabora exemplos concretos para ilustrar a real possibilidade de seu argumento estar baseado em fatos, portanto, que é crível e fundamentado. A terceira é a diplomática, em que o orador desvia a atenção do argumento para uma possível explicação aprofundada em momento oportuno.

Para a eficiência do argumento quase-lógico é necessário definir o que são teses compatíveis e incompatíveis. As primeiras são aquelas que, ainda que contraditórias, pertencem a um mesmo sistema, de forma que podem caracterizar um mesmo objeto, mas em distintas funções, por exemplo, ao descrever a água como líquida em um momento e sólida em outro. Incompatíveis são aquelas que se confrontam e entram em contradição no ato do discurso. Portanto, a distinção entre teses compatíveis e incompatíveis se dá na relação entre elas, e não propriamente na sua condição ontológica. Não é o que são em si mesmas que as torna incompatíveis ou compatíveis, mas a relação entre elas no discurso.

Para a incompatibilidade ser demonstrada é possível usar o princípio do terceiro excluído, o *tertium non datur*, entre duas proposições contraditórias, ou se é uma ou outra, não há terceira alternativa, assim refuta-se a existência de ambas por contradição, ou elenca-se uma como correta e a outra como falsa, desarticulando o discurso e reforçando a própria argumentação.

Outro argumento cuja prova de incompatibilidade é utilizado através de uma regra sem exceções e exageradamente ampla, chama-se autofagia, pois é uma regra que ao ser utilizada para refutar um argumento por incompatibilidade, termina ele próprio se mostrando incompatível com a argumentação. Um argumento de autofagia é a retorsão (*redargutio elenchica*), consiste em “um argumento que tende a mostrar que o ato empregado para atacar

uma regra é incompatível com o princípio que sustenta esse ataque.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 231).

A auto-inclusão é o princípio que rege todo argumento, sendo que sempre que se usa um argumento com intenção de refutar algo, de antes, ser sustentado pelos seus próprios princípios. Um argumento que refute o do oponente, mas também o próprio, gera uma autofagia.

Para enriquecer os elementos persuasivos, não apenas os elementos racionais dos argumentos quase-lógicos devem ser ressaltados, mas deve-se evitar a contradição com senso comum, pois a impressão que uma contradição direta com os valores do auditório causam nesse, eliminam a eficiência de um argumento. Para levar um argumento quase-lógico a uma contradição, pode-se utilizar o ridículo (*reductio ad absurdum*), mostrando a incoerência com os princípios aceitos para uma demonstração aceita pelo auditório. Segundo os autores: “Uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificção, com a opinião aceita.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 233). A forma mais comum de utilizar este argumento é a ironia, que argumenta pelo contrário do que se diz, ele demonstra o ridículo de um argumento do oponente exagerando-o de forma sarcástica. A ironia é um figura que atinge o nível de argumento quase-lógico ao demonstrar que um raciocínio, mesmo que dedutivamente correto, desvinculado de premissas verdadeiras torna-se falso.

A analogia pode ser utilizada para gerar argumentos quase-lógicos, comparando duas situações distintas a partir de noções em comum contidas nelas. Esse é o argumento de reciprocidade, que afirma ser equivalente para uma situação o que foi válido em outra. Surge ligado à analogia também o argumento de comparação, que busca a relação entre diversos objetos entre si. Outro argumento comparativo é o de sacrifício. Esse argumento faz uma comparação entre uma situação inicial e outra posterior ao sacrifício que o orador se propõe a fazer para obter tal mudança.

A última classe de argumentos quase-lógicos expostos pelos autores é a relação matemática, estatística e de probabilidades. Apresentar números de referência é uma forma de representar raciocínio lógicos oriundos da exatidão matemática. Quanto a esses argumentos, deve-se observar que nem toda realidade é redutível a condições matemáticas, podendo falhar na exatidão, apesar de possuírem grande força persuasiva.

Os argumentos baseados na estrutura do real utilizam a força dos fatos para sustentar uma vinculação direta com o real. Usa os exemplos como sustentáculo de toda sua argumentação. Observam os autores: “O que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas,

aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 298).

Há quatro grupos de argumentos baseados no real: a ligação de sucessão, que une as causas de um fenômeno a suas conclusões; a ligação de coexistência, que une pessoa e ato, grupo e indivíduo ou essência a suas manifestações; o vínculo simbólico, que liga símbolo e significado; o argumento de dupla hierarquia, que usa os graus relativos a uma ordem.

Entre as ligações de sucessão, destaca-se o vínculo causal, dividido em: argumentos que ligam dois acontecimentos sucessivos; argumentos que buscam uma causa para um acontecimento; argumentos que buscam um efeito para um acontecimento.

Como esses argumentos implicam fins e meios, há vinculação de valores entre eles. A hierarquia de valores estabelece fins últimos para os quais tendem a vontade e a ação, a argumentação não pode circulá-los como inexistentes, mas buscar meios que atinjam seus fins sem que demonstre uma impossibilidade em realizar também os fins do auditório. Os meios não podem ser moralmente diversos dos fins sem que provoquem reações no auditório. Explicam os autores que: “Na vida social, o mais das vezes, é o acordo sobre um meio, apto para realizar fins divergentes, que conduz a constituí-lo num fim independente. Aliás, a melhor técnica para enaltecer esse acordo é ver nele um acordo sobre fins”. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 313).

O argumento pragmático visa desvalorizar uma situação em detrimento de sua causa ou de sua consequência. Ele é de forte persuasão por usar um vínculo causal de necessidade que implica como real a desvalorização de um em consequência de outro. É refutável quando se demonstra que nem tudo que é consequência é necessariamente fruto de uma única causa, nem tudo que é uma causa possível de algo, necessariamente provoca determinado efeito, sendo possível que também provoque outras consequências. O exemplo é seu sustento, por isso é pragmático.

O argumento do desperdício expõe uma necessidade de continuidade em uma ação devido ao esforço já empregado nela.

O argumento da direção gera um “efeito dominó” de causas e consequências necessárias que derivam de uma ação ou ideia em particular. Em direção contrária há o argumento de superação, que busca evidenciar possíveis alternativas que quebrar a linha argumentativa do argumento de direção.

Dentre as ligações de coexistência que ligam duas realidades de diferentes níveis, sendo uma delas secundária em relação à outra. A relação entre a pessoa e seus atos implica

diversas ligações de coexistências, nas quais as causas e consequências geram tensões que mudam o campo de ação à medida que enfatizam um ou outro.

O argumento de autoridade (*argumentum ad verecundiam*) é baseado no exemplo do orador devido à sua posição ou poder, ou é relacionado a uma fonte que possui prestígio. É considerado um argumento fraco, pois só convence a quem, em certa medida, já concorda com a fonte de sua tese. Não há real persuasão e convencimento, pois não interfere eficazmente em um auditório que seja oposto à tese, mas pode ser utilizado como tese de adesão, para ganhar aprovação do auditório e, apenas depois desta aprovação, iniciar um plano de persuasão. Sua fraqueza, portanto, está na firme adesão que um auditório tem em suas noções, contradizer uma delas através de uma autoridade contrária a tais noções invalida o argumento. Esta firmeza em noções de alto grau na hierarquia de valores é uma crença imutável (*credo quia absurdum*). Por outro lado, utilizar uma autoridade que sustente estas noções gera adesão.

O argumento de dupla hierarquia exprime a proporcionalidade de valores, em que variam em graus, desde o superior até o inferior. Segundo os autores:

O argumento de hierarquia dupla muitas vezes está implícito. Com efeito, atrás de toda hierarquia vamos delinear outra hierarquia (...) Cumpre, porém, precaver-se de acreditar que a hierarquia que o interlocutor utiliza como justificação é necessariamente aquela em que pensamos. (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 384).

Há uma distinção entre grau e ordem, as duas categorias de valores que Perelman e Olbrechts-Tyteca utilizam. Grau confere alteração em relação de intensidade, sem variar a ordem, que é o conjunto em consideração. Assim, quando falo em um exército, posso argumentar que um tem a força aérea melhor, pois tem graus mais elevados de patente, porém o outro possui mais variações de ordem em seu exército, pois além da força aérea possui também infantaria e artilharia.

As ligações que fundamentam a estrutura do real agem por meio de argumentos que procuram enfatizar o recurso dos fatos. Os casos particulares aparecem como: o exemplo, que possibilita generalização; a ilustração, que manifesta uma regularidade reconhecida; o modelo, que provoca imitação.

O argumento do exemplo parte de um fato particular que pode ser explicitado diretamente ou por meio de uma narrativa, fundamentado em alguma referência ou a partir da história. Ele possibilita uma generalização por meio de indução, pois se toma o exemplo como

caso que se aplica a muitos outros semelhantes, porém, há vezes em que ele não alcança essa generalização, permanecendo como argumento de particular a particular.

O exemplo pode incorrer em contradição com a tese fundamental, isso é chamado de *exemplum in contrarium*. Pode ser usado como contra-argumento ao demonstrar a contradição não evidente num primeiro momento.

A ilustração difere do exemplo, pois a ilustração visa reforçar uma adesão a uma tese já aceita pelo auditório. O exemplo pode ter esse emprego, mas sua utilização principal é induzir à adesão a uma tese nova. A ilustração, portanto, é um emprego importante para aumentar a presença do orador. Como a adesão já existe, a ilustração pode ser expressa ironicamente, pois a ironia permite eliminar a seriedade da regra.

O argumento por modelo, ou antimodelo, trata de condutas a serem imitadas, ou não. Explicam os autores: “Nós mesmos insistimos no papel da inércia, no fato de que a repetição de uma mesma conduta não tem de ser justificada, ao contrário da alteração e da mudança, e na importância que, por isso, se confere ao precedente.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 413). Um modelo, por estar em melhor situação que os demais, deve impulsioná-los à mudança, nunca à permanência.

A analogia surge entre os argumentos de estrutura do real através de um grau de semelhança e diferença que o componente ou situação do argumento tem com o real. Ela é usada através da proporção comparativa entre a estrutura de um elemento e de outro semelhante. Ela não caracteriza identidade, nem total nulidade, mas um grau de semelhança, que segundo os autores tem: “uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 424).

Tema é a situação ou objeto conclusivo equivalente ao conjunto A e B que entra em comparação com o foro, termo correspondente ao conjunto C e D, o mais conhecido dentre eles. O primeiro é esclarecido pelo do segundo. A analogia, portanto, deve partir de algo muito bem conhecido pelo auditório, para que tenha o efeito esperado de associação.

A analogia possui, portanto duas possibilidades básicas, a proporção entre quatro termos em comparação, ou a analogia de três termos, na qual um deles é comum às duas sentenças. Esse termo comum, no entanto, existe em cada situação com uma forma própria, caracterizando a lei geral da analogia. Para intensificar a força argumentativa, pode-se utilizar vários foros na analogia, ou aplicar mais de uma analogia para um mesmo argumento.

Como a língua por natureza é ambígua, necessitando sempre de usar termos de uma categoria morfológica em outra para alterar seu significado, porém mantendo o mesmo termo,

a analogia é algo presente na linguagem como um todo e largamente utilizada, mesmo que de forma inconsciente, como, por exemplo: embarcar no trem e pé da mesa. No nível argumentativo, a analogia é facilmente captada e eficiente se utilizada de forma precisa com um foro conhecido do auditório e com atributos facilmente comparáveis.

A analogia surte efeito axiológico, pois um dos termos comuns da analogia de três termos mais fácil de equiparar é o valor. Um valor é, em si mesmo, um grau de comparação entre dois elementos distintos. Assim, o efeito desse tipo de analogia é a transferência de valor, em que o foro recebe o valor do tema ou vice-versa. Outra forma é pela estrutura, já a proporcionalidade se vale do número, da forma e da categoria para equiparar tema e foro.

Um dos problemas que a analogia apresenta é a universalidade de certos foros, que pode possuir uma semelhança com o tema utilizado, mas através de um contra-argumento ser associado a outro que seja de efeito contrário. Portanto, uma boa analogia deve ter o foro estrito, ou o mais próximo possível do tema, para que não surja oportunidade para uma analogia contrária.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) a metáfora é uma forma condensada de analogia, em que algo é expressado diretamente pelo seu elemento de semelhança, sem a comparação. Segundo eles: “Não poderíamos, neste momento, descrever melhor a metáfora do que a concebendo, pelo menos no que tange à argumentação, como uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema.” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 453). Assim, a metáfora age de forma direta, como uma analogia que é usado como um dado, um argumento que está ligado ao real. Esta ligação imediata ao real não é uma realidade do termo usado na metáfora, mas a ideia a que ela remete. Uma metáfora possui sua fraqueza justamente neste ponto: a confusão do auditório em compreender o termo usado na metáfora em seu sentido primário e não no sentido metafórico que lhe dá seu sentido e realidade.

## **1.6 – Michel Meyer e a problematidade**

Michel Meyer, seguindo os princípios dados por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, traz novos elementos para a retórica. Os estudos modernos de retórica focalizam meios mais eficientes, e alguns de seus problemas ainda não eram existentes para os antigos, como a internet, o som, o vídeo etc. O foco hoje está no *ethos* e no *pathos* para boa parte dos estudos. Mas a tendência tem sido por uma unidade dos três fundamentos: *ethos*, *pathos* e *logos*, como propõe Meyer (2007a).

Meyer vê a retórica como a medida da distância entre duas opiniões, de forma que ela age de forma reflexiva, tem um agente que também é receptor. Segundo ele: “O que negociamos pela retórica? A identidade e a diferença, a própria, a dos outros; o social que as enrijece, o político que as legitima e por vezes as sacode, o psicológico e o moral em que elas flutuam.” (MEYER, 2007a, p. 26). Ele centra toda sua visão de retórica, portanto, na dicotomia pergunta-resposta. Cada discurso projeta uma recepção do que fala, de forma que quando passa a ter o auditório efetivo tem uma resposta sobre o que disse. Para o auditório, sua recepção do discurso gera paixões que são respostas. Assim surge o tréptico que sustenta a retórica: *ethos*, *logos* e *pathos*.

Esse tréptico é a base de toda a noção retórica de Meyer, pois para ele não há separação entre *ethos*, *logos* e *pathos*, já que todo discurso possui os três elementos. É possível distingui-los a nível de estudo e ênfase, mas não é possível abolir um deles. Explica o autor:

Com éthos, o páthos e o lógos, somos remetidos aos três problemas extremos e inseparáveis que o homem coloca para si mesmo desde sempre: o eu com o éthos, o mundo com o lógos e o outro com o páthos. Com a retórica, o eu, o outro e o mundo são implicados em uma interrogação em que o outro é solicitado como auditório, como juiz e como interlocutor (MEYER, 2007a, p. 30).

Para ele a relação entre orador, linguagem e auditório é uma síntese a partir da qual a retórica surge. Portanto, qualquer estudo retórico deve utilizar-se de ambos. Meyer complementa: “o éthos, o páthos e o lógos devem ser postos em pé de igualdade, se não quisermos cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórica. O orador, o auditório e a linguagem são igualmente essenciais.” (MEYER, 2007a, p. 25).

O orador é responsável por criar uma imagem de si e gerar expectativa no auditório através de sua presença, ele é o agente do discurso e aplica a enunciação e a prosódia, assim ele constitui seu *ethos*. Segundo Meyer: “O éthos se apresenta de maneira geral como aquele ou aquela com quem o auditório se identifica, o que tem como resultado conseguir que suas respostas sobre a questão tratada sejam aceitas.” (MEYER, 2007a, p. 35). O auditório possui uma imagem imediata do orador, ou uma expectativa criada previamente, logo, para um discurso que possa atingir seus objetivos deve eliminar sempre o mistério, de acordo com o autor: “O éthos é a capacidade de pôr termo a uma interrogação potencialmente infinita. Para chegar a isso, o orador deve dar prova de um saber particular”. (MEYER, 2007a, p. 43). A argumentação deve ser disposta de tal forma que desperte confiança no auditório em cada



posição tomada pelo orador, Os argumentos do orador “não têm outro objetivo senão o de sinalizar para ele [o outro]: ‘Eu conheço a resposta, você pode confiar em mim’.” (MEYER, 2007a, p. 36).

Os efeitos que a argumentação provoca no auditório através do *pathos* desenvolvem a persuasão e o convencimento como resposta. O *pathos* é um conjunto de paixões que o orador suscita no auditório com uma finalidade específica, portanto provocar paixões sem que se tenha uma intenção determinada pode enfraquecer o argumento, levando o auditório contra o orador. Segundo Meyer: “A função da paixão consiste em comunicar ao outro a diferença que é a sua: é uma resposta sobre um problema que separa, e há paixão na cólera que insulta, assim como no amor, que visa a aproximação.” (MEYER, 2007a, p. 38). O *pathos* é a dimensão retórica que concentra a interação com o auditório, pois é o conjunto de respostas que esse pode dar, logo, conhecer o *pathos* é fundamental para organizar a argumentação, o que mostra a importância do teste de adesão inicial. Meyer afirma: “o páthos é a fonte das questões e estas respondem a interesses múltiplos, dos quais dão prova as paixões, as emoções ou simplesmente as opiniões.” (MEYER, 2007a, p. 36). A psicanálise abriu margem para o estudo do inconsciente e sua participação na retórica, mostrando que o corpo e a psique também expressam dimensões do *pathos*, não apenas o discurso. O autor explica: “A paixão é a retórica do corpo, ela é o ponto de fusão entre o orgânico e o psicológico, a linguagem que faz do problema uma vitória aparente, de qualquer forma uma solução – absolutamente provisória” (MEYER, 2007a, p. 90).

Meyer faz com que *ethos* e *pathos* tenham um diálogo, no qual se define o próprio *ethos*. “Esse saber compartilhado, que permite a troca, chama-se contexto: o contexto é o conjunto de respostas supostas que o orador e o auditório devem compartilhar, a título de conhecimento.” (MEYER, 2007a, p. 43).

Quanto ao *logos*, Meyer dá menor importância a ele do que Perelman e Olbrechts-Tyteca, pois, para o primeiro, o *logos* deve ser usado como uma unidade com o *ethos* e o *pathos*. Os três se equivalem na medida em que se complementam. O *logos*, como a parte estrutural da argumentação, possui a função de tornar clara e convincente a mensagem dita. Para tanto, o *logos*, como estrutura, implica todas as questões que o *ethos* e o *pathos* enunciam. Segundo Meyer: “O lógos deve poder expressar as perguntas e as respostas preservando sua diferença.” (MEYER, 2007a, p. 40). E ainda: “o lógos é tudo aquilo que está em questão.” (MEYER, 2007a, p. 45). A posição do orador e do auditório também pode mudar o sentido do *logos*, pois uma resposta requer uma pergunta feita, mas tanto as perguntas como as respostas podem ter diferentes referenciais.

As relações que se estabelecem entre o tréptico definem a forma do discurso. As formas *ad rem* e *ad hominem* se definem a partir da relação entre *ethos* e *logos*, e *pathos* e *logos*, respectivamente. De acordo com o autor: “Quando a [a retórica] negociamos a partir da questão, do que constitui uma questão, estamos *ad rem* (*res* = ‘coisa’, em latim, portanto a causa, o que está em causa), e quando o fazemos a partir da intersubjetividade dos protagonistas, estamos no *ad hominem*, pois nos dirigimos aos homens, ao que eles são, ao que acreditamos que eles sejam, ao que gostaríamos de acreditar que eles fossem, ou ao que recusamos que eles sejam.” (MEYER, 2007a, p. 27). Toda a questão, portanto, parte de uma argumentação *ad rem* ou *ad hominem*. Nessas argumentações é que o orador necessita estreitar as distâncias para com o auditório, pois elas que ordenam o grau da problematidade, de acordo com quantidades maiores ou menores de ênfases em cada um dos elementos do tréptico, e em sua relação com os argumentos.

Para Meyer (2007a) são três os gêneros retóricos, seguindo Aristóteles: deliberativo, que aconselha ou ordena para o útil ou contra o prejudicial; o judiciário, que julga se há justiça ou não; e o epidíctico, que elogia, aclama ou censura, centrado no estilo. Eles se sobrepõem com frequência. Toda argumentação se desenvolve para defender uma causa que move o orador a enunciar seu discurso. Segundo o autor: “Assim, na Retórica a Herêncio há quatro tipos de causa – a saber, a honorável, a má, a duvidosa e a insignificante, segundo o grau de problematidade que a causa representa para o auditório, portanto para os valores da comunidade.” (MEYER, 2007a, p. 48). As causas variam de acordo com a problematidade que o auditório atribui a nelas, quanto mais o orador conhecer os valores que o auditório possui, maior será sua capacidade de empregar uma causa eficiente.

A eficiência da argumentação depende da *phrónesis* (prudência). Para argumentar, o orador precisa conhecer os valores do auditório para construir seu *ethos* e assim causar boa impressão. Para ele:

o orador vê seu auditório imanente como o reflexo, a recíproca dessa relação centrada na interrogação, ao passo que o auditório opera em termos de valores. É o que separa o projetivo do efetivo. O orador ou *éthos* efetivo imagina um auditório ou *páthos* que é uma projeção dessa efetividade. (MEYER, 2007a, p. 52).

Toda a argumentação e a contra argumentação está fundamentada nos três princípios metafísicos que sustentam a lógica: identidade, não-contradição e terceiro excluído. Usa-se do entimema e do silogismo na argumentação. O primeiro é o segundo excluído de uma das

premissas. Ambos são dedutivos e apenas comprovam algo, de forma que a indução e os exemplos são mais eficientes no convencimento. As figuras retóricas permitem oferecer uma resposta para uma pergunta não feita, de forma a dificultar a não aceitação. Aceitam-se as figuras de linguagem (tropos) para associar ideias, como a metáfora, metonímia, sinédoque e a ironia.

A retórica está presente em vários tipos de discurso, como o político, o filosófico, o cotidiano, o histórico, o literário e o publicitário. O subjetivismo interpretativo de Meyer (2007b) segue as correntes filosóficas da atualidade: Hermenêutica, Recepção, Desconstrucionismo. Quanto aos gêneros literários eles obedecem aos componentes da retórica: no lírico predomina o *ethos*, no épico o *logos* e no dramático (tragédia), o *pathos*. O cruzamento dos três (*ethos*, *logos* e *pathos*) com os estilos figurado e realista geram neste último, respectivamente: o romance, a história e a comédia.

## CAPÍTULO 2 – AS FIGURAS RETÓRICAS E O CONCEITO DE PARADOXO

Para a análise dos paradoxos como estratégia retórica nos escritos de Chesterton é necessário abordar os aspectos que caracterizam o paradoxo como figura retórica<sup>9</sup>. A fim de estabelecer uma classificação das figuras retóricas, com fins metodológicos para o melhor estudo sobre o paradoxo, é importante analisar que, segundo José Luiz Fiorin (2014), a retórica estudou a divisão das figuras de formas distintas ao longo de sua história. Ele explica que:

Há, pois, duas direções da aproximação da linguística com a retórica: uma é a que considera que há uma retoricidade geral, que é a condição mesma da existência da produção discursiva; outra, que vê a retórica como instrumento ainda válido de análise discursiva e que busca repensar a retórica antiga à luz das modernas descobertas da ciência da linguagem (FIORIN, 2014, p. 18).

Essa divisão foi responsável por uma divisão na compreensão das figuras retóricas. Um grupo considera que a retórica é apenas estilística, logo as figuras tornam-se ornamentos. A outra vertente considera que é impossível ao orador elaborar sua linguagem com fundamentos de uso que lhe permita emitir efeitos persuasivos, que podem ser incrementados de efeitos para a argumentação com visão a persuadir e convencer. Nessa vertente, as figuras são mais que meros efeitos estilísticos, são ornamentos no segundo sentido do termo latino<sup>10</sup>, são arcabouços técnicos que possuem efeitos argumentativos práticos e com diferentes níveis de eficiência.

Segundo Fiorin, para os retores antigos:

A retórica tinha entre seus objetivos não apenas *docere* (= mostrar) ou *probare* (= provar), que concernem ao componente inteligível do discurso, mas também *delectare* (= deleitar) ou *placere* (= agradar) e *movere* (= emocionar) ou *flectere* (= comover) (Cícero, 1921, I, 21, 69, Quintiliano, 1980, XII, 2, 11), que dizem respeito ao componente afetivo do discurso. (FIORIN, 2014, p. 20).

<sup>9</sup> Segundo José Luiz Fiorin: “as figuras têm sempre uma dimensão argumentativa, pois elas estão a serviço da persuasão, que constitui a base de toda a relação entre enunciador e enunciatário” (2014, p. 10).

<sup>10</sup> Segundo José Luiz Fiorin, o termo ornamento vem do latim *ornatus* que pode significar luxo, embelezamento; mas também pode significar aparelho, equipamento, donde vem o significado usado pelos retores antigos de meio técnico de aperfeiçoar a língua, buscando eficiência no dizer e no convencer. (cf. FIORIN, 2014, p. 27).

Os antigos, portanto, consideravam que o efeito afetivo da linguagem aumenta sua eficácia discursiva. Logo, a retórica poderia incrementar, entre seus elementos persuasivos, as figuras. Os efeitos buscados pela retórica eram diversos e também se valiam de sua aparência: mostrar, provar, deleitar, agradar, emocionar e comover. Ainda segundo o autor:

A retórica antiga estudava cinco operações: invenção (*inventio*), disposição (*dispositio*), a elocução (*elocutio*), o desempenho do orador (*actio*) e a memória (*memoria*). A invenção é o ato de encontrar argumentos, e não de inventá-los. Eles são lugares comuns (*tópoi*) (FIORIN, 2014, p. 25).

Os lugares comuns (*tópoi*) são a base para a discussão sobre as figuras. O que as define e como se organizam? Segundo Fiorin, o linguista Roman Jakobson:

Aponta que há uma relação profunda entre uma dicotomia fundamental da linguística saussuriana, *paradigma* vr. *sintagma*, e dois processos semânticos (ou mentais), a *similaridade* e a *continuidade*, uma vez que o paradigma se constrói sobre liames de similaridade, enquanto o sintagma, sobre conexões de contiguidade. Esses dois processos geram as duas classes em que se repartem todos os tropos: a metáfora, construída sobre uma relação de similaridade e a metonímia, sobre uma relação de contiguidade. (FIORIN, 2014, p. 15).

Assim surge uma distinção entre *trópos*<sup>11</sup> e figura, sendo que o primeiro deriva de forma metafórica, alterando o sentido, e a figura deriva de uma estrutura metonímica, estendendo, diminuindo ou repetindo elementos. Ainda assim, ambos continuam a ser tratados por figuras, servindo essa divisão apenas para meios classificatórios.

Tal divisão é responsável não apenas por constituir a formação das palavras, mas por classificar as próprias figuras. Segundo Fiorin (2014, p. 28): “a figura é um desvio, que incide sobre a palavra, a frase ou o discurso. Além disso, é uma construção livre, que está no lugar de outra.” As figuras podem ser utilizadas como alteradoras de sentido ou para enfatizar um sentido, mesmo que sem alterá-lo em sua base de significado. “Dessa forma, a retórica é a disciplina da impropriedade do sentido.” (FIORIN, 2014, p. 28).

No caso do tropo, Fiorin segue Denis Bertrand, dizendo que é “a intersecção entre traços semânticos produzidos pelos sentidos em questão. Por isso, é necessário apreender o tensionamento competitivo e até conflitual que lhe dá existência.” (FIORIN, 2014, p. 29). E sugere que para analisar um tropo, deve-se utilizar primeiro “as dimensões de intensidade e

<sup>11</sup> Segundo Fiorin: A palavra *trópos* significa ‘direção’, ‘maneira’, ‘mudança’. No caso da linguagem, pensa-se em ‘mudança de sentido, de orientação semântica’.” (2014, p. 26).

extensão das grandezas linguísticas”, em segundo, “o modo de coexistência dos traços semânticos” (em especial no paradoxo), em terceiro, “o modo de presença desses traços coexistentes”, e em quarto, “os graus de assunção enunciativa (forte ou fraco), que permitirão realizar a interpretação conveniente de um enunciado, decidindo se ele é irônico ou não, por exemplo” (FIORIN, 2014, p. 29).

Para concluir a divisão entre tropo e figura, sintetiza Fiorin:

Os tropos e as figuras, isto é, as figuras em que há alteração de sentido e aquelas em que não há, são operações enunciativas para intensificar e conseqüentemente também para atenuar o sentido. O enunciador, visando a avivar (ou abrandar) o sentido, realiza quatro operações possíveis, já analisadas pelos retores antigos, como já se mostrou: a natural diminuição do enunciado; e a mudança ou troca de elementos. Os tropos seriam uma operação de troca de sentido. No entanto, pelo que se disse acima a respeito de que os tropos são uma não pertinência semântica, que cria uma nova pertinência, não se pode considerá-los, pura e simplesmente, uma troca semântica. Na verdade, os tropos realizam um movimento de concentração semântica, que é característica da metáfora, ou um de expansão semântica, que é propriedade da metonímia. (2014, p. 31).

Esse movimento semântico que os tropos produzem é responsável pela formação do paradoxo, que segundo a classificação de Fiorin (2014) é um tropo de concentração semântica, pois ele agrega novos significado ao opor-se a uma ideia geral já estabelecida a respeito daquela palavra ou expressão, mas ainda mantém esse mesmo significado, gerando uma significação derivada de uma concentração entre dois significados opostos. Apesar de ser um tropo e de essa divisão facilitar a classificação geral das figuras, neste trabalho o paradoxo continua a ser tratado por figura nominalmente, como foi feito pela tradição até então, porém mantendo a posição classificatória de Fiorin, sendo que ele próprio nomeia de forma geral os tropos por figuras de retórica.

A respeito do paradoxo, sabendo-se que é uma figura retórica de tipo tropo de concentração semântica, é preciso uma definição própria do termo. Etimologicamente, paradoxo vem do grego *para*, que significa oposto a, ou contrário a; e *doxa*, que significa opinião. O vocábulo significa, segundo o *Novo dicionário da língua portuguesa*:

[Do gr. *parádoxon*, pelo lat. *paradoxon*.] S. m. **1.** Conceito que é ou parece contrário ao comum; contra-senso, absurdo, disparate (...) **2.** Contradição, pelo menos na aparência (...) **3.** *Filos.* Afirmação que vai de encontro a sistemas ou pressupostos que se impuseram, como incontestáveis ao pensamento. [cf. *aporia* e *antinomia*.] (HOLANDA, 1975).

Paradoxo é, portanto, uma ideia que se opõe às ideias predominantes. A mesma posição é dada por estudiosos da retórica, que analisam o paradoxo como figura retórica. Seguindo uma definição muito próxima à de Aurélio Buarque de Holanda (1975), Sebastião Cherubim (1989) apresenta o conceito:

(Do gr. *parádoxon*, pelo lat. *paradoxon*). É a figura que consiste em exprimir a opinião contrária ao senso comum, tendo por aparência o erro, mas podendo conter a verdade ou parte dela, e ser, portanto, apenas uma forma de originalidade, e não raro engenhoso sofisma. (CHERUBIM, 1989, p. 50).

Os problemas referentes ao paradoxo como figura retórica são apresentados por Cherubim (1989): primeiro, há estudiosos que o classificam como sofisma; segundo, há estudiosos que o classificam apenas como figura de estilo e originalidade. O fato de demonstrar ironicamente uma verdade por meio de um erro pode levar a conclusões sofismáticas quando a ilação do auditório não percebe que há paradoxo. Se a oposição entre o que é dito e a forma como é dito não fica clara, o paradoxo transforma-se em mera figura estilística, quando não em sofisma.

Aristóteles (2010) diz algo semelhante quando estuda o paradoxo. Como já apresentado no capítulo anterior, o filósofo trata o paradoxo como uma proposição desconexa dentro de um falso silogismo, usada como uma opinião extraordinária. Ao formular um silogismo, inferem-se duas proposições a partir das quais se extrai uma conclusão necessária. O problema com o paradoxo seria, segundo ele, apresentar a proposição através de uma ideia contraditória. Ao formular uma argumentação lógica, ele elenca uma formalidade própria desse método, implicando retoricamente o sofisma. Afirma que: “o paradoxo não resulta devido ao argumento” (ARISTÓTELES, 2010, p. 571), ou seja, o paradoxo não possui o argumento utilizado como causa.<sup>12</sup> A estrutura silogística pode estar correta, mas a proposição é fundamentada numa situação não equivalente à realidade do que se propõe; há uma

---

<sup>12</sup> É preciso observar que o próprio tradutor do texto de Aristóteles, Eduardo Bini, declara em nota: “O paradoxo não é uma afirmação necessariamente falsa ou implausível, mas uma asserção que se distingue e se opõe às opiniões geralmente aceitas, por ser extraordinária. A língua grega distingue entre o *αδοξον* (*adoxon*) e o *παρὰδοξον* (*paradoxon*): o primeiro é o inopinável e, portanto, necessariamente carente de plausibilidade, o segundo é simplesmente o que vai além das opiniões comuns e aceitáveis, e a estas se opondo, torna-se inaceitável. Aristóteles, entretanto, em toda esta discussão em torno da sofística, parece usar os dois vocábulos indiscriminadamente, preocupando-se apenas com o argumento dúbio capaz *quer* de se opor à verdade, *quer* de se opor às opiniões geralmente aceitáveis, nivelando e fundindo o inopinável (implausível) com o que se opõe à opinião que goza de aceitação universal.” (ARISTÓTELES, 2010, p. 570, grifos do tradutor).

incoerência entre o dito e a expressão, invalidando a proposição, logo, invalidando também a conclusão. Para Aristóteles:

cumpre buscar paradoxos nos desejos e opiniões manifestados [pelas pessoas], uma vez que aquilo que desejam e aquilo que declaram não são o mesmo; o declarado por elas são os sentimentos mais decentes, enquanto o que desejam é o que julgam de seu interesse. (...) Entretanto, seus desejos constituem o oposto do seu discurso. Aqueles, portanto, cujas asserções coincidem com seus desejos devem ser levados a expressar as opiniões geralmente professadas, e aqueles, cujas asserções correspondem a estas últimas, devem ser levados a enunciar as opiniões geralmente ocultadas, pois em ambos os casos acabarão necessariamente num paradoxo, porque contradirão ou suas opiniões declaradas ou opiniões veladas. (ARISTÓTELES, 2010, p. 571).

Fica claro que Aristóteles considera o paradoxo como uma forma de expressar algo através da ocultação de uma ideia destoante da declarada, ocasionando uma formulação falsa na argumentação. A ironia não constitui um elemento retórico próprio à formulação argumentativa para ele, como fora para Sócrates ou Platão nos diálogos.

Contudo, há novos estudos de retórica, sobretudo a partir das iniciativas de Chaïm Perelman (2005), que tratam o paradoxo como figura retórica passível de autenticidade e não como sofisma.

No *Tratado da nova argumentação*, conforme a análise empreendida no capítulo anterior demonstrou, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), as figuras são fundamentadas em duas condições: uma estrutura sintática e uma expressiva. Essa distinção permite que na argumentação possa estabelecer-se uma tese coerente com elementos retóricos quase-lógicos estilizados para aumentar a persuasão e conseqüente adesão do auditório. Essa possibilidade é elevada por diversas figuras como o paradoxo, a ironia, a hipérbole, a definição etc. Basta que o orador deixe explícito ao auditório que as figuras não seguem uma função semântica usual, mas propositadamente diversa com a intensão de atingir o *pathos*.

Apesar de, no Tratado, não haver um estudo direto e específico sobre o paradoxo, essas considerações gerais a respeito das figuras ajudam a fundamentar uma análise mais profunda desse conceito na Nova Retórica em comparação com o que a teoria aristotélica foi capaz de apresentar. Outros estudiosos contribuíram para um estudo dentro das novas bases lançadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca. Segundo Antônio Suarez Abreu, por exemplo:

paradoxos - opiniões contrárias ao senso comum - levando, dessa maneira, seus ouvintes ou leitores a experimentarem aquilo que chamavam



maravilhamento, capacidade de voltar a se surpreender com aquilo que o hábito vai tornando comum. Essa palavra foi substituída no expressionismo alemão, no surrealismo francês e, sobretudo no formalismo russo, pela palavra estranhamento, definida como a capacidade de tornar novo aquilo que já se tornou habitual em nossas vidas. (ABREU, 2008, p. 12).

O paradoxo visa provocar, portanto, o *pathos* do auditório através do estranhamento. A expressão é apresentada de forma diversa da esperada, não necessariamente de forma falaciosa. Quanto à estrutura do paradoxo, segundo o autor, é através da técnica do antimodelo que se estabelece o paradoxo: “Uma das técnicas do paradoxo era criar discursos a partir de um antimodelo, ou seja, escolhia-se algum tema sobre o qual já houvesse uma opinião formada pelo senso comum e escrevia-se um texto contrariando essa opinião.” (ABREU, 2008, p. 12).

A noção de oposição a uma ideia estabelecida por um grupo é reforçada por Olivier Reboul, quando diz que o paradoxo é: “(paradoxon, inoptatum). Opinião que contraria a opinião comum; isso não significa contrariar a razão” (REBOUL, 2004, p. 250). Também Dante Tringale explica: “Faz-se uma afirmação contrária à crença geral estabelecida.” (TRIGALI, 1988, p. 139).

Helena Beristáin, em seu *Diccionario de retórica y poética*, define o paradoxo como:

*Figura de pensamiento que alerta la lógica de la expresión pues aproxima dos ideas opuestas y en apariencia irreconciliables, que manifestarían un absurdo si se tomaran al pie de la letra – razón por la que los franceses suelen describirla como “opinión contraria a la opinión” – pero que contienen una profunda y sorprendente coherencia en su sentido figurado. (...). Igual que el oximoron (metasemena), la paradoja llama la atención por su aspecto superficialmente ilógico y absurdo, aunque la contradicción es aparente porque se resuelve en un pensamiento más prolongado que el literalmente enunciado. Ambas figuras sorprenden y alertan por su aspecto de oposición irreductible; pero mientras el oxímoron se funda en una contradicción léxica, es decir, en la contigüidad de los antónimos, la paradoja es más amplia pues la contradicción afecta al contexto por lo que su interpretación exige apelar a otros datos que revelen su sentido, y pide una mayor reflexión. (BERISTÁIN, 1995, p. 380, grifos da autora).<sup>13</sup>*

<sup>13</sup> “Figura de pensamento que alerta a lógica da expressão, pois aproxima duas ideias opostas e aparentemente irreconciliáveis, que manifestariam um absurdo se fossem tomadas ao pé da letra – razão pela qual os franceses preferem descrevê-la como ‘opinião contrária à opinião’ – mas que contém uma profunda e surpreendente coerência em seu sentido figurado (...). Tal como o oximoro (metasemena), o paradoxo chama a atenção pelo seu aspecto superficialmente ilógico e absurdo, apesar de a *contradição* ser aparente porque se resolve em um pensamento mais prolongado que o literalmente *enunciado*. Ambas figuras surpreendem e alertam por seu aspecto de oposição irreductível; mas enquanto o oximoro se funda com uma *contradição léxica*, pode-se dizer, na contigüidade dos antônimos, o paradoxo é mais amplo pois a *contradição* afeta o *contexto* pelo que sua

A autora, ao dizer que o paradoxo firma uma lógica contrária à opinião comum, diz que ele constrói sua coerência a partir do sentido figurado. A dissonância entre o conteúdo e o enunciado produz um oxímoro, sustentado por uma aparência de absurdo, que, no entanto, traz em si um contexto interpretativo que lhe revela seu conteúdo real. Assim, o paradoxo pede reflexão a partir de suas relações com o discurso geral e com o contexto de enunciação.

Ela complementa, dizendo que os efeitos do paradoxo são diversos, e adirem a outros elementos retóricos de oposição:

*La paradoja suele combinarse con la ironía, pero en todos los casos la hondura de su sentido proviene de que prefigura la naturaleza paradójica de la vida misma. Otras figuras de naturaleza paradójica son, el ya mencionado oxímoron, el zeugma de complejidad semántica, el quiasmo, la litote, el énfasis y la hipérbole.* (BERISTÁIN, 1995, p. 381, grifos da autora).<sup>14</sup>

Dessa forma, é possível notar que o paradoxo, ao opor uma tese à opinião comum, pode valer-se de diversas figuras auxiliares que ajudam a expressar essa oposição. O fato de utilizar figuras conhecidas impede que o paradoxo seja confundido com uma tese direta. A própria ambiguidade do paradoxo, ao ser exagerada, permite a perfeita distinção entre o dito e sua forma, expressando claramente, por meio das figuras a oposição, e assim desperta o *pathos* do auditório. A ironia em particular é muito utilizada pelo paradoxo, por contradizer a opinião comum dizendo o oposto do que é esperado. A metáfora também é largamente utilizada por construir o sentido figurado que muitas vezes o paradoxo cria.

José Luiz Fiorin, em *Figuras de retórica*, equipara o paradoxo ao oxímoro. Para ele, no oxímoro:

*oxímoro*, em que se combinam numa mesma expressão elementos linguísticos semanticamente opostos. A palavra oxímoro é formada de dois termos gregos: *oxýs*, que significa “agudo”, “penetrante”, “inteligente”, “que compreende rapidamente”, e *morós*, que quer dizer “tolo”, “estúpido”, “sem inteligência”. Como se vê, o vocábulo é formado de dois elementos contraditórios, o que significa que a palavra *oxímoro* é um oxímoro. (FIORIN, 2014, p. 59).

---

interpretação exige apelar a outros dados que revelem seu sentido, e pedem uma maior reflexão.” (BERISTÁIN, 1995, p. 380, tradução nossa, grifos da autora).

<sup>14</sup> “O paradoxo pode combinar-se com a *ironia*, mas em todos os casos a profundidade de seu sentido provém de que prefigura a natureza paradoxal da vida mesma. Outras figuras de natureza paradoxal são, o já mencionado *oxímoro*, o *zeugma* de complexidade semântica, o *quiasmo*, a *litote*, a *ênfase* e a *hipérbole*.” (BERISTÁIN, 1995, p. 381, tradução nossa, grifos da autora).

Segundo Fiorin (2014), os efeitos do oximoro restringem o sentido dos elementos de forma a aplicar um termo antitético, a fim de: “apreender as aporias, os paradoxos, as incoerências de uma dada realidade. Ao provocar um estranhamento, ele torna o sentido mais profundo, mais verdadeiro, mais intenso.” (FIORIN, 2014, p. 59). Os contrastes da própria realidade permitem que o oximoro evidencie características do objeto, da pessoa ou da situação por meio da intensificação das próprias características.

A função do oximoro, ou paradoxo, estabelece-se através da superação de uma contradição aparente. Mesmo que os termos sejam contraditórios, e não apenas contrários, há uma supressão de um dos significados, atenuando ou agravando o sentido primordial do outro. A ênfase de um sentido através da comparação com seu oposto é o que estrutura o paradoxo.

Fiorin apresenta ainda, sob a forma de antítese, vários elementos paradoxais. Segundo ele:

*antítese* (do grego *antí*, “em face de”, “em oposição a”, e *tésis*, “proposição”, “afirmação”, “tese”), em que se alarga o sentido, salientando a oposição entre dois segmentos linguísticos (palavras, sintagmas, orações ou unidades maiores do que o período), para dar maior intensidade ao dizer. O fundamento lexical da antítese é a antonímia<sup>[15]</sup>. Saussure dizia que na língua só há diferenças. Isso quer dizer que só se compreende o sentido, quando se apreende uma oposição, que, normalmente, fica implícita (FIORIN, 2014, p. 151).

A antítese demonstra que uma ideia passa a ser entendida através da compreensão de sua oposição, elemento utilizado também pelo paradoxo. Quanto aos efeitos que a antítese causa: “A antítese é um acúmulo de significados, porque se explicitam as oposições implícitas na construção dos sentidos. Isso para intensificar o que se diz, mostrando contradições e contrariedade presentes no objeto de que se fala.” (FIORIN, 2014, p. 152). Como elemento retórico e estilístico, ela pode abranger ainda a estrutura geral do texto e não apenas uma sentença: “A antítese pode ser erigida em princípio de composição de um texto. Nesse caso, ele ultrapassa as dimensões do período.” (FIORIN, 2014, p. 152).

Fiorin (2014) traz também contribuições para a compreensão do paradoxo através da ironia. Segundo ele:

---

<sup>15</sup> Segundo Helena Beristáin, antonímia é: “*Contradicción entre dos principios racionales o entre dos preceptos o dos leyes. También se dice de la oposición de caracteres o de sentimientos.*” (BERISTÁIN, 1995, p. 66). “Contradição entre dois princípios racionais ou entre dois preceitos ou duas leis. Também se diz da oposição de caracteres ou de sentimentos.” (BERISTÁIN, 1995, p. 66, tradução nossa).

A *ironia* (do grego *eironéia*, que significa “dissimulação”) ou *antífrase* (do grego *antíphrasis*, que quer dizer “expressão contrária”) é um alargamento semântico, uma difusão sêmica. No eixo da extensão, um significado tem seu valor invertido, abarcando assim o sentido *x* e seu oposto. Com isso, há uma intensificação maior ao sentido, pois se finge dizer uma coisa para dizer exatamente o oposto. O que estabelece uma compatibilidade entre dois sentidos é uma inversão. A ironia apresenta uma atitude do enunciador, pois é utilizada para criar sentidos que vão do gracejo até o sarcasmo, passando pelo escárnio, pela zombaria, pelo desprezo, etc. Na verdade, são duas vezes em conflito, uma expressando o inverso do que disse a outra; uma voz invalida o que a outra profere. Assim, a ironia é um tropo em que se estabelece uma compatibilidade predicativa por inversão, alargando a extensão sêmica dos pontos de vista coexistentes e aumentando sua intensidade. (FIORIN, 2014, p. 69-70).

A ironia é caracterizada por função semelhante à do paradoxo, sendo que esse é utilizado como uma figura particular a uma expressão ou sentença, chegando até a uma estrutura textual completa, enquanto que a ironia é mais abrangente. Ela é enunciativa e utiliza de diversos meios retóricos para estabelecer a oposição e conseqüente alteração de significado no termo utilizado. A ironia “trata de uma predicação intermitente” (FIORIN, 2014, p. 69), que predica um significado que não é próprio do termo, mas distinto e oposto, conseqüentemente, paradoxal, é, portanto, “uma inversão semântica do que foi dito” (FIORIN, 2014, p. 69). As dimensões que o uso da ironia pode atingir são vastas: “Vai desde uma palavra até uma obra toda, passando por passagens de diferente extensão de uma dada obra.” (FIORIN, 2014, p. 70).

Pode-se resumir em forma esquemática a distinção entre as três figuras como: a antítese se estabelece na oposição lexical de termos, a ironia pela oposição contextual de termos, e o paradoxo pela oposição enunciativa de termos.

Quanto à sua relação com a antífrase, segundo Fiorin (2014, p. 70): “Na prática (...) podemos considerar sinônimos os termos ironia e antífrase, pois a antífrase também é uma operação enunciativa, uma dissimulação do enunciador.”

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) trazem uma importante colaboração para o estudo das definições com a explicação dada pela figura de definição. Essa figura é, segundo eles, uma generalização de transpõe a distância que separa a definição dos meios utilizados para a definição. Essa distinção entre a definição e os meios de que ela se vale permite que se construa o paradoxo quando essa definição é colocada com elementos fora do senso comum. As definições abrem as bases em que toda a argumentação se define e elenca as bases de um

debate. A partir delas é possível tornar latente todas as contradições que os paradoxos podem provocar no auditório.

Os estudos de Michel Meyer sobre as paixões podem trazer contribuições importantes sobre o paradoxo e suas funções patéticas. Segundo o autor:

Por um lado, a paixão é a consciência que se afirma na relação objectiva com o mundo real, fonte de objectivação e da literalidade no discurso, que diferencia o subjectivo, reflectido ou não, da própria realidade. Diferença entre a leitura e o leitor, identidade dos dois, a paixão serve para decifrar o real como aquilo que é, pondo-se à margem dele, como o momento de consciência em que ela já só se tem a si por objeto, sendo o sujeito indirecto mas distinto do seu próprio discurso. A paixão é, assim, o que permite aos homens ‘encaixar’ o real, aceitá-lo como tal, acomodar-se, e mesmo adaptar-se-lhe. (MEYER, 1994, p. 262).

A paixão é uma projecção que o auditório cria a partir de uma realidade, respondendo a ela de acordo com algo que mova sua vontade, podendo ser a própria paixão, gerando um acordo ou uma moção interior e anterior que gera uma resposta negativa com relação à pergunta do orador, gerando assim uma resposta diferente. Nesse sentido, segundo Meyer (1994, p. 264):

a diferença questão-resposta, problema-solução está lá, bem presente, no mecanismo passional, que vai do estímulo à resposta corporal até à resposta intelectual e afectiva que a passionalidade, no final, engendra. Esta opera segundo a ordem do responder, que pode ir desde o recalçamento da questão a resolver (logo, de si própria como resposta) até à sua tematização expressa, nas interrogações mais apaixonadas a seu respeito que o homem possa conhecer em certos momentos cruciais da sua existência.

Em situações em que surge a reação negativa à pergunta, Michel Meyer (1994) diz que há uma diferenciação própria de quem está arraigado a um posicionamento na escala de valores e que a paixão neste caso aparece como oposição à ideia oferecida. De acordo com ele: “A retórica das paixões é, assim, uma lógica da substituição: o ciúme pode tornar-se ódio, desprezo, inveja, dor, etc.” (MEYER, 1994, p. 277). Existe no íntimo do auditório a necessidade de manter valores que não podem ser atacados – apenas em casos onde se move uma adesão a outro valor –, sendo que

A paixão, na realidade, é uma Ideia, que deriva da cristalização (...). Os próprios obstáculos que a paixão inventa existem para a confortar, para a

enraizar mais numa passionalidade que, assim, apresenta todas as características da necessidade mais absoluta (apodicticidade). (MEYER, 1994, p. 279).

Dessa forma, o paradoxo, por trabalhar com oposições ao senso comum, costuma utilizar valores que contradizem o auditório e levam-no a uma negação. Mas por quê? Que negação é favorável a quem quer persuadir? Fazer com que o auditório negue um oponente que seja comum ao orador. O paradoxo age perfeitamente dentro de uma retórica que trace uma oposição entre o auditório e um oponente em comum, pois segundo Meyer:

A lógica passional é uma lógica da amálgama entre características e sujeitos das características, uma lógica do contágio e da contiguidade (...). Mas todo indivíduo é, simultaneamente, aquilo que é (logo, os seus atributos) e algo para lá das suas próprias determinações, uma espécie de coisa em si incognoscível precisamente por essa razão. Todo o paradoxo de posicionamento reside nesta identidade que encerra de facto uma diferença inultrapassável, consagrando a proposição como a entidade que articula o par impossível, pelo menos quando se trata de reflectir de um modo coerente. (MEYER, 1994, p. 276-277).

As determinações que um sujeito tem podem ser de diversas origens, mas ele as tem de forma que nem sempre é consciente, e é possível influenciar justamente nesse ponto não consciente, pois há possibilidade de mover a adesão a ideias que não são expressas de forma direta, mas indireta. A paixão não é um atributo essencial, mas sim um acidente que existe no sujeito e que parte de sua natureza, mas em diálogo, consciente ou não, com um todo a seu redor. Logo, o que se passa no campo das paixões não é determinável num único sujeito, e menos ainda num grupo que pode possuir paixões análogas, mas nunca unívocas. O que existe, portanto, é a possibilidade de influenciar. Como indica Meyer (1994, p. 267):

Não se passa necessariamente o mesmo em cada um de nós. Não podemos, nem queremos verificar tudo, nem estar continuamente a pôr tudo em questão, nem que seja por razões pragmáticas. A utilidade, eficácia e rapidez da acção baseiam-se muito frequentemente em crenças aceites, herdadas da educação e do meio ambiente.

Ao usar o paradoxo, portanto, não se busca determinar uma reacção do auditório, mas suscitar possíveis reacções, em geral, contrárias à opinião estabelecida. Quando o orador usa um paradoxo contrário a uma opinião que é comum ao auditório e ao oponente, ele pretende afastar-se do auditório, causando ira nesse. Mas quando o orador usa um paradoxo contra uma opinião comum que é contrária ao senso comum do auditório, ele pretende associar esse

paradoxo ao oponente, para afastá-lo do auditório, causando desprezo do auditório pelo oponente, e, simultaneamente, aproximando o auditório do orador, à medida que esse também se promove como contrário ao oponente em comum com o auditório. Nesse jogo, que Michel Meyer (1994) chama de paradoxo da retórica, as respostas e as perguntas não se equivalem ao discurso, pois a identidade do sujeito visa negar uma realidade criando um discurso que o permita realizá-lo. O paradoxo visa à adesão desse público contrário a algo ou a algum discurso pronto (opinião comum) que lhe ofereçam. Segundo o autor:

O homem não é suficiente para ‘estabelecer as diferenças’, como se costuma dizer. O seu conhecimento daquilo que é essencial é determinado pela própria *natureza* (...). O natural é necessário e o *pathos* não é mais do que a impressão que o homem tem de uma essencialidade (...) que se refere somente a um facto particular: a paixão, como relação sensível, é deste modo uma ilusão que a consideração da natureza (das coisas) basta para desmascarar. (MEYER, 1994, p. 53, grifos do autor).

Mesmo que a ignorância sobre o valor do auditório persista, o paradoxo é capaz de lhe inserir dúvidas, e mesmo que ele não ofereça uma resposta imediata em forma de adesão, manifesta reatividade através de um não posicionamento, que é um posicionamento não favorável a uma das partes, ou a ambas, como mostra o autor: “A paixão é ao mesmo tempo conhecida e ignorada, porque ela é o saber da nossa ignorância, que se pode anular como puro saber ou desnaturar-se até à pura ignorância.” (MEYER, 1994, p. 265). Nesse sentido, complementa o filósofo:

A paixão não deixa por isso de ser, nesta hipótese, uma resposta para um problema, mesmo que se trate de não reflectirmos demasiado sobre um para não termos que nos interrogar sobre outro. A ignorância, quase calculada, pode-se revelar como tal se isso não funcionar. (MEYER, 1994, p. 264).

A problematologia de Michel Meyer (1994) visa, portanto, criar condições para o estudo das paixões como ação-reação, que parte do orador para o auditório. Nessa relação, uma das possíveis atividades é a utilização de paradoxos, que surtem efeito de acordo com o que o autor descreve:

A análise problematológica esforça-se somente por mostrar que os homens não gostam de colocar a si próprios demasiadas questões, o que os Antigos tinham visto bem, mesmo que achassem isso relativamente racional, pois a paixão só tem o problema de ser uma ‘má solução’ para a questão que deve

erradicar toda questão; o que só a necessidade e não a contingência passional consegue. (MEYER, 1994, p. 266).

Alguns tipos de argumento clássicos podem usar o paradoxo como forma de enfatizar seu uso. O caso da retorsão (*redargutio elenchica*) e do ridículo (*reductio ad absurdum*) é pertinente, pois buscam demonstrar a incoerência entre o discurso e sua aplicação, podendo mostrar o paradoxo existente entre o discurso feito por um orador e o objeto sobre o qual fala, ou o auditório para o qual se expressa, ou ainda, a incoerência dentro do que diz, quando contradiz seus próprios princípios.

Fica claro que o paradoxo, ao opor distintas realidades linguísticas, transforma-se num eficiente artifício retórico quando bem empregado, usando as ambiguidades, metáforas e demais figuras de forma irônica para expressar o oposto do que se diz na enunciação, agregando valores diversos, que dentro do discurso, e em relação direta com seu contexto, formam uma argumentação com fortes traços patéticos.



## CAPÍTULO 3 – O USO DOS PARADOXOS POR GILBERT KEITH CHESTERTON

### 3.1 – Autor e obra

Gilbert Keith Chesterton nasceu na Inglaterra, segundo narra em sua *Autobiografia*:

Submetendo-me, em cega credulidade – como de hábito –, à mera autoridade e tradição dos antigos; supersticiosamente engolindo uma história que não posso checar por experiência ou discernimento pessoal, estou todo convicto de que nasci a 29 de maio de 1874, em Campden Hill, Kensington, e fui batizado de acordo com as formalidades da Igreja Anglicana na pequena igreja de São Jorge (CHESTERTON, 2012, p. 27).

A própria narrativa de seu nascimento já evidencia sua oposição frontal à filosofia cética e nihilista predominante em sua época, oposição essa que o acompanhou por toda a vida.

Nasceu em uma família da classe média inglesa, dona de uma empresa de corretores imobiliários. Quando criança, Chesterton teve uma educação privilegiada. Seu avô contava-lhe histórias e o pai lia grandes livros da literatura inglesa para ele, e cobrava do filho a memorização e recitação de versos. Segundo conta em sua *Autobiografia*: “Esse cuidado com a educação e a dicção, ainda que eu tenha muito a criticá-lo, realmente tinha seu lado bom. (...) Eu sabia páginas inteiras de versos brancos de Shakespeare antes que pudesse atinar a muito do sentido deles”. (CHESTERTON, 2012, p. 34). À medida que crescia e aprendeu a ler, percorreu toda a biblioteca do pai, adquirindo uma erudição enciclopédica. Segundo Ives Gandra da Silva Martins Filho, em sua introdução ao livro de Chesterton *Ortodoxia* (2013a), o autor inglês, ainda no colégio, foi líder de um grupo de debates: o Junior Debating Club, em 1890, quando estudava em Saint Paul School.

Seu veio polemista já surgira entre os anos 1899 e 1902, época em que acontecia na atual África do Sul a guerra dos Bôeres, em que a Inglaterra combatia os colonos descendentes de holandeses nas terras africanas. Chesterton destacou-se em toda a imprensa por opor-se à Inglaterra por motivos humanitários, pelos maus tratos cometidos contra as populações dos colonos.

Quando foi para a universidade (1892) cursar artes plásticas – pretendia ser pintor –, passa por uma crise existencial profunda, na qual aderiu ao ceticismo filosófico, tornou-se

ateu e passou por uma forte depressão, momento que inspirou uma de suas mais importantes obras, o romance: *O homem que era quinta-feira*. Nesse momento Chesterton decide abandonar a universidade, nunca voltara. Em 1901 casa-se com Francis Alice Blogg (1869-1938) – anglicana – e consegue superar seu momento depressivo. Nessa época, quando já escrevia para jornais e era crítico literário, publica seus primeiros livros de poemas: *Greybeards and Play* e *The Wild Knight and other poems*. Publica também as coletâneas de ensaios: *The Defensor*, *Robert Browning* e *The Napoleon of Notting Hill*.

Em 1905 Chesterton lança seu primeiro grande livro de debates filosóficos: *Hereges*. Com esse livro ele passa a ser conhecido por todo Reino Unido por combater diretamente grandes nomes da época como os escritores ingleses Rudyard Kipling (1875-1936), George Moore (1852-1933) e Herbert G. Wells (1866-1946), George Bernard Shaw (1856-1950) etc.

Segundo Ives Gandra da Silva Martins Filho: “Em 1906, Chesterton colabora na campanha eleitoral que levará Belloc à Câmara dos Comuns como deputado liberal.” (FILHO, 2013, p. 13). Hilaire Belloc foi um amigo próximo de Chesterton – ambos mantiveram amizade com Bernard Shaw, apesar das desavenças políticas<sup>16</sup> –, juntos criaram o distributismo<sup>17</sup>, teoria política, econômica e jurídica baseada na Doutrina Social da Igreja Católica. As bases do distributismo eram a propriedade privada, a iniciativa pessoal e a subsidiariedade. A parceria com Belloc marca sua entrada nas discussões políticas, já não como comentador, mas como participante. Sua oposição tanto aos socialistas quanto aos liberais radicais apareceria nos seus livros.

Nesse momento a retórica de Chesterton já está no seu ápice, com a utilização dos paradoxos como técnica argumentativa. Seus paradoxos surgem em função de sua argumentação sempre opositiva ao senso comum dos intelectuais da época. Ele lança em 1908 um novo ataque à intelectualidade da época com o livro *Ortodoxia*, seu livro mais famoso, onde procura justificar seu pensamento e sua forma paradoxal de compreender o mundo. No capítulo intitulado “O paradoxo do Cristianismo”, ele afirma: “A vida não é uma negação da lógica: é uma armadilha para os lógicos. Ela apenas parece um pouco mais matemático e regular do que de fato é; a sua exatidão é evidente, mas sua inexatidão está oculta” (CHESTERTON, 2013b, p. 125). A própria realidade para Chesterton não obedece a um mecanismo exato e previsível, ao contrário, o mistério encobre a realidade e sempre pode se

---

<sup>16</sup> Bernard Shaw era divergente de Chesterton quanto à política. Ele foi fundador da Sociedade Fabiana, um movimento político de cunho socialista que pretendia chegar ao poder por vias democráticas e não revolucionárias

<sup>17</sup> Cf. nota 1.

encontrar algo inesperado. O paradoxo é um dado da realidade. Essa crença que acompanha toda sua forma de pensar define, conseqüentemente, sua retórica.

Contra todo ceticismo da época, Chesterton afirma a crença, em especial a fé religiosa, pois defendia que toda prova parte de um conhecimento anterior e assim sucessivamente, até o ponto em que se encontra a crença em algo que se acredita a partir de alguém. Ele diz: “Quem se propuser a discutir alguma coisa deve sempre começar falando daquilo que não irá discutir. Antes de apresentar o que se propõe provar, terá de apresentar o que já considera como provado.” (CHESTERTON, 2013b, p. 27).

Em 1909 lança *A esfera e a cruz*, distopia escrita para criticar Bernard Shaw. Em 1910 surge *O que há de errado com o mundo*, livro que compõe o corpus deste trabalho, analisado adiante. Em 1911 lança mais dois livros de poesia: *A balada do cavalo branco* e *Lepanto*, seu maior poema. Nesse mesmo ano publica *A inocência de Padre Brown*, primeiro volume dos cinco que publicará com contos policiais.

Ao longo da Primeira Guerra Mundial, Chesterton escreveu nos jornais uma série de artigos para incentivar a nação inglesa. Em 1914 publica *A barbárie em Berlim*, livro que compendia esses artigos de alta polêmica, pois não poupa críticas a ambos os lados da guerra.

Ainda que tenha publicado outros livros nesse intervalo, seus próximos livros de maior importância surgem em 1922, ano que oficialmente assume a fé católica, que já defendia desde *Hereges*, mas nunca assumira oficialmente em respeito a sua esposa que era anglicana e torna-se católica logo após ele. Nesse ano publica o romance *O homem que sabia demais* e sua biografia de *São Francisco de Assis*. Passa três anos organizando seu livro mais conceituado: *O Homem eterno*, livro de apologética cristã.

Em 1927 lança uma peça de teatro: *O julgamento do Dr. Johnson* e uma obra de crítica literária: *Robert Louis Stevenson*. Em 1929 sai um de seus maiores livros de apologética cristã: *A Coisa* e um romance: *O poeta e os lunáticos*. Nesse ano Chesterton visita o Papa Pio XI, de quem recebe o título de *Defensor Fidei*, um dos maiores títulos que um católico pode receber. Quanto mais os anos passam, maior é a atividade apologética de Chesterton, que para além da política – a qual já lhe proporcionava polêmicas – a religião católica lhe dava oportunidades ainda maiores para expor suas ideias, estando ele em um país protestante com maioria de seus intelectuais céticos.

Seu próximo grande livro é *São Tomás de Aquino*, considerada sua melhor biografia, onde também apresenta a filosofia tomista da qual é adepto. Após essa publicação sua saúde já começa a fraquejar. Sua última obra foi sua *Autobiografia*. Chesterton, por todas as

polêmicas que sustentou em vida, continuou a ser lido e seguido mesmo após sua morte em 1936.

### 3.1.1 – Pensamento

Pode-se dizer que o pensamento de Chesterton é tomista, ou seja, segue a filosofia de Santo Tomás de Aquino. Porém, há uma série de características próprias que lhe são particulares, especialmente sua retórica.

A filosofia escolástica de Tomás é caracterizada pelos conceitos rígidos e altamente especializados e pelos esquemas retóricos das questões disputadas, técnica filosófica que apresenta, a partir de uma questão levantada, uma série de objeções e uma série de argumentos a favor, depois há um confronto entre elas e uma resposta final. Todo esse esquema técnico exige treinamento específico para que se acompanhe uma exposição filosófica qualquer. Chesterton, porém, adota uma retórica própria que permite a exposição da filosofia tomista para leigos. Inclusive, a maior parte dos livros de Chesterton era escrita contra os intelectuais da época, mas para um público diverso, principalmente seus leitores nos jornais.

A ideia central do pensamento de Chesterton é a de que existem ideias que, devido ao seu caráter de necessidade e evidência, não podem ser negadas. Essas ideias são os dogmas, ou como chama a ortodoxia. Qualquer pessoa, por mais cética que pretenda ser, possui dogmas. O dogma para Chesterton é uma condição que leva à certeza. Quem tenta fugir dessa certeza é um insano ou lunático. Para ele, não é possível alguém afirmar a descrença em tudo sem a certeza de que é descrente, essa certeza é o dogma dela. Segundo ele, o cético quando ignora um dogma universal acaba por adotar, paradoxalmente, um dogma mais exigente de acreditar em algo impossível. Assim é com o socialista que é contra a concentração de propriedade por um burguês, mas a favor da concentração total da propriedade nas mãos do Estado. O lunático seria aquele que ao rejeitar um dogma, paradoxalmente adota um dogma oposto.

A partir dessa ideia ele desenvolve a sua tese sobre a democracia, que fundamento todo o distributismo. Se a democracia é o governo pela vontade do povo deve obedecer a duas máximas: “A primeira é essa: as coisas comuns a todos os homens são mais importantes do que aquelas que são peculiares apenas a alguns.” (CHESTERTON, 2013b, p. 76). Esse princípio defende que cada homem tem em comum com os demais algo de essencial, como alimentação, abrigo, educação, etc. Esses bens universais são ordenados pela política e

dependem diretamente de dogmas que os defendam realmente. A crítica de Chesterton nesse ponto sempre o coloca contra liberais e socialistas, contra o partido liberal e o partido conservador do *tories*. Para ele, todos esses grupos entram em atitude paradoxal ao defenderem que privilegiam algum grupo em relação à humanidade.

“O segundo princípio é simplesmente este: o instinto ou o desejo político é uma dessas coisas que os homens possuem em comum.” (CHESTERTON, 2013b, p. 76). Chesterton espera que todo homem coloque em algum momento em prática aquilo que pensa ser o melhor. Seguindo o primeiro princípio, é natural que a realização seja de algo comum prioritariamente.

Esses princípios guiam o distributismo, dizendo que para a política existir de forma democrática, deve partir do homem comum, que precisa de meios para sustentar seus próprios devaneios. A propriedade deve estar distribuída entre as pessoas para que possam ter moradia e trabalho.

### 3.1.2 – O *corpus*

Chesterton publicou uma obra vasta que abrange cerca de noventa livros. Como há impossibilidade de analisar o todo de sua produção, a pesquisa ficou restrita a uma amostragem que contivesse o conteúdo de maior relevância, de acordo com o critério de importância que o livro dentro do conjunto de sua obra. Essa seleção pôde ser feita em vista da posição que o livro possui no todo da obra de Chesterton sobre os problemas sociais, a partir dos quais desenvolve seus debates. Dessa maneira, a escolha do *corpus* para este trabalho passou por um critério de seleção, em que se levou em conta a recorrência de paradoxos como figura retórica e a importância do livro no conjunto da obra.

Chesterton publicou seus livros nos mais diversos gêneros, mas podemos dividi-los em dois blocos distintos: os literários, distribuídos em romances, poemas, contos policiais e infantis, crítica literária, biografias e uma peça teatral; e os filosóficos, em que há debates sobre: filosofia, teologia, política, economia, direito, etc. Dentre essas obras, as que abordam os assuntos de política, direito e economia são as que tratam do distributismo<sup>18</sup>, tema abordado no livro *O que há de errado com o mundo*. Essa obra é a primeira sobre o assunto e aborda a questão nos seus mais amplos limites, além de ser a obra de Chesterton que melhor representa seu lado combativo, logo, uma amostragem de sua retórica, onde os paradoxos são utilizados largamente.

---

<sup>18</sup> Cf. nota 1.

O livro é dividido em cinco partes: a primeira sobre a visão sobre o homem, que trata do método do livro e faz uma análise global do homem e sua relação com as ideias que defende sobre a propriedade privada, o domicílio e o direito; a segunda sobre o imperialismo, que trata do problema do trabalhador e sua relação com a propriedade privada e o poder na sociedade contemporânea; a terceira sobre o feminismo, que aborda a inserção da mulher no mercado e nas eleições e o problema do feminismo militante; a quarta sobre a educação, que abrange toda a discussão sobre o que é educação popular e o problema das escolas; e a quinta sobre o domicílio, que trata do problema da moradia e da casa própria.

Toda essa discussão era intensa no começo do século XIX na Inglaterra devido à diversidade de posições políticas em conflito. Entre as principais destacam-se os liberais, ala tradicional da política inglesa desde o século XVII com a revolução Gloriosa; a ala conservadora, onde se encontravam os representantes do Partido conservador, conhecidos com o nome de *tory*. Existia ainda um terceiro grupo, dos socialistas fabianos empenhados em criar um Estado socialista sem o uso de uma revolução violenta, mas por meios democráticos. Chesterton não aderiu a nenhum dos grupos, criticando a todos dentro de aspectos particulares a cada um.

Para definir o auditório de Chesterton, é preciso observar que ele começou sua carreira como escritor de crônicas, cobertura jornalística e ensaios de crítica literária no jornal popular *Daily News*<sup>19</sup>. Esse mesmo público, acostumado a acompanhar as discussões políticas da época também acompanhavam os livros que Chesterton publicava. Chesterton era lido pela gente comum da classe média inglesa e também pelos intelectuais liberais e *tories*, devido às diversas questões que levantava.

Os ensaios do *corpus* abordam problemas diversos de ordem política, jurídica e econômica, temas próprios ao distributismo e que serão rediscutidos mais especificamente em outros livros. Porém, em *O que há de errado com o mundo*, Chesterton trata do problema em ordem geral e ampla, permitindo uma análise global de seu posicionamento.

Dessa obra, foram selecionados cinco ensaios para análise, levando em consideração a relevância do uso de paradoxos, a partir do critério quantitativo, que pode ser observado na análise quantitativa.

A escolha se justifica devido à extensão que teria o trabalho ao se analisarem mais de quarenta ensaios, também porque os tipos de paradoxo utilizados e a sequência argumentativa

---

<sup>19</sup> Jornal fundado pelo escritor inglês Charles Dickens em London, 1856. Jornal popular, que sempre cobriu notícias sobre Londres e os acontecimentos importantes do Reino Unido. Na época de Chesterton possuía tiragem considerável e era palco de discussões literárias e políticas, entre as quais aparecia Chesterton.

são recorrentes e análogos, sendo que uma amostragem de cinco ensaios pode perfeitamente conter seus modelos em estado de estudo.

A cada uma das cinco partes cabe um ensaio. Tal amostragem visa determinar quais os tipos de paradoxo, a incidência de uso e a forma como é utilizado. Como serão analisados os efeitos patéticos dos ensaios, far-se-á uma abordagem geral sobre o ensaio em comparação com a obra já apresentada, pois os efeitos patéticos dependem do conjunto não apenas do ensaio, mas também do tema tratado, já que necessitam do contexto para gerarem seu efeito de contradição com o senso comum.

### **3.2 – Procedimentos de análise**

A análise empreendida utilizou-se de um método qualitativo-quantitativo, no qual utilizou a análise retórica a partir da separação metódica dos paradoxos, analisados particularmente e na sua interação com o texto. A análise quantitativa visa a uma abordagem de todos os paradoxos, abrangendo suas diversas características na argumentação, que são analisadas na análise qualitativa, que visa abordar cada função que cada paradoxo exerce a respeito de sua forma, tipo de argumento, função patética e, quando há sofismas, uma análise de como foi constituído.

Esses procedimentos de análise estão divididos dentro de cada análise, sendo que a análise quantitativa foi elaborada na separação de cada paradoxo, analisando-os nas análises consequentes, sendo que uma análise quantitativa geral é elaborada no final do trabalho com a comparação entre os paradoxos nos 5 ensaios. A análise qualitativa é feita a partir de um quadro teórico já demonstrado nos capítulos 1 e 2, e segue as diretrizes lá firmadas.

#### **3.3.1 – Análise do ensaio “A história de Hudge e Gudge”<sup>20</sup>**

A escolha desse ensaio como amostragem é devido à sua relevância no conjunto da obra, atestado pela sua apresentação geral de argumentos que serão expostos ao longo do livro. A exposição dos argumentos a favor da casa própria como melhor forma de domicílio e a oposição às demais formas de habitação estão em contraste direto nesse ensaio, permitindo o uso de diversos paradoxos que explicitam o senso comum formado pelos governistas<sup>21</sup>, a quem o autor se opõe, e sua própria visão, a qual ele procura aproximar do auditório à medida

---

<sup>20</sup> O texto integral desse ensaio encontra-se no anexo A.

<sup>21</sup> Chesterton fazia oposição principalmente aos governos alinhados com os liberais e os socialistas fabianos.

que a afasta do oponente, o qual Chesterton procura tornar oponente em comum com o auditório.

Para realizar esse efeito patético de desprezo do oponente comum, Chesterton utiliza uma técnica recorrente em seus escritos, formando uma alegoria satírica de estrutura paradoxal, na qual choca um senso comum com uma realidade que lhe é oposta, tornando-o ridículo. Dessa maneira, ele faz uso do *argumentum ad absurdum*. A alegoria consiste numa estória em que os pobres da Inglaterra que vivem em casebres mal conservados, através de uma medida de tipo socialista, são obrigados a mudarem-se para um conjunto habitacional coletivo de prédios, que os habitantes não aceitam pela falta de autonomia e autoridade que possuem pela mesma habitação, acabam aderindo à posição capitalista de quererem voltar para sua condição anterior. Os argumentos são expressos pelos seguintes paradoxos:

A começar pelos dois personagens da alegoria, Hudge e Gudge (que segundo o tradutor José Blanc de Portugal (2008) de *Disparates do mundo*, edição portuguesa da obra, significam imenso e invejoso): Gudge, o invejoso, era o capitalista liberal e Hudge, o imenso, o socialista estatista. Ambos são oponentes de Chesterton, que por meio da associação deles a sentimentos ofensivos ao auditório cria um *pathos* de desprezo. Essa é a técnica que a problematologia de Meyer, exposta no capítulo 2, trata, como uma resposta a uma pergunta é capaz de gerar oposições propositais no auditório para afastá-lo de uma ideia. Essa atitude é reforçada com os seguintes paradoxos:

Para Hudge: “Digamos que Hudge (...) diz que as pessoas devem, a todo custo, ser tiradas desse antro [habitações pobres em que viviam]”. (CHESTERTON, 2013a, p. 64). Nesse paradoxo, que opõe a vontade do povo de viver em novas casas, com a imposição, “a todo custo”, feita por Hudge, o “imenso”, ao associar a figura de Hudge ao oponentes de Chesterton, desperta um sentimento de desprezo, já que o auditório não espera que os pobres sejam forçados a nada, por ser um ato antidemocrático.

Outros paradoxos:

apesar dos gordos rendimentos dos Hudges, a coisa [os novos domicílios] terá de ser feita de maneira barata se a quiserem ver logo pronta. Assim, ergue uma fileira de habitações coletivas de muitos andares, quais colméias; e não tarda a ver os pobres todos encaixotados nas minúsculas células de tijolo, que são definitivamente melhores do que os antigos alojamentos, pois que os novos estão protegidos das intempéries, são bem ventilados e têm água limpa (CHESTERTON, 2013a, p. 64-65).



Nesse trecho, para além dos paradoxos, há outras formas de oposição que reforçam a ideia, como as antíteses “células de tijolo”, antigo e novo, “gordos rendimentos” e “feita de maneira barata”. Essas antíteses reforçam o desprezo ao oponente em comum com o auditório, já que inferiorizam sua posição. A metáfora que compara as novas habitações a colmeias também reforçam essa ideia negativa. Essa figura de definição, mostra a condição paradoxal e irônica da situação, ao associar as pessoas a insetos; tal contradição ao senso comum reforça a paixão de desprezo. A ironia empregada na expressão: “melhores do que os antigos alojamentos, pois que os novos estão protegidos das intempéries, são bem ventilados e têm água limpa.” expressa o quanto a posição socialista de Hudge é contrária ao desejo comum do auditório que é muito mais pretensioso do que isso. O paradoxo é formado por essa ironia entre a casa própria, mesmo que pobre, mas própria, e a nova habitação coletiva, que possui benefícios, mas que não atendem ao que espera o auditório. Como não equivalência de valores, Chesterton usa esse paradoxo para provocar o *pathos* de desprezo por essa posição.

Continua:

Aqueles edifícios loucamente feios que ele originalmente erguera como barracões desprezíveis com o único fim de abrigar vidas humanas tornam-se cada dia mais encantadores a seus olhos iludidos. Coisas que ele jamais teria sonhado defender, exceto por dura necessidade, coisas como cozinhas comuns ou infames fornos de amianto, começaram a parecer-lhe sagradamente brilhantes pelo simples fato de refletirem a fúria de Gudge. (CHESTERTON, 2013a, p. 65).

Novamente a ironia é usada para formar paradoxos, pois os “Barracões desprezíveis (...) tornam-se cada dia mais encantadores a seus olhos iludidos.” Dois paradoxos elevam a ira do auditório contra o oponente: primeiro por defender o que o auditório “jamais teria sonhado defender, exceto por dura necessidade, coisas como cozinhas comuns ou infames fornos de amianto”. Essa oposição é totalmente marcada pela oposição entre o senso comum e a ideia empregada, formando um paradoxo argumentativo eficiente, que se pode chamar de paradoxo de desprezo, pois é a paixão que visa despertar. O segundo paradoxo é a situação dos habitantes “começaram a parecer-lhe sagradamente brilhantes pelo simples fato de refletirem a fúria de Gudge.” O paradoxo de defender uma situação ruim pelo simples fato de refletir a fúria do oponente gera ira e não conformidade.

O autor ainda afirma: “Ele chama de ‘fraternidade’ a impossibilidade prática de expulsar completos desconhecidos de seu quarto. E atrevo-me a dizer que chama de ‘esforço’ a necessidade de escalar vinte e três lances de frios degraus de pedra.” (CHESTERTON,

2013a, p. 65-66). São elencados dois novos paradoxos através do argumento pelo exemplo, buscando, como expressam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), fundamentar-se no real. Os exemplos são paradoxais ao oporem sentimentos bons para o senso comum, mas associados a experiências ruins segundo o mesmo. Essa oposição continua a despertar o *pathos* de ira e desprezo pelo oponente. Os paradoxos se formam pelas oposições entre “fraternidade” e “impossibilidade prática de expulsar completos desconhecidos de seu quarto”, forma atenuada e irônica para invasão; e “esforço” e “a necessidade de escalar vinte e três lances de frios degraus”, tratando a necessidade negativa como um esforço pessoal de quem o utiliza, não como necessidade. Através do termo “esforço”, Chesterton também usa uma definição, explicitando o paradoxo entre o senso comum da palavra que implica uma iniciativa positiva, e a necessidade negativa, que Chesterton usa para ironizar a situação dos moradores do edifício. O mesmo vale para “fraternidade”, termo ironizado por uma definição paradoxal, visando contradizer o senso comum.

Conclui sua exposição de paradoxos contra Hudge com esse: “Vive a dizer a todo o mundo que pelo menos dormiremos todos num único quarto universal.” (CHESTERTON, 2013a, p. 66). É um paradoxo irônico que opõe a atividade socialista de viver no mesmo conjunto habitacional ao coletivismo de privilegiar o social, assumindo máxima ironia ao afirmar que espera que todos vivam “num único quarto universal”, incitando novamente as paixões de desprezo e ira por parte do auditório.

Esse conjunto de paradoxos parece elencar três sofismas na classificação de Schopenhauer: a “Aplicação indevida”, que é quando se busca: “Levar a afirmação do adversário para além de seus limites naturais, interpretá-la do modo mais geral possível (...) Pois quanto mais geral uma afirmação se torna, tanto mais ataques se podem dirigir a ela.” (SCHOPENHAUER, 1997, p.124). Poder-se-ia afirmar que haveria tal paradoxo se não fossem argumentos *ad rem* e *ad hominem* fundados numa apreciação em comum com o auditório. Talvez seja aplicável a classificação como sofisma se não se levar em conta o auditório, pois se tornaria um argumento unicamente fundado numa ideia de aplicação indevida, por não haver ampliação de argumentos para além de seu uso geral.

Outro possível sofisma seria “Encolerizar o adversário”: “Provoca-se a cólera do adversário, para que, em sua fúria, ele não seja capaz de raciocinar corretamente e perceber sua própria vantagem.” (SCHOPENHAUER, 1997, p.140). Essa falácia não se aplica ao caso, pois não é um confronto direto, e também porque o que normalmente se utiliza nesse argumento é, como aponta Schopenhauer (1997, p.140), “algo francamente injusto”, o que

não é o ocorrido, já que as críticas são direcionadas através de argumentos *ad rem* e *ad hominem* fundados no real.

O terceiro possível sofisma seria “Impelir o adversário ao exagero”:

A contradição e a luta impelem a exagerar as afirmações. Por isso, podemos provocar o adversário contradizendo-o e induzi-lo assim a exagerar para além do que é verdade uma afirmação que, em si e em certo contexto, pode ser verdadeira; e, uma vez refutado o exagero, é como se tivéssemos refutado também a proposição original. (SCHOPENHAUER, 1997, p.153).

Como Chesterton não demonstra a sentença original de seus oponentes, não é possível determinar se houve ou não sofisma dessa parte do argumento. O exagero de fato ocorre, mas não se sabe em que medida a hipérbole utilizada desconfigura a proposição original, nem em que medida a solução final de Chesterton pode ser falaciosa. Fica, portanto, em aberto a possibilidade de saber se ocorreu o sofisma ou não.

Quanto à oposição a Gudge, o invejoso, que representa os capitalistas liberais e os conservadores, é menor a recorrência de paradoxos, mas há um em comum com Hudge:

Gudge (...) sente que falta algo aos pequenos caixotes de tijolo (...) chega a dizer acaloradamente a Hudge que as pessoas eram muito mais felizes onde viviam antes. (...) Conseguiu convencer-se de que os cortiços e o mau cheiro são na verdade coisas muito encantadoras. Convenceu-se também de que fora o costume de dormirem quatorze pessoas num quarto o que fizera a grandeza de nossa Inglaterra” (CHESTERTON, 2013a, p. 65).

O principal paradoxo é afirmar que a vida anterior era melhor, não pelos pontos positivos do cortiço onde viviam essas pessoas, mas justamente pelos problemas que encontravam lá. De forma irônica Chesterton afirma que paradoxalmente Gudge “Conseguiu convencer-se de que os cortiços e o mau cheiro são na verdade coisas muito encantadoras. Convenceu-se também de que fora o costume de dormirem quatorze pessoas num quarto o que fizera a grandeza de nossa Inglaterra”. Através do argumento pelo exemplo, novamente Chesterton cria um paradoxo aplicando uma ideia negativa ao oponente.

Chesterton complementa dizendo sobre Gudge: “Se lhe falam de pobreza, ele urra com voz grossa e rouca algo que se conjectura ser ‘por que não vai você ajudá-los?’” (CHESTERTON, 2013a, p. 66). O paradoxo consiste em exigir do auditório que ele ajude ao pobre e não do oponente que é político e tem essa responsabilidade. Ao inverter a

responsabilidade pelo seu dever, o político oponente perde completamente seu prestígio. A paixão despertada novamente é de desprezo.

Chesterton conclui com paradoxos que servem de argumento contra ambos, Hudge e Gudge:

Para tirar os homens dos cortiços, põem-nos numa habitação coletiva; e, a princípio, a alma humana saudável detesta ambos. O primeiro desejo de um homem é escapar do cortiço para o lugar mais longe possível, ainda que essa louca corrida o leve a uma habitação modelo. Seu segundo desejo é, naturalmente, escapar da habitação modelo, ainda que isso leve de volta ao cortiço. (...) nem Hudge nem Gudge pensaram sequer por um instante no tipo de casa que um homem gostaria de ter para si. (CHESTERTON, 2013a, p. 66).

É construído um paradoxo ao opor o desejo do homem sobre casa própria e o que é apresentado tanto por um oponente como pelo outro. A oposição entre sair da condição anterior para ir para uma nova e sair da nova para voltar mostra a fragilidade do oponente. Novamente a paixão do desprezo aparece, dessa vez unificando ambos oponentes numa só bandeira. A paixão de desprezo com relação ao oponente é despertada no leitor através da sátira que inferioriza as teses do opositor. Assim, Chesterton cria para si um *ethos* que se aproxima do leitor na medida em que o afasta do oponente. O novo senso comum que as alegorias criam permite ligar os argumentos de Chesterton à hierarquia de valores do leitor, ou, caso o leitor concorde com o oponente, provoca-o através da ironia com que trata os valores de seus oponentes.

Agora Chesterton aproveita o enfraquecimento da aprovação a seus oponentes para erigir seu *ethos* e reforçar no auditório um *pathos* de aprovação. Começa dizendo que: “o inglês é talvez o único homem na Europa cuja casa não é seu castelo. Em quase todos os lugares fora da Inglaterra (...) aceita-se que um homem pobre pode ser um senhorio, conquanto seja senhor apenas de sua própria terra.” (CHESTERTON, 2013a, p. 67). Há, nesse trecho, um paradoxo entre a Inglaterra e o restante da Europa, pois, segundo Chesterton em toda parte o homem é o senhor de sua casa, menos na Inglaterra.

Outro argumento:

O homem sempre se perdeu. É um vagabundo desde o Éden. Mas sempre soube – ou julgou saber – o que estava buscando. (...) Pela primeira vez na história, ele começa de fato a duvidar do objetivo de seu vagar pela terra. Ele sempre se perdera; mas agora perdeu o próprio endereço. (CHESTERTON, 2013a, p. 67-68).

O paradoxo entre um homem antigo que tinha uma residência (mesmo perdido sabia voltar) e o homem moderno que não tem sua casa termina por evidenciar a ideia central, isto é: a importância do domicílio na concepção que Chesterton. O mesmo é exposto na antítese seguinte: “Sob diversas formas verbais, recomendaram-lhe continuar nas ruas – o que se chama individualismo – ou ir para as casas de trabalho<sup>22</sup> – o que se chama coletivismo.” (CHESTERTON, 2013a, p. 68). Essa antítese entre “individualismo” e “coletivismo” é reforçada pelo paradoxo dado pelas definições de cada termo. Morar nas ruas como definição de individualismo traz uma visão negativa para o liberalismo e ir para as casas de trabalho como definição de coletivismo é uma ironia. Foi isso que o autor buscou mostrar em toda essa primeira parte de seu livro.

### 3.3.2 – Análise do ensaio “A louca necessidade”<sup>23</sup>

O ensaio integra a segunda parte que trata do imperialismo e do problema sobre a posição do homem em relação ao Estado. Dentre os quatro ensaios esse é o que melhor representa as ideias gerais que essa parte da obra visa demonstrar. Quanto aos argumentos, ele também oferece bons exemplos de paradoxos, sendo assim uma amostra justificável. Para a expressão do que Chesterton objetiva, esse artigo é eficiente e os paradoxos têm importante participação nisso, pois são os argumentos mais relevantes.

Há uma argumentação geral que acompanha todo o ensaio e não está dividida em partes separadas, são apenas momentos de um mesmo argumento paradoxal que opõe igualdade como regra, portanto a norma jurídica e a hierarquia estabelecida por características de honra fixas. Ele expõe a oposição através de um paradoxo alegórico que acompanha o ensaio:

há um elemento que sempre deve tender à oligarquia, ou melhor, ao despotismo. Refiro-me à pressa. (...) Se um acampamento militar é surpreendido pela noite, alguém deve dar ordem para atirar, pois não há tempo para uma votação. É tão somente uma questão de limitações físicas de tempo e espaço e não de quaisquer limitações mentais no grupo de homens comandados. (...) ainda que um exército fosse constituído somente por Aníbais e Napoleões, não seria bom que, quando surpreendidos, saíssem

<sup>22</sup> As *Workhouses* eram instituições jurídicas cujo papel era reintegrar o criminoso na sociedade através do trabalho. Foram extintas após séculos de existência pela sua incapacidade de recuperar muitos indivíduos e pelos maus-tratos ocorridos em algumas circunstâncias.

<sup>23</sup> O texto integral desse ensaio encontra-se no anexo B.

todos a dar ordens ao mesmo tempo; não, seria melhor que alguém desse sozinho as ordens, mesmo que fosse o mais estúpido deles. (CHESTERTON, 2013a, p. 91).

O paradoxo é apresentado entre os que defendem formas não democráticas de governo, que Chesterton apresenta como oponente, e os que apoiam a democracia, posição que ele defende e alinha com o auditório. Todos os ataques que faz ao oponente são com vista a afastá-lo do auditório. Ele faz a separação entre o elitismo das oligarquias e a igualdade da democracia, com o paradoxo de que a autoridade se estabelece a partir da oposição militar entre comandante e tropa. A ironia de um exército apenas de comandantes reforça o argumento que ele concretiza num paradoxo único: “a simples subordinação militar, longe de apoiar-se na desigualdade dos homens, apóia-se na igualdade dos homens.” (CHESTERTON, 2013a, p. 91). Ele continua sua tese: “a disciplina consiste em que, sob certas circunstâncias tremendamente precipitadas, pode-se confiar em qualquer um, contanto que esse qualquer um não seja todo o mundo.” (CHESTERTON, 2013a, p. 92). Novamente o paradoxo, reafirmando a ideia de que a igualdade entre os homens é o que fundamenta a diferença específica no momento em que é necessária uma ação imediata. Esse é, portanto, é um argumento fundado num paradoxo a favor da democracia, deve-se escolher alguém que represente a todos, mas não há como todos agirem juntos.

Ele estabelece o seu conceito de submissão através de outro paradoxo, altamente irônico: “A submissão a um homem fraco é disciplina. A submissão a um homem forte é apenas servilismo.” (CHESTERTON, 2013a, p. 92). A ironia que se forma opõe o senso comum de ser servil àquele que é vítima de uma imposição como forma de disciplina. Porém, Chesterton apresenta a disciplina como força de vontade a seguir alguém igual, senão mais fraco. A antítese fraco/forte realça o fato de chamar o oponente, que é o governista, de fraco, pois é quem está no poder e a quem rendem, Chesterton e o auditório, submissão. As definições feitas são novamente uma intensificação do efeito paradoxal de uma antítese. O paradoxo estabelecido suscita a paixão de desprezo pela figura que é governante, por ser igual, e não superior segundo o senso comum.

Continuando a analogia com o exército: “num exército ninguém sonha supor que a diferença de posto representa de fato uma diferença moral.” (CHESTERTON, 2013a, p. 92). Através da contradição ao senso comum, Chesterton reforça a ideia de que a hierarquia mantém a igualdade moral dos homens, ideia reforçada pelo paradoxo seguinte: “A essência de um exército é a idéia da desigualdade oficial, fundada na igualdade não oficial. Não se obedece ao coronel porque seja o melhor, mas porque ele é o coronel.” (CHESTERTON,

2013a, p. 92). A definição da remete ao paradoxo que opõe a essência do exército, que é desigual, com sua realidade não oficial, de igualdade, reforçando o paradoxo anterior.

Ele ataca os anarquistas que não aceitam nenhuma forma de autoridade: “Podemos nos guiar pela astúcia ou presença de espírito de um regente ou pela igualdade e apurada justiça de uma regra. Mas é preciso ter um ou outro” (CHESTERTON, 2013a, p. 94). Chesterton opõe a ausência total de autoridade do anarquismo à autoridade através da antítese “espírito de um regente”/“igualdade e apurada justiça de uma regra”, que seria a única forma de política. O paradoxo se forma pela oposição entre governo de si ou submissão a um governo. Ele reforça com outro paradoxo: “Um homem encontra muito mais regulamentos e definições em seu club, onde há regras, do que em seu lar, onde há um regente.” (CHESTERTON, 2013a, p. 94).

O autor ataca novamente o senso comum com outro paradoxo, dessa vez contra os legalistas: “Os homens acham que regras, mesmo quando irracionais, são universais; acham que a lei é igual, mesmo quando não é equitativa.” (CHESTERTON, 2013a, p. 94). Ele cria um paradoxo entre as regras universais e as leis “mesmo quando não é equitativa”. A paixão de desprezo continua a afastar o auditório dos oponentes de Chesterton.

Ele faz uma defesa da Câmara dos Comuns, certamente contra os ataques de membros da Câmara dos Lordes<sup>24</sup>:

quando críticos atacam casos como o da Câmara dos Comuns (...) Acusam a Câmara de casa parlatória e reclamam que lá se perde tempo em labirintos verbais. Ora, mas esse é exatamente um dos motivos pelos quais os Comuns são realmente como o povo comum. Se lhes apraz o ócio e os debates demorados, é porque apraz a todos os homens (CHESTERTON, 2013a, p. 94).

O paradoxo estabelece-se na oposição entre o senso comum de que numa Câmara deve haver discussões eruditas e que retratam problemas políticos e de uma Câmara que, por representar os homens comuns, deve tratar de suas discussões. A ironia faz com que a paixão despertada seja o humor.

Chesterton conclui com um argumento por paradoxo, mas com uma estrutura de alegoria hiperbólica, em que há um exagero sobre um raciocínio do oponente, de forma que seu efeito patético de desprezo alcança o seu máximo potencial, porém cai na falácia da

---

<sup>24</sup> Na Inglaterra, país em que vigora uma monarquia parlamentar, há duas câmaras no parlamento, a dos Lordes, que é composta pela nobreza, e a dos Comuns, composta por membros da plebe.

Aplicação indevida, já que não expõe o pensamento do oponente como é, mas segundo uma sátira e de forma irônica, extraindo dele consequências gerais. Segue o argumento:

O argumento essencial é: ‘Especialistas devem ser déspotas. Homens devem ser especialistas. É possível a igualdade numa fábrica de sabão. Logo, ela é impossível em toda a parte. É impossível a camaradagem num monopólio de trigo. Logo, ela é impossível de maneira geral. Precisamos de uma civilização comercial. Portanto, precisamos destruir a democracia.’ Sei que os plutocratas raramente têm imaginação suficiente para elevarem-se à altura de exemplos como o do sabão ou do trigo (CHESTERTON, 2013a, p. 95).

A ironia é satírica, reduzindo ao ridículo uma série de raciocínios incoerentes ao oponente, gerando o paradoxo entre uma posição liberal de defesa da indústria e a suposta incoerência das defesas feitas dessa posição. A paixão do ridículo fica mais evidente:

Um escritor antidemocrático observou que não gostaria de viajar num navio em que o camaroteiro tivesse voto de mesmo peso que o capitão. Poderíamos dar-lhe a pronta resposta de que vários navios (o *Victoria*<sup>25</sup>, por exemplo) afundaram porque o almirante deu uma ordem que até um camaroteiro saberia que estava equivocada (CHESTERTON, 2013a, p. 95-96).

A atitude de tratar o camaroteiro e o almirante de forma distinta apenas pela sua posição aparece como oposição da democracia. Chesterton mostra o ridículo da situação através do argumento do exemplo, mostrando que por erro de um almirante o navio *Victoria* afundou. Esse paradoxo causa a paixão do ridículo no auditório, afastando-o do oponente, que fica associado a atitudes não democráticas.

Nota-se que, nesse ensaio, há menor quantidade de paradoxos como argumentos e seu caráter é, em parte, estilístico, apresentando caráter sofisticado em um dos argumentos apresentados. O tom de zombaria que o autor aplica aos oponentes é eficiente, porém, ele chega a usar de meios sofisticados, o que Chesterton utiliza apenas essa vez ao longo dos seus ensaios analisados. O efeito patético é ainda de desprezo pelos seus oponentes, que também se tornam oponentes do auditório.

---

<sup>25</sup> Em 24 de março de 1881, durante o aniversário da Rainha que batizou o navio *Victoria*, houve o naufrágio do navio com a morte de ao menos 182 pessoas.



### 3.3.3 Análise do ensaio “A sufragista amilitar”<sup>26</sup>

Para a escolha desse ensaio houve uma preocupação maior com o fator retórico do que propriamente com sua relevância dentro da terceira parte do livro. É também um ensaio importante, sendo o primeiro e contendo boa parte da argumentação desenvolvida ao longo dos doze ensaios que compõem essa parte, a qual trata do feminismo. Porém, esse texto traz, segundo o próprio Chesterton, uma “objeção superficial”. Com isso ele utiliza de sua ironia para formar de antemão um paradoxo. Porém, é importante ressaltar que Chesterton não adentra o que o senso comum considera o mais importante para o feminismo, mas o que dentro de sua argumentação parece ser a melhor opção retórica para o convencimento. Assim, ele utiliza de argumentos secundários para desestruturar a visão lógica do senso comum e ataca, de forma paradoxal, o que o oponente esperaria por último, ou seja, os argumentos secundários.

Já que ele especificou os demais ensaios em onze diferentes argumentos, a análise desse ensaio ganha predominância em comparação com os demais ensaios, visto que esse ensaio possui a centralidade da argumentação nessa parte do livro. Há, nesse ensaio, uma predominância de paradoxos, cerca de 40% das frases são construções paradoxais, além dos paradoxos que percorrem a estrutura do texto.

O autor disserta:

assim como pareceu mais honesto dizer primeiro que não sou favorável ao imperialismo – nem mesmo em seu sentido prático e popular –, do mesmo modo parece-me mais honesto dizer o mesmo do sufrágio feminino, em seu sentido prático e popular, ou seja, é perfeitamente legítimo expor, ainda que precipitadamente, a objeção superficial às “sufragistas” antes de entrar nas questões de fato *sutis* por trás do sufrágio. (CHESTERTON, 2013a, p. 99).

Dessa forma, ele organiza a argumentação contra as sufragistas, mantendo a defesa do sufrágio, porém atacando com argumentos *ad rem* a prática que as apropriações de grupos políticos fizeram da ideia de sufrágio. O autor novamente posiciona-se junto ao auditório na defesa de uma ideia em comum, no caso o sufrágio, contra um inimigo que ele cria igualmente em comum, no caso as sufragistas. A ironia de atacar com uma “objeção superficial” é uma forma de enriquecer o paradoxo.

O primeiro paradoxo opõe as sufragistas, grupos de feministas, ao que deveria ser uma luta pelo sufrágio. Ele opõe as ideias de revolução, uma brusca tentativa de romper uma

---

<sup>26</sup> O texto integral desse ensaio encontra-se no anexo C.

situação atual para impor uma nova situação, no caso o sufrágio, e uma anarquia, a simples confusão criada por movimentos desordenados.

O autor ordena uma linha de paradoxos para formar esse maior: “a objeção às sufragistas não se deve a serem sufragistas militantes. Ao contrário, deve-se a não serem militantes o suficiente.” (CHESTERTON, 2013a, p. 99). A oposição é criada através da militância organizada em oposição à militância sufragista.

Em seguida, ele afirma: “Uma revolução é algo militar: ela tem todas as virtudes militares, dentre as quais a virtude de chegar ao fim. Dois grupos combatem com armas mortais, mas, sob certas regras de honradez arbitrária, o grupo que vence se apossa do governo e começa a governar.” (CHESTERTON, 2013a, p. 99-100). Assim, o autor desenvolve uma analogia entre a atitude militar e a militante, sendo que a segunda origina-se na primeira. Usa dessa analogia para fundamentar seu paradoxo de que as sufragistas não criam uma revolução porque nunca chegam a um fim estabelecido. A oposição de um governo atacado e o novo governo criado com a revolução aponta para uma derrota implícita do oponente ao associar a vitória à revolução. A antítese “regras de honradez arbitrária” é carregada de ironia e reforça a noção de que o governo não é o fim das sufragistas.

O ensaísta completa o argumento com uma analogia ao adágio latino conhecido: *si vis pacem para belum*, que significa se queres paz, prepara-te para a guerra. “O objetivo da guerra civil, assim como o objetivo de todas as guerras, é a paz.” (CHESTERTON, 2013a, p. 100). É um argumento de exemplo, que incrementado com a força do adágio também se torna argumento de autoridade, como explicam Perelmam e Olbrechts-Tyteca (2005) como explicitado no capítulo teórico. O efeito patético, ainda indefinido, começa a ser constituído.

O autor continua a fazer a distinção através de outro paradoxo, com a mesma finalidade: “Elas não geram revolução, o que geram é anarquia; e a diferença entre essas duas coisas não é uma questão de violência, mas de fecundidade e finalidade. A revolução, por sua natureza, gera um governo; a anarquia só gera mais anarquia.” (CHESTERTON, 2013a, p.100). O autor visa associar a ideia de governo a algo positivo e como objetivo natural do sufrágio, enquanto que os movimentos políticos sem uma proposta direta com o governo com a anarquia, de modo a afastar o auditório do oponente.

Para concluir essa linha de paradoxos, ele elenca exemplos históricos retirados da Revolução Francesa e da Revolução Gloriosa, falando sobre a morte de Luís XVI e a ascensão de Napoleão e a morte de Carlos I e ascensão de Cromwell. Nesse caso, a base do paradoxo é retirada dos exemplos:

Você só pode dar cabo da cabeça de um rei uma vez; mas pode dar cabo do chapéu do rei muitas vezes. A destruição é finita ao passo que a obstrução é infinita. Enquanto a rebelião assume a forma de mera desordem (em vez de a de uma tentativa de impor uma nova ordem), não há um final lógico para ela; ela pode alimentar-se e renovar-se eternamente. (CHESTERTON, 2013a, p. 100).

O argumento do exemplo fortalece o paradoxo como argumento, tornando a paixão de desprezo pelo oponente ainda maior, na medida em que associa a ideia de desordem, rebelião que tendem a “renovar-se eternamente”. A tese de Meyer sobre o *pathos* continua a ser fundamento da retórica de Chesterton. Pode-se encontrar a problematologia na antítese apresentada por “destruição é finita” e “obstrução é infinita”. A antítese é resposta à pergunta que o auditório impõe-se: se a revolução e a anarquia geram violência, qual a distinção entre elas? A resposta, segundo o ensaísta, é dada no momento em que cada uma das posições políticas (governo e sufragistas) usa da violência e qual seu fim. A antítese também apresenta definições, que enfatizam a oposição feita pela antítese paradoxal.

O segundo grande argumento é o da violência ser incompatível com a feminilidade, caracterizando mais o movimento em si que seu fim que é a defesa da mulher. O autor tenta ordenar um paradoxo entre a defesa da mulher e o uso da violência como meio para tal fim. Ele começa com o seguinte paradoxo: “Nela [a violência] descobrem-se duas questões urgentes: quantos rebeldes estão vivos e quantos estão dispostos a morrer. Mas uma minoria pouco expressiva, embora interessada, é capaz de manter a pura desordem para sempre.” (CHESTERTON, 2013a, p. 100-101). A oposição entre a violência necessária e a violência “capaz de manter a pura desordem” continua a gerar os efeitos patéticos de desprezo pelo oponente que a partir desse argumento começam a aumentar gradativamente. A antítese entre “quantos rebeldes estão vivos” e “quantos estão dispostos a morrer” usa o argumento da quantidade contra sua oposição associada ao oponente “minoría”. Essa antítese é usada para confrontar paradoxalmente as sufragistas, já que o sufrágio sendo direito de voto é exercido pela maioria, não minoria. Os demais paradoxos dessa linha argumentativa seguem esse esquema.

Quanto ao problema da feminilidade, a questão levantada sobre como podem as mulheres usar de violência gera um novo paradoxo:

No caso dessas mulheres [as sufragistas], certamente há também a falsidade adicional introduzida por razão de seu sexo. É falso expor o assunto como uma simples questão de força bruta. Se fossem os músculos que dessem ao

homem o voto, então seu cavalo deveria ter dois e seu elefante, quatro. (CHESTERTON, 2013a, p. 101).

A ironia é utilizada para desestimular a violência e despertar o *pathos* de desprezo por quem a utiliza ao gerar o paradoxo entre a feminilidade e a força bruta, além de comparar a força à animalidade. Novamente usa o argumento da quantidade, mas associando dessa vez negativamente a maior força a uma falácia: a de que a força gera sufrágio. A metáfora com o cavalo e o elefante leva ao ridículo o oponente, incitando a paixão de desprezo no auditório.

Em seguida, o autor usa de um argumento *ad humanitatem*, como visto no capítulo 1, direcionado a todas as mulheres de forma irônica, seguindo o argumento do oponente de forma a gerar um argumento de *reductio ad absurdum*:

Todo tumulto é uma ameaça de guerra, mas a mulher está brandindo uma arma que ela jamais poderá usar, quando há muitas armas que ela poderia e pode usar. Se, por exemplo, todas as mulheres resmungassem por um voto, elas o conseguiriam em um mês. Mas novamente há que lembrar que seria necessário fazer com que todas as mulheres resmungassem. (CHESTERTON, 2013a, p. 101).

O paradoxo é carregado de ironia ao associar a todas as mulheres, através de um *ad humanitatem*, a possibilidade de resmungarem contra a capacidade de serem violentas. A ironia torna-se maior quando o autor é incisivo na necessidade de maioria, usando o argumento da quantidade. Todo esse paradoxo incita um *pathos* de desprezo e procura reduzir ao absurdo o argumento do oponente, segundo o qual o tumulto é uma forma de ação das sufragistas. A definição: “Todo tumulto é uma ameaça de guerra” é hiperbólico, de forma a tornar mais forte o argumento *ad humanitatem*.

O argumento da quantidade volta com outro paradoxo: “A objeção à filosofia das sufragistas é simplesmente a de que a maioria dominante das mulheres não concorda com elas. (...) é seguramente um caso estranho e infantil de instituição de uma democracia formal para a destruição da democracia real.” (CHESTERTON, 2013a, p. 101). O paradoxo reside na oposição entre a maioria das mulheres não ser sufragista e a exigente de uma minoria para que elas tenham o direito de participar na democracia. A ironia de impedir que a maioria escolha por não ter sufrágio gera grande quebra de perspectiva do senso comum, reforçando o *pathos* de desprezo. Chesterton encerra com outro paradoxo: “Essas pessoas estão praticamente dizendo que as mulheres podem votar tudo, exceto o sufrágio feminino.” (CHESTERTON, 2013a, p. 101).

Assim, esse ensaio é predominantemente marcado pelo paradoxo, utilizado várias vezes e de forma incisiva como argumento, ordenando a argumentação central da terceira parte do livro, usando repetidas vezes a marca da paixão do desprezo.

### 3.3.4 Análise do ensaio “A verdade sobre a educação”<sup>27</sup>

A quarta parte da obra, dedicada à crítica da aplicação da educação na Inglaterra, é a mais extensa do livro em quantidade de ensaios. “A verdade sobre a educação” foi o ensaio escolhido como amostra dentro do *corpus* porque traz o alicerce da argumentação desenvolvida e porque, retoricamente, é um dos mais elaborados segundo os paradoxos, que apesar de surgirem com menor intensidade, usam de grande ironia.

O ensaio trata do conceito de educação. Chesterton apresenta-o como uma tradição que é transmitida como método, mas não como fim. Pode-se usar educação para tudo, até mesmo para algo intrinsecamente ruim. Assim, Chesterton critica os que tratam a educação como se não possuísse dogmas, pois apenas através de algo que se objetiva ensinar é que se aplica um método de ensino. Ele argumenta através de uma analogia irônica: “se essa desarrazoada irritação com o ‘dogma’ de fato tivesse origem em algum ridículo exagero de sacerdotes de outrora, então imagino que estaríamos agora a preparar uma bela safra de hipocrisia para fatigar nossos descendentes.” (CHESTERTON, 2013a, p. 152). Chesterton faz uma analogia entre a crítica feita pelos cétricos aos dogmas religiosos com os dogmas da educação<sup>28</sup> e ironiza a atitude dos cétricos, pois suas escolas também possuem conteúdos ensinados que devem ser seguidos, portanto, dogmas. Por isso chama-lhes de hipócritas.

O primeiro paradoxo usado opõe duas concepções de educação presentes na Inglaterra da época, através dos cétricos.

Chegará a época em que alguém dará gargalhadas ao pensar que os homens trovejavam tanto contra a educação sectária quanto contra a educação secular; que os homens de proeminência e posição denunciariam as escolas tanto por ensinarem um credo quanto por não ensinarem uma fé. (CHESTERTON, 2013a, p. 152).

Chesterton usa a ironia para levar ao ridículo a posição de seus opositores ao dizer que as críticas deles serão objeto de “gargalhadas”. A ironia sustenta também o paradoxo formado

<sup>27</sup> O texto integral desse ensaio encontra-se no anexo D.

<sup>28</sup> Os dogmas da educação ele não elenca nesse ensaio, mas estabelece ao longo dos demais ensaios; destacam-se: a liberdade, a autoridade, o conhecimento, a minuciosidade, a participação dos pais.

pela crítica à educação sectária e, simultaneamente, à educação secular. A contradição entre as duas posições, assim como a crítica simultânea entre credo e fé, faz com que esse paradoxo seja um *reductio ad absurdum*.

O próximo é uma quebra de perspectiva com relação ao conceito de educação. Chesterton contraria o senso comum afirmando que a educação não existe: “É óbvio que o mais importante na educação é que ela não existe; não existe como existem a teologia ou a cavalaria.” (CHESTERTON, 2013a, p. 153). A ressalva que Chesterton faz em seguida quebra novamente a perspectiva criando um paradoxo: a educação não existe, mas existe de forma distinta de outras entidades.

Ele explica essa oposição:

Teologia é uma palavra como “geologia”, cavalaria é uma palavra como “caldeiraria”. Essas ciências podem ou não ser salutares como passatempos, mas lidam com pedras e caldeiras, com objetos bem definidos. (...) Educação é uma palavra como “transmissão” ou “herança”. Não é um objeto, mas um método. (CHESTERTON, 2013a, p. 153).

O paradoxo se forma na oposição entre objeto e método. As ciências em particular possuem um objeto definido, mas a educação é apenas um método para alcançar as ciências.

Nessa linha Chesterton vai contra o senso comum que considera a educação como essencial para ensinar o necessário. Para ele: “Podem ser os fatos mais triviais, os pontos de vista mais ilógicos ou as qualidades mais repulsivas, mas, se passados de geração em geração, são educação.” (CHESTERTON, 2013a, p. 153). A ironia surge na metáfora totalmente paradoxal com que ele conclui esse argumento: “Educar é dar algo – talvez veneno.” (CHESTERTON, 2013a, p. 153). A metáfora é ainda uma definição, que se opõe ao senso comum, que espera da educação algo bom, não algo ruim como veneno.

Como Chesterton havia direcionado o argumento contra seus oponentes céticos, a ilação lógica leva o auditório a concluir que os céticos oferecem uma educação igualmente tradicional e dogmática, porém associada ao veneno, ou seja, algo que não convém para os fins que o senso comum espera para a educação. O *pathos* do auditório é afetado pela paixão do desprezo pela educação cética.

O autor finaliza o ensaio com uma comparação paradoxal entre os dois tipos de professor: “A verdade é que não há absolutamente nada em comum nesses professores, exceto o fato e que todos eles ensinam. Em suma, a única coisa que compartilham é aquela que eles declaram detestar: a idéia geral de autoridade.” (CHESTERTON, 2013a, p. 154). A oposição

criada entre os professores passa a girar em torno a algo comum, algo que ambos rejeitam: a autoridade. Chesterton associa a autoridade ao dogma, concluindo com outro paradoxo: “Um professor não dogmático é simplesmente um professor que não ensina.” (CHESTERTON, 2013a, p. 154). O autor reforça a paixão de desprezo no auditório ao associar o professor que se declara não dogmático com alguém que não ensina. Essa definição traz uma contradição que leva à paixão do ridículo, por tornar o professor alguém que não ensina.

### 3.3.5 Análise do ensaio “A falácia do bengaleiro”<sup>29</sup>

Do ponto de vista retórico, esse ensaio é o mais importante da última parte do livro. O paradoxo é expresso de forma predominante, subordinando a ele as demais figuras que aparecem, como a metáfora da bengala e do guarda-chuva, que aparece sob o paradoxo da oposição entre a ideia de unidade social e as diversidades individuais.

Nesse ensaio há uma oposição direta aos socialistas, na qual Chesterton ataca sua concepção de modificação radical da política e da sociedade. A modificação das centenárias *Poor Laws*<sup>30</sup> é apresentada como total paradoxo: rejeitar as leis que beneficiam os pobres através da coerção.

Chesterton inicia com a fala de um lorde sobre a Câmara dos Lordes, demonstrando o paradoxo de sua distinção entre reforma e a destruição da instituição que causou polêmica: “Quando lorde Morley<sup>31</sup> disse que a Câmara dos Lordes deveria ser reformada ou destruída, usou uma frase que gerou alguma confusão, pois parecia sugerir que reforma e destruição são coisas similares.” (CHESTERTON, 2013a, p. 201). O paradoxo surge pela oposição das palavras reforma e destruição, dado que em inglês há uma semelhança fonética entre ambos: *to mend* (reformular) e *to end* (destruir). A semelhança fonética contrasta com o sentido de cada vocábulo, mas Chesterton complementa em seguida: “Reforma-se uma coisa por gostar-se dela; destrói-se algo de que não se gosta.” A distinção é feita de forma a tornar patética a comparação feita pelo oponente. Ao mostrar o óbvio, Chesterton causa desprezo pelo oponente no auditório.

Após, Chesterton complementa com outro paradoxo: “não acredito na oligarquia e, portanto, não teria mais interesse em reformar a Câmara dos lordes do que em consertar um instrumento de tortura para polegares. Por outro lado, creio firmemente na família e, portanto,

<sup>29</sup> O texto integral desse ensaio encontra-se no anexo E.

<sup>30</sup> Ajuda assistencial aos pobres que subsistiu desde a Idade Média até a Segunda Guerra, sofrendo pequenas modificações ao longo dos séculos.

<sup>31</sup> Segundo nota da tradutora: “John Morley, 1º Visconde Morley de Blackburn (1838-1923), estadista liberal inglês, escritor e editor de jornal.” (CHESTERTON, 2013a, p. 201).

eu reformaria a família como consertaria uma cadeira” (CHESTERTON, 2013a, p. 202). Chesterton manifesta sua oposição ao criticar a reforma da Câmara dos Lordes, associando a esta a imagem de um instrumento de tortura. Por outro lado defende a família, foco da discussão a partir daí como algo de valor, que deve ser reformado, em oposição a certas estruturas do Estado como a Câmara dos Lordes.

Após afirmar que: “Há duas instituições que sempre foram fundamentais para a humanidade: a família e o Estado.” (CHESTERTON, 2013a, p. 202), Chesterton separa sua posição daquela que os anarquistas possuem ao não aceitarem nem a família nem o estado; e daquela assumida pelos socialistas de defenderem o Estado e não a família.

Nesse ponto Chesterton foca o ataque nos socialistas. Ele diz: “Enquanto deixam o lar em ruínas, restauram a colméia, especialmente os ferrões.” (CHESTERTON, 2013a, p. 202). Usa um paradoxo carregado de ironia formando uma analogia entre o Estado unificado do socialismo e uma colmeia de abelhas guiadas pelos ferrões (violência).

Trata então de complementar o ataque com outro paradoxo que reforça a paixão de desprezo no auditório: “Aparentemente, o progresso significa sermos impelidos para a frente – mas pela polícia.” (CHESTERTON, 2013a, p. 203). Há total quebra de perspectiva ao retratar o progresso com a violência.

Chesterton inicia então a metáfora que centraliza a ironia do ensaio formando um grande paradoxo: a metáfora da bengala e do guarda-chuva. Ele diz: “Um socialista é um homem que toma a bengala por guarda-chuva pelo simples fato de ambos ficarem na mesma bengaleira.” (CHESTERTON, 2013a, p. 203). Esse paradoxo busca mostrar a contradição que os socialistas cometem entre seus ideais e suas práticas. Ele faz a distinção entre a bengala e o guarda-chuva: “As propriedades essenciais de um guarda-chuva são largura e proteção. As propriedades essenciais de uma bengala são finura e, em parte, ataque. A bengala é a espada; o guarda-chuva, o escudo”. (CHESTERTON, 2013a, p. 203). Ele prossegue:

a questão é que o guarda-chuva é um escudo contra um inimigo tão real, que o consideramos um mero estorvo, enquanto a bengala é uma espada contra inimigos tão completamente imaginários, que os consideramos um mero divertimento. (...) Um guarda-chuva é um mal necessário. Uma bengala é um bem completamente desnecessário. (CHESTERTON, 2013a, p. 203-204).

A oposição é feita entre o que é necessário e o que desnecessário, de forma a demonstrar que os socialistas fazem confusão entre o que é necessário e o que é desnecessário. Ele complementa:



uma bengala é um divertimento, um objeto de verdadeira propriedade pessoal. Sua falta é sentida, embora seja desnecessária. (...) Mas qualquer um pode esquecer um guarda-chuva, assim como qualquer um pode esquecer um abrigo sob o qual se protegeu da chuva. Qualquer um pode esquecer uma coisa necessária. (CHESTERTON, 2013a, p. 204).

Chesterton provoca o paradoxo através da contradição com o senso comum ao dizer que um objeto que seja propriedade traz maior afinidade, mesmo que desnecessário, do que algo que não seja propriedade, embora seja necessário. Importa ao homem o que lhe é próprio, não o estritamente necessário. Ele conclui esse argumento: “Se me permitem prosseguir com esta figura de linguagem, direi, resumidamente, que todo o erro coletivista consiste em asseverar que, já que dois homens podem dividir um guarda-chuva, podem, portanto, dividir uma bengala.” (CHESTERTON, 2013a, p. 204). A ironia e o paradoxo tornam-se claros nessa sentença: o socialismo prega que a propriedade deve ser coletiva, mas a metáfora traz uma contradição a essa ideia. A paixão de desprezo é despertada no auditório. Essa paixão é reforçada pela metáfora seguinte que reforça esse paradoxo: “não há nada senão contra-senso na idéia de agitar uma bengala comunitária; é como se alguém falasse em torcer a ponta de um bigode comunitário.” (CHESTERTON, 2013a, p. 204). A ironia da expressão traz pelo argumento do exemplo um ataque à ideia de propriedade coletiva: o exemplo do bigode coletivo mostra o paradoxo da ideia socialista e sua contradição ao senso comum. Torna-se um *reductio ad absurdum*.

Para reforçar o senso de absurdo da ideia socialista e reforçar a paixão de desprezo, e a paixão do ridículo, Chesterton traz outro exemplo: a metáfora da lavanderia e da cozinha:

Ao menos 60 a cada 100 socialistas, ao falarem de lavanderias comunitárias, falarão também de cozinhas comunitárias. (...) Bengalas e guarda-chuvas são bastões firmes que se encaixam em buracos num suporte. Cozinhas e lavanderias são amplas salas calorentas, úmidas e cheias de vapor. (CHESTERTON, 2013a, p. 205).

Chesterton usa a metáfora da cozinha e da lavanderia para opor, através do argumento do exemplo, uma situação em que propriedades que possuem características comuns são confundidas pelo oponente. Essa confusão gera um paradoxo expresso pela continuação:

Só há um modo de lavar uma camisa, ou melhor, só há um modo correto. (...) Ninguém diz: ‘Tompkins gosta de cinco buracos em sua camisa, mas devo dizer que prefiro os bons e velhos quatro buracos’. Ninguém diz: ‘essa

lavanderia rasga a perna esquerda do meu pijama; ora, se há algo de que faço questão, é que a perna direita seja rasgada'. O ideal numa lavagem é simplesmente devolver algo lavado. Mas não é verdade de maneira alguma que a culinária ideal seja simplesmente devolver algo cozido. Cozinhar é uma arte, é algo que tem personalidade e até mesmo perversidade” (CHESTERTON, 2013a, p. 205).

O paradoxo entre as finalidades distintas da cozinha e da lavanderia fica clara com o novo exemplo, irônico, que provoca a paixão do desprezo novamente ao comparar o objetivo simples da lavanderia de entregar a roupa limpa com o de cozinhar, que demanda uma série de nuances de gosto próprias a cada pessoa. A possibilidade que ele levanta sobre as formas “erradas” de se lavar a roupa são patéticas e provocam comicidade, por serem irônicas, mas visam causar o desprezo pelas ideias dos socialistas. A definição sobre o cozinhar como arte que tem “personalidade e até mesmo perversidade” reforça o paradoxo, pois um cozinheiro perverso é contra o que o senso comum espera.

Para complementar a metáfora da cozinha e da lavanderia Chesterton traz um exemplo altamente irônico: “Eu conheço um homem que não suporta linguças comuns, a menos que estejam quase carborizadas. Ele quer suas linguças fritas a ponto de se esfarraparem, porém não insiste em que suas camisas sejam fervidas a ponto de se esfarraparem.” (CHESTERTON, 2013a, p. 205). O paradoxo do gosto de seu amigo, que para as linguças possui um gosto fora do senso comum, portanto incompatível com a coletivização, e para as roupas está perfeitamente enquadrado no senso comum, torna a crítica mais intensa. A associação do argumento com o amigo faz com que o auditório aproxime-se mais de Chesterton enquanto se afasta mais do oponente.

A metáfora final sobre a cozinha traz de forma irônica a extrema necessidade em aceitar cozinhas comunitárias em situações extremas de escassez, comparando a situação com a ingestão de ração em tempos de guerra: “Talvez nós devamos aceitar cozinhas comunitárias durante a crise social, do mesmo modo que teríamos de aceitar uma comunitária ração de gato durante um cerco.” (CHESTERTON, 2013a, p. 205). A situação distante do senso comum associa a ideia socialista de coletivismo a uma comparação a guerra e miséria.

Para concluir a crítica, Chesterton traz uma nova metáfora para resumir o argumento de comparação entre o coletivismo socialista e o individualismo: “As duas [cozinha e lavanderia] são tão diferentes quanto três homens cantando num mesmo coro diferem de outros três homens tocando três melodias num mesmo piano.” (CHESTERTON, 2013a, p. 206). A ironia do paradoxo traz novamente a paixão de comicidade pela situação contraditória com o senso comum, associando novamente a paixão de desprezo com relação aos socialistas.

### 3.4 Análise quantitativa

A análise quantitativa tem como objetivo analisar a frequência com que os paradoxos foram utilizados nos ensaios e as paixões despertadas por eles. Observa-se também a relação existente entre os paradoxos nos 5 ensaios escolhidos. A análise abrange alguns dos aspectos analisados na análise qualitativa, sendo eles: o número de paradoxos, a recorrência do uso das paixões, a recorrência do uso dos paradoxos contra o senso comum do auditório ou do oponente e a recorrência de figuras de linguagem que apoiam o uso dos paradoxos. Para tanto, a Tabela 1, logo a seguir, demonstra quantos paradoxos foram utilizados em cada ensaio. Em seguida faz-se uma análise do quadro buscando compreender melhor, em termos quantitativos, o uso dos paradoxos por Chesterton.

**Tabela 1** – Análise quantitativa de cada ensaio

<b>Ensaio</b>	<b>Número de paradoxos</b>	<b>Paixões</b>	<b>Paradoxo contrário ao senso comum do oponente</b>	<b>Paradoxo contra o senso comum do auditório</b>	<b>Figuras de linguagem como apoio</b>
A história de Hudge e Gudge, 5 páginas, 1434 palavras	12	Desprezo = 7 Ira = 3	6	3	Alegoria = 1 Antítese = 2 Definição = 4 Ironia = 8 Metáfora = 1
A louca necessidade, 6 páginas, 1947 palavras	12	Desprezo = 4 Humor = 1 Ridículo = 2	4	3	Alegoria = 2 Antítese = 2 Definição = 3 Hipérbole = 1 Ironia = 3
A sufragista amilitar, 3 páginas, 841 palavras	10	Desprezo = 5	9	1	Alegoria = 1 Analogia = 1 Antítese = 3 Definição = 3 Hipérbole = 1 Ironia = 6
A verdade sobre a educação, 3 páginas, 772 palavras	7	Desprezo = 2 Humor = 1 Ridículo = 2	3	4	Analogia = 1 Definição = 2 Ironia = 3
A falácia do bengaleiro, 5 páginas, 1328 palavras	17	Desprezo = 6 Humor = 1	7	6	Alegoria = 1 Analogia = 1 Definição = 1 Ironia = 13 Metáfora = 11

A Tabela 1 permite analisar alguns aspectos do uso de paradoxos por Chesterton. É notável, em primeira vista, que o autor usa os paradoxos com uma frequência muito grande. A média é de 2 paradoxos por página, sendo que em 4 dos ensaios analisados há alegorias paradoxais que acompanham todo o ensaio, o que demonstra que a própria estrutura narrativa desses ensaios é paradoxal. As metáforas paradoxais também aparecem ao longo de dois ensaios, sendo que, em “A falácia do bengaleiro”, há 11 metáforas, que estão interligadas entre si, fazendo com que os paradoxos relacionados a elas estejam presentes ao longo de todo o ensaio.

A recorrência dos paradoxos permite observar que a oposição que Chesterton apresenta ao senso comum, seja do auditório ou do oponente, é parte integral de sua argumentação, ocupando o papel principal dentre todos os elementos retóricos utilizados. É possível notar que além de os paradoxos serem o principal elemento retórico usado por Chesterton, os demais elementos estão subordinados ao uso deles, sendo utilizados para reforçar o sentido dado por cada um. As figuras de linguagem, igualmente utilizadas com grande frequência, estão também alinhadas com os paradoxos.

Como para fins metodológicos foram analisadas as figuras que obtiveram maior relevância no uso dos paradoxos, as demais figuras utilizadas não aparecem no quadro, pois não são utilizadas de forma paradoxal e um estudo específico sobre elas seria necessário para abordá-las.

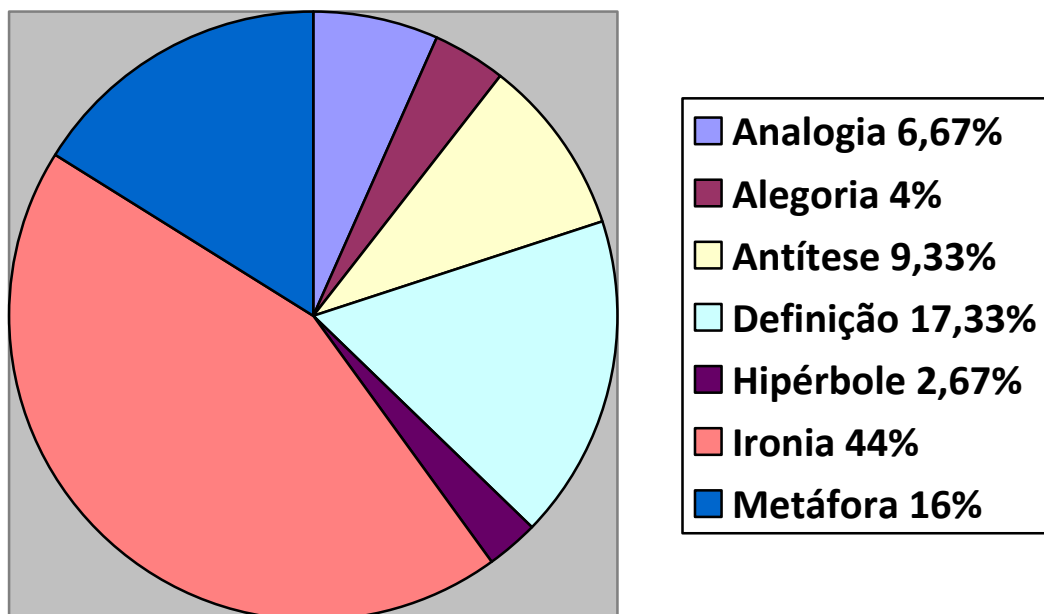
Para os fins desta análise, pôde-se observar a grande frequência da ironia, que foi a figura mais utilizada para reforçar o sentido do argumento paradoxal. Como foi exposto no capítulo 2, a ironia e o paradoxo possuem objetivos patéticos semelhantes. Ambos buscam a contradição ao senso comum. Chesterton usa a ironia alinhada com os paradoxos, principalmente, para suscitar paixões negativas no auditório com relação ao seu oponente. Assim, cria a paixão do desprezo com maior frequência, o ridículo aparece também, em alguns momentos a ira e em menor quantidade o humor. À medida que a ironia torna o argumento do oponente absurda, Chesterton passa a utilizar o argumento *reductio ad absurdum*, para refutar teses dos oponentes, porém o efeito patético sobre o auditório é mais frequente.

A metáfora, a analogia e a alegoria são utilizadas como forma de criar nexos entre vários paradoxos encadeados, de modo a gerar uma linha argumentativa única, que abrange diversos aspectos da discussão. Ambas as figuras permitem que Chesterton traga assuntos que possam ser distantes do auditório (formado por leitores de jornal que possam ter diferentes graus de instrução) para uma situação casual, porém Chesterton trata do cotidiano de forma

contrária ao senso comum. Como visto no capítulo 2, o paradoxo usado como argumento pode ir contra o senso comum do auditório quando se apresenta uma ideia do oponente, de forma a ironizá-la e torná-la contrária ao que o auditório aceita em sua escala de valores; ou pode contrariar o senso comum do oponente de forma que demonstre seu distanciamento do auditório. Em ambas as situações, o paradoxo pode associar-se à metáfora, à analogia e à alegoria para ampliar os efeitos de contradição. A alegoria de “A história de Hudge e Gudge”, por exemplo, associa ambos os personagens aos oponentes de Chesterton de forma a satirizá-los e causar, no auditório, a paixão do desprezo. Em “A falácia do bengaleiro”, ensaio em que mais se utiliza o paradoxo contra o senso comum do auditório, as diversas metáforas buscam apresentar os argumentos do oponente de forma contraditória ao senso comum do auditório, enfraquecendo aquele.

O Gráfico 1, logo a seguir, demonstra a relação entre as figuras presentes nos cinco ensaios, de forma a demonstrar a recorrência de cada uma dentro da argumentação de Chesterton no *corpus* selecionado.

**Gráfico 1** – Recorrência de figuras



O Gráfico 1 demonstra como os dados analisados na Tabela 1 associam-se no todo do *corpus*. A ironia destaca-se como principal figura utilizada, o que já se verificou também em cada ensaio. Com mais de 40% de recorrência, a ironia ressalta a ênfase argumentativa que o

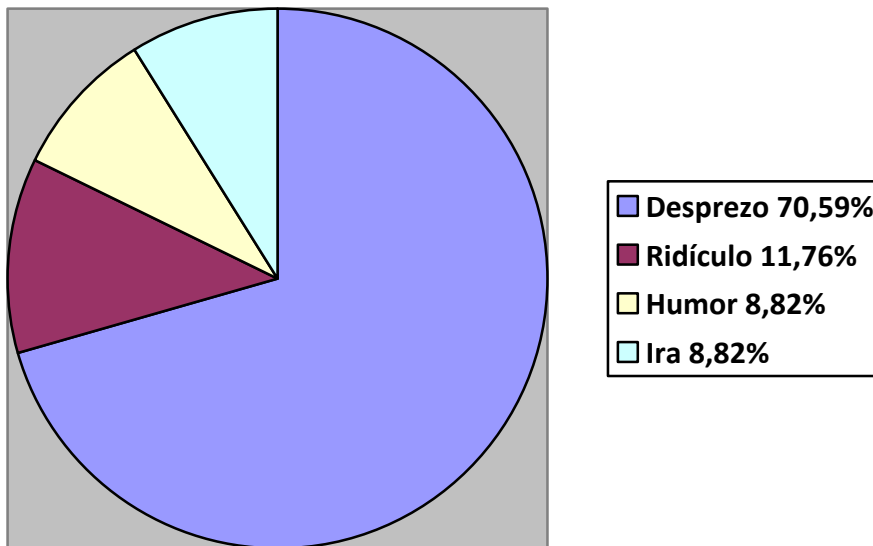
paradoxo possui em Chesterton, conforme o demonstrado. A metáfora também se destaca, apesar de ter aparecido em apenas dois ensaios quando considerados individualmente.

As definições são a segunda figura mais empregada, pois permite contradizer o senso comum através da contradição com as definições próprias ao auditório ou aos opositores. Chesterton usa as definições em todos os ensaios e costuma estar ligado à ironia para criar o efeito paradoxal.

Os argumentos contra o senso comum aparecem de forma mais frequente contra o oponente. Isso sugere que Chesterton possui a intenção predominante de atacar os adversários mais do que refutar suas teses. Apesar de que a análise foi feita a partir de um recorte em que foram selecionados os ensaios em que mais aparecem os paradoxos, demonstra-se que o paradoxo é mais utilizado como argumento ofensivo que analítico. As vezes em que o autor usa do paradoxo para apresentar a tese do oponente, fá-lo de forma irônica e, contra o senso comum do auditório, para afastá-lo do oponente. Em “A verdade sobre a educação”, o argumento contra o senso comum do auditório foi mais empregado do que o argumento contra o senso comum do oponente, sendo também o ensaio com menor incidência da paixão do desprezo; a paixão do humor aparece, o que sugere que a sátira foi empregada para mostrar que as teses dos oponentes diferem do senso comum do auditório, de forma que aqueles aparentam serem ridículos. Em contrapartida, o ensaio em que mais se atacou o oponente, “A sufragista amilitar”, é o único em que aparece apenas a paixão de desprezo, além de ser o ensaio com maior número de paradoxos por página, sendo 10 paradoxos em 3 páginas.

Quanto às paixões, fica claro que Chesterton buscava causar o desprezo do auditório com relação aos oponentes de Chesterton. As poucas vezes em que a ira aparece são para reforçar esse desprezo e o humor surge como sátira, logo reforça o desprezo. Isso permite deduzir que o paradoxo, na utilização feita por Chesterton, tem efeitos patéticos direcionados para o auditório. Talvez em outras obras direcionadas diretamente para os oponentes, ou nas obras em que não aparecem os debates, como nas obras literárias, o paradoxo assuma outras funções patéticas, mas nesse *corpus* em particular, a análise demonstra que o paradoxo tem função patética sobre o auditório para satirizar os oponentes.

No Gráfico 2, logo a seguir, é possível observar a recorrência das paixões quando consideradas no conjunto dos ensaios que formam o *corpus*.

**Gráfico 2** – Recorrência de paixões

A predominância da paixão do desprezo fica evidente no *corpus* considerado como um todo, sendo que 70% das paixões são do desprezo. Essa recorrência também indica que a função principal da retórica chestertoniana, segundo o que as análises demonstraram é de reduzir ao mínimo a influência do oponente sobre o auditório. O ridículo, que é a segunda maior paixão, reforça o desprezo, pois enfraquece o *ethos* do oponente.

Os gráficos indicam que a aplicação dos paradoxos no *corpus* analisado possui uma predominância de efeitos patéticos negativos usados contra o oponente. Chesterton buscava, no geral, atacar o *ethos* do oponente e conquistar a atenção do auditório dessa forma. A análise quantitativa demonstra que os dados analisados na análise qualitativa possuem uma configuração de destaque dos paradoxos, e que os elementos que o compõe surgem como seu complemento recorrentemente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou, por meio das análises empreendidas, que Chesterton utilizou os paradoxos como argumentos retóricos para persuasão e adesão do auditório, principalmente pelos efeitos patéticos despertados, em especial a paixão do desprezo de um oponente apresentado pelo autor como oponente do auditório igualmente.

Ao analisar o *corpus* selecionado, pôde-se observar que Chesterton utilizou-se do paradoxo como argumento e não apenas como figura. A análise demonstrou que a principal função do paradoxo, apesar de ser uma construção do *logos*, é patética. O paradoxo, da forma como é usado por Chesterton, não busca em primeiro lugar enriquecer a argumentação lógica, pois, como explicou Aristóteles, o paradoxo, ao ser associado com a lógica, pode cair em contradição e, logo, em sofisma. Porém, quando é usado para atacar o oponente, é capaz de demonstrar a contradição desse. Assim, quando Chesterton argumenta com o paradoxo, busca a *reductio ad absurdum* das teses do oponente, de forma a gerar adesão por parte do auditório às suas teses pessoais e afastá-lo das teses do oponente. O estudo empreendido sobre o paradoxo como retórica, portanto, demonstrou que ele pode ser utilizado como argumento, pois possui elementos retóricos para o convencimento. Esse convencimento é dado pela assimilação que a retórica de Chesterton faz dos elementos próprios do senso comum do auditório, de sua escala de valores, que o autor coloca em contradição com o senso comum do oponente. Ao trazer a discussão para metáforas, alegorias e analogias, Chesterton busca aproximar-se do auditório, tratando de temas filosóficos, políticos e sociais de âmbito teórico, distantes do vocabulário popular de seus leitores de jornal, para uma linguagem acessível. O paradoxo enfatiza esse aspecto de contradição com o senso comum das discussões intelectuais. Chesterton observa a máxima de que o discurso deve seguir o auditório para ser eficiente, como indicavam Aristóteles (2011), Perelmam e Olbrechts-Tyteca (2005) e Abreu (2008), conforme analisado no capítulo 1.

No *corpus*, o paradoxo é usado para persuadir o auditório de que as teses do oponente do autor estão erradas. Para tanto, Chesterton o utiliza, como argumento, de duas formas: a primeira, como contradição do senso comum do oponente, fazendo com que o auditório afaste-se das teses do oponente, suscitando no auditório, principalmente, a paixão de desprezo. Essa paixão é despertada no auditório por meio da sátira que inferioriza as teses do opositor. Chesterton cria para si um *ethos* que o aproxima do leitor na medida em que o afasta



do oponente, mas essa é uma consequência dos efeitos patéticos, não o objetivo central da argumentação. A outra forma de uso do paradoxo é a exposição das teses do oponente de forma irônica, de forma a contradizer o senso comum do auditório, para que esse se afaste das teses ironizadas. As paixões despertadas no auditório são, predominantemente, o desprezo em relação ao oponente, o humor derivado da sátira e a ira.

A análise demonstrou que Chesterton utiliza mais a primeira forma de paradoxo, pois seu intento maior é em atacar as teses do oponente, mais do que refutá-las. Essa forma de argumentação predomina nos ensaios analisados de forma que se pode levantar a hipótese de que o argumento do paradoxo seja utilizado para suscitar no auditório paixões negativas com relação ao oponente, mas não convencer o oponente. Chesterton não dá sinais de querer persuadir ou convencer o oponente, apenas o auditório. Ao buscar por meio do paradoxo contradizer o senso comum do oponente para aproximar-se do auditório, é natural que se negue a procurar alguma adesão do oponente. Levanta-se a hipótese de que para convencer o oponente, a disposição dos paradoxos deveria ser outra, apenas a análise de outras obras de Chesterton poderia apontar para uma solução. O que se pode deduzir a partir desta análise é que o paradoxo é utilizado para convencer o auditório quando se debate com um oponente.

Apenas um sofisma foi utilizado. A argumentação de Chesterton é coesa e marcada por fortes contrastes com os argumentos comuns, normalmente utilizados pelos seus oponentes. Busca evidenciar os sofismas dos oponentes através de uma exposição de suas ideias e a redução ao absurdo delas. Ele usa argumentos *ad hominem* para buscar a incoerência entre a ideia defendida e sua aplicação, e argumentos *ad rem*, buscando refutar os argumentos dos oponentes.

O uso recorrente das figuras como auxiliares dos paradoxos reforçou seu efeito de contraste com o senso comum, aumentando várias vezes o efeito patético. Dentre as figuras utilizadas, destaca-se a ironia, que possibilita um efeito semelhante ao do paradoxo e facilita sua utilização. Através da ironia, Chesterton procura satirizar o oponente ou aplicar a *reductio ad absurdum* em suas teses. Ambas as formas provocam no auditório a paixão desprezo, e por algumas vezes a paixão do humor e da ira. A metáfora, a analogia e a alegoria possibilitam tornar o argumento mais compreensível para o auditório, além de criar maiores possibilidades de emprego do paradoxo através dos nexos possíveis entre os diversos elementos que compõem tais figuras. A alegoria é empregada para gerar uma estrutura paradoxal para toda a exposição argumentativa do ensaio. A metáfora aparece em diversos momentos; muitas vezes Chesterton interliga diversas metáforas, de forma a ter uma linha argumentativa única, o mesmo vale para a analogia, usada de forma associativa entre diversos argumentos. A

hipérbole é usada por vezes para reforçar a sátira empreendida, mas acaba por levar Chesterton a uma falácia quando expõe as teses do oponente de forma exageradamente fraca.

A análise quantitativa permitiu, através de números, visualizar a dimensão dos efeitos que o paradoxo como argumento pode causar. Essa análise traz dados que explicitam a frequência com que Chesterton usa os paradoxos, chegando a uma média de dois paradoxos por página. Foi possível notar que a paixão de desprezo é a que mais aparece, pois os argumentos paradoxais são utilizados principalmente contra o oponente, para causar o desprezo desse no auditório. A ironia é a figura que predomina nos argumentos como intensificadora dos efeitos por eles suscitados. As demais figuras surgem em menor proporção em número, mas a alegoria é uma figura que apesar de aparecer poucas vezes, abrange todo o ensaio como figura que dá unidade aos diversos paradoxos utilizados formando uma linha argumentativa.

A constante contradição ao senso comum não causa discordância do auditório, pois Chesterton apresenta-se de tal forma que ao mostrar a oposição do oponente ao senso comum, termina por fazer com que os valores apresentados por ele aproximem-se daqueles que o auditório defende. Assim, sempre que ele mostra as teses do oponente, procura fazer com que as teses direcionadas a um auditório particular sejam aplicadas a um auditório universal que é aquele com o qual Chesterton se comunica (leitores de jornal), enquanto que as teses próprias de Chesterton já são direcionadas a esse mesmo auditório. Toda contradição, portanto, estabelece-se entre o oponente e o auditório e não entre Chesterton e o auditório. Isso é o que possibilita o uso do paradoxo como argumento, ao contrário das objeções que Aristóteles colocava para seu uso.

Fica evidente que a recorrência de paradoxos na obra de Chesterton é relevante para a compreensão de sua retórica e pode ser analisada, de acordo com Reboul (2004), como motivo central. Os paradoxos são o motivo central, a própria estrutura da argumentação chestertoniana, que continuamente busca argumentar contra o senso comum, associando o senso comum a um oponente, que o autor busca elencar como oponente do auditório também.

Como estudo retórico, esta dissertação demonstra que o paradoxo tem alcance argumentativo eficaz na obra de Chesterton. A explanação teórica do que Chesterton já havia feito na prática possibilita que outros venham a utilizá-lo e que outros estudos possam ser feitos sobre outras obras do autor e das possíveis obras que possam surgir a partir daqui.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suarez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

ARISTÓTELES. **Órganon**. Tradução Eduardo Bini. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2010.

\_\_\_\_\_. **Retórica**. Tradução Eduardo Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

BERISTÁIN, Helena. **Diccionario de retórica y poética**. Ciudad del México: Editorial Porrúa, 1995.

BERMAN, Harold. **Gilbert K. Chesterton, master paradoxist**. p. 2. Disponível em: <http://opensiuc.lib.siu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3900&context=ocj>. Acesso em: 28 ago. 2013.

BORGES, Jorge Luis. Outras inquisições. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas**. v. II. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Globo, 1999.

CARVALHO, Olavo de. **Aristóteles em nova perspectiva**. Campinas: Vide Editorial, 2013.

CHERUBIM, S. **Dicionário de figuras de linguagem**. São Paulo: Pioneira, 1989.

CHESTERTON, Gilbert Keith. **Autobiografia**. Tradução de Ronald Robson. Campinas: Ecclesiae, 2012.

\_\_\_\_\_. **Disparates do mundo**. Tradução de José Blanc de Portugal. Lisboa: Diel, 2008.

\_\_\_\_\_. **O que há de errado com o mundo**. Tradução de Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra. Campinas: Ecclesiae, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Ortodoxia**. Tradução de Ives Gandra da Silva Martins Filho. Campinas: Ecclesiae, 2013b.

CORÇÃO, Gustavo. **Três alqueires e uma vaca**. 6. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. Vida e obra de Chesterton. In: CHESTERTON, Gilbert Keith. **Ortodoxia**. Tradução de Ives Gandra da Silva Martins Filho. Campinas: Ecclesiae, 2013b.

FIORIN, J. L. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. Tradução Artur M. Parreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes; Editora da Universidade de Brasília, 1989.

JOSEPH, Mirian. **O trivium**. Tradução Henrique Paul Dmyterko. São Paulo: É Realizações, 2008.

KENNER, Hugh. The world and the world. In: BLOOM, Harold. **G. K. Chesterton**. New York: Chelsea House Publishers, 2006.

LAUAND, Luiz Jean (Org.). **Sobre o ensino (De Magistro), os sete pecados capitais**. Tradução Luiz Jean Lauand. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

MEYER, M. **A retórica**. Tradução Marli M. Peres. São Paulo: Ática, 2007. (Série Essencial).

\_\_\_\_\_. **Questões de retórica**: linguagem, razão e sedução. Lisboa: Edições 70, 2007.

\_\_\_\_\_. **O filósofo e as paixões**: Esboço de uma história da natureza humana. Tradução de S. Fitas. Lisboa: ASA, 1994.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Prefácio Michel Meyer. Introdução, notas e tradução do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e novas retóricas: competências e desdobramentos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Retóricas de ontem e hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

PASCAL, Blaise. **A arte de persuadir**: precedida de *A arte da conferência* de Montaigne. Tradução Rosemary Costhek Abílio, Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da nova argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REALE, Giovanni. **Introducción a Aristóteles**. Tradução de Víctor Bazterrica. Barcelona: Herder, 1985.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Tradução de Pedro Süsskind. Porto Alegre: LP&M, 2005.

\_\_\_\_\_. **A arte de ter razão**. Organização e ensaio de Franco Volpi. Tradução de Alexandre Krug e Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Como vencer um debate sem ter razão**: em 38 estratégias (Dialética Erística). Tradução de Daniela Caldas e Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sobre o ofício do escritor.** Tradução de Luiz Sergio Repa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOPPING, Ryan. Notes from the Underground: Slavoj Žižek on Chesterton on Paradox. Disponível em: [http://w3.stu.ca/stu/academic/departments/catholic\\_studies/faculty/topping/featured/pdfs/Topping-Article-Chestertononparadox-2010\\_000.pdf](http://w3.stu.ca/stu/academic/departments/catholic_studies/faculty/topping/featured/pdfs/Topping-Article-Chestertononparadox-2010_000.pdf). Acesso em: 28 ago. 2013.

TRINGALI, D. **Introdução à retórica:** a retórica como crítica literária. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

## ANEXO A

**A história de Hudge e Gudge<sup>32</sup>**

Digamos que exista em Hoxton um cortiço imundo, vertendo doenças e minado pelo crime e pela promiscuidade. Digamos que existam dois nobres e corajosos rapazes de puras intenções e – se o leitor preferir – de nobre nascença. Chame-mos-lhes de Hudge e Gudge. Digamos que Hudge seja do tipo alvoraçado. Ele diz que as pessoas devem, a todo custo, ser tiradas desse antro. Para tanto, ele arrecada e contribui com dinheiro, mas então se dá conta de que, apesar dos gordos rendimentos dos Hudges, a coisa terá de ser feita de maneira barata se a quiserem ver logo pronta. Assim, ergue uma fileira de habitações coletivas de muitos andares, quais colméias; e não tarda a ver os pobres todos encaixotados nas minúsculas células de tijolo, que são definitivamente melhores do que os antigos alojamentos, pois que os novos estão protegidos das intempéries, são bem ventilados e têm água limpa.

Gudge, contudo, tem uma natureza mais delicada. Ele sente que falta algo aos pequenos caixotes de tijolo, algo inominável. Levanta inúmeras objeções. Ele critica vigorosamente o celebrado Relatório Hudge com um Relatório da Minoria Gudge. E, mais ou menos ao final de um ano, chega a dizer acaloradamente a Hudge que as pessoas eram muito mais felizes onde viviam antes. Como as pessoas preservam em ambos os lugares o mesmo ar de aturdida amabilidade, é bastante difícil saber quem está certo. Mas pelo menos pode-se dizer com segurança que ninguém jamais gostou do mau cheiro ou da inanição enquanto tais, mas somente de alguns prazeres peculiares agregados a eles. Mas Gudge não pensa assim. Muito antes da batalha final (Hudge *versus* Gudge e Outro), Gudge conseguiu convencer-se de que os cortiços e o mau cheiro são na verdade coisas muito encantadoras. Convenceu-se também de que fora o costume de dormirem quatorze pessoas num quarto o que fizera a grandeza de nossa Inglaterra e de que o cheiro dos fossos abertos é absolutamente essencial para a edificação de uma raça viking.

Mas, enquanto isso, não terá Hudge se corrompido? Ai, temo que sim! Aqueles edifícios loucamente feios que ele originalmente erguera como barracões desprezíveis com o único fim de abrigar vidas humanas tornam-se cada dia mais encantadores a seus olhos

---

<sup>32</sup> CHESTERTON, Gilbert Keith. A história de Hudge e Gudge. In: \_\_\_\_\_. **O que há de errado com o mundo**. Tradução de Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra. Campinas: Ecclesiae, 2013a, p. 64-68.

iludidos. Coisas que ele jamais teria sonhado defender, exceto por dura necessidade, coisas como cozinhas comuns ou infames fornos de amianto, começaram a parecer-lhe sagradamente brilhantes pelo simples fato de refletirem a fúria de Gudge.

Amparado por impulsivos livrinhos socialistas, ele sustenta que o homem é realmente mais feliz numa colméia do que numa casa. Ele chama de “fraternidade” a impossibilidade prática de expulsar completos desconhecidos de seu quarto. E atrevo-me a dizer eu chama de “esforço” a necessidade de escalar vinte e três lances de frios degraus de pedra. Eis o resultado líquido de sua aventura filantrópica: um passou a defender indefensáveis cortiços e ainda mais indefensáveis proprietários de cortiço, enquanto o outro passou a divinizar os barracões e encanamentos cuja construção fora uma desesperada medida de emergência. Gudge é hoje um velho tory do Carlton Club, corrupto e apoplético. Se lhe falam de pobreza, ele urra com voz grossa e rouca algo que se conjectura ser “por que não vai você ajuda-los?”. Tampouco Hudge está feliz: é agora um vegetariano magricela de barba grisalha e pontuda, portador de um sorriso fácil e nada natural. Vive a dizer a todo o mundo que pelo menos dormiremos todos num único quarto universal, enquanto habita uma cidade-jardim, como alguém de quem Deus se esqueceu.

Essa é a lamentável história de Hudge e Gudge, que apresentei apenas como um exemplo do interminável e exasperante mal-entendido que está sempre a ocorrer na Inglaterra moderna. Para tirar os homens dos cortiços, põe-nos numa habitação coletiva; e, a princípio, a alma humana saudável detesta ambos. O primeiro desejo de um homem é escapar do cortiço para o lugar mais longe possível, ainda que essa louca corrida o leve a uma habitação modelo. Seu segundo desejo é, naturalmente, escapar da habitação modelo, ainda que isso o leve de volta ao cortiço. Entretanto, não sou nem um hudgiano nem um gudgiano, e creio que os erros dessas duas personalidades famosas e fascinantes surgiram de um fato muito simples: nem Hudge nem Gudge pensaram sequer por um instante no tipo de casa que um homem gostaria de ter para si. Em suma, não partiram de um ideal; portanto, não são políticos práticos.

Agora podemos retornar o propósito de nosso desairoso parêntese sobre os louvores do futuro e os fracassos do passado. Uma vez que a casa própria é o ideal obvio de todos os homens, podemos nos perguntar – tomando tal necessidade como modelo para todas as outras – por que ele a conseguiu e isso se deu, num certo sentido filosófico, por culpa dele. Ora, penso que, num certo sentido filosófico, isso se deu por culpa dele. E, num sentido ainda mais filosófico, penso que isso se deu por culpa de sua filosofia. E isso é o que agora tentarei explicar.



Burke, um excelente retórico que raramente enfrenava a realidade, disse – se bem me lembro – que a casa de um inglês era seu castelo. Isso é francamente engraçado: o inglês é talvez o único homem em toda a Europa cuja casa não é seu castelo. Em quase todos os lugares fora da Inglaterra aceita-se a propriedade do camponês; aceita-se que um homem ore pode ser um senhorio, conquanto seja senhor apenas de sua própria era. Fazer do senhorio e do arrendatário a mesma pessoa tem lá suas vantagens: o arrendatário não terá de pagar aluguel e o senhorio trabalhará um bocado. Mas não me interessa agora defender a pequena propriedade, senão recordar que ela existe em quase toda a parte, com exceção da Inglaterra. Mas é verdade que esse regime de pequenas propriedades atualmente está a ser atacado em toda parte. Nunca existiu entre nós e corre o risco de ser destruído entre os nossos vizinhos. Temos, pois, de nos perguntar o que foi que – nos negócios humanos em geral e neste ideal doméstico em particular – arruinou a natural criação humana, especialmente neste país.

O homem sempre se perdeu. É um vagabundo desde o Éden. Mas sempre soube – ou julgou saber – o que estava buscando. Todos os homens tem alguma casa em alguma parte do elaborado cosmos; sua casa espera-o incrustada entre os vagarosos rios de Norfolk ou dourando ao sol das dunas de Sussex. O homem sempre esteve à procura daquele lar que é o tema deste livro. Mas, sob a gélida e cegante tempestade do ceticismo à qual foi sujeitado por tanto tempo, pela primeira vez ele começa a sentir o resfriamento, não só de suas esperanças, como também de seus desejos. Pela primeira vez na história, ele começa de fato a duvidar do objetivo de vagar pela terra. Ele sempre se perdera; mas agora perdeu o próprio endereço.

Sob a pressão de filosofias de certas classes altas – em outras palavras, sob a pressão de Hudge e Gudge -, o homem médio desnorteou-se completamente quanto à finalidade de seus esforços; e assim seus esforços ficaram cada vez mais débeis. A simples intenção de ter uma casa própria foi ridicularizada e tachada de burguesa, sentimental ou cristã. Sob diversas formas verbais, recomendaram-lhe continuar nas ruas – o que se chama individualismo – ou ir para as casas de trabalho – o que se chama coletivismo. Consideramos esse processo mais detidamente daqui a pouco. Mas pode-se dizer eu aqui que a Hudge e Gudge, ou à classe governante de maneira geral, nunca faltará uma frase moderna que justifique sua antiga predominância. Os grandes senhores recusarão ao camponês inglês seus três alqueires e uma vaca por muitos progressistas se não o puderem fazer por motivos reacionários. Negar-lhe-ão os três alqueires sob o pretexto de propriedade estatal; negar-lhe-ão a vaca sob o pretexto de humanitarismo.

E isso nos leva à derradeira análise desta influência singular que frustrou as demandas doutrinárias do povo inglês. Creio que ainda haverá quem insista em negar que a Inglaterra é

governada por uma oligarquia. Para mim, basta saber que, se um homem estivesse dormindo há uns trinta anos sobre o jornal do dia e acordado na semana passada sobre o jornal do dia, ele julgaria estar lendo exatamente sobre as mesmas pessoas. Em um jornal encontraria um lorde Robert Cecil, um sr. Gladstone, um sr. Wyndham um Churchill, um Chamberlain, um Trevelyan, um Buxton. No outro encontraria um lorde Robert Cecil, um sr. Gladstone, um sr. Wyndham, um Churchill, um Chamberlain, um Trevelyan, um Buxton. Se isso não é governado por famílias, não consigo imaginar o que seja. Suponho que seja ser governado por extraordinárias coincidências democráticas.

## ANEXO B

### **A louca necessidade**<sup>33</sup>

A ideia comum entre os refugos da cultura darwiniana é a de que homens foram aos poucos saindo da desigualdade e abrindo caminho para um estado de relativa igualdade. Mas na verdade penso que é quase o contrario disso. Todos os homens começaram natural e normalmente com a ideia de igualdade e só a abandonaram tarde e com muita relutância, sempre por alguma questão de detalhe. Nunca sentiram naturalmente que uma classe de homens fosse superior a outra; sempre foram levados a admiti-lo por certas limitações práticas de espaço e tempo.

Por exemplo, há um elemento que sempre deve tender à oligarquia, ou melhor, ao despotismo. Refiro-me à pressa. Se a casa pega fogo, um homem deve acionar os bombeiros, pois um comitê não o poderia fazer. Se um acampamento militar é surpreendido pela noite, alguém deve dar ordem para atirar, pois não há tempo para uma votação. É tão somente uma questão de limitações físicas de tempo e espaço e não quaisquer limitações mentais no grupo de homens comandados. Ainda que todos os da casa fossem homens de destino, e não seria bom que falassem ao telefone todos juntos; não, seria melhor que alguém falasse sozinho ininterruptamente, mesmo que fosse o mais tolo deles. Ainda que um exército fosse constituído somente por Aníbais e Napoleões, não seria bom que, quando surpreendidos, saíssem todos a dar ordens ao mesmo tempo; não, seria melhor que alguém desse sozinho as ordens, mesmo que fosse o mais estúpido deles. Assim, vemos que a simples subordinação militar, longe de apoiar-se na desigualdade dos homens, apoia-se na igualdade dos homens. A disciplina não implica a noção carlyliana de que, quando todos estão errados, há sempre alguém com a razão e esse alguém tem de ser descoberto e coroado. Pelo contrário, a disciplina consiste em que, sob certas circunstâncias tremendamente precipitadas, pode-se confiar em qualquer um, contanto que esse qualquer um não seja todo mundo. O espírito militar não consiste – como Carlyle imaginava – em obedecer ao homem mais forte e sábio. Pelo contrário, se o espírito militar consiste em algo, é em obedecer ao homem mais fraco e estúpido e obedecer-lhe simplesmente por tratar-se de um único homem e não de um grupo de

---

<sup>33</sup> CHESTERTON, Gilbert Keith. A louca necessidade. In: \_\_\_\_\_. **O que há de errado com o mundo**. Tradução de Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra. Campinas: Ecclesiae, 2013a, p. 91-97.

mil. A submissão a um homem fraco é a disciplina. A submissão a um homem forte é apenas servilismo. Agora fica fácil mostrar que a Europa, aquilo que chamamos de aristocracia não é em sua origem e espírito aristocracia alguma. Não é um sistema de graus espirituais e distinções como, por exemplo, o sistema de castas da Índia; tampouco é como a distinção dos gregos antigos entre homens livres e escravos. É simplesmente o remanescente de uma organização militar concebida em parte para sustentar o Império Romano que ruía, em que parte para arruinar e desgravar o violento assalto do Islã. A palavra “duque” significa simplesmente “coronel”, assim como a palavra “imperador” significa simplesmente “comandante em chefe”. A história é contada num único título: Condes do Sacro Império Romano, que designa apenas oficiais do exército europeu contra a contemporânea ameaça amarela. Ora, num exército ninguém sonha supor que a diferença de posto representa de fato uma diferença moral. Ninguém diz de um regimento algo como “seu major é engraçado e enérgico; logo, é evidente que seu coronel deve ser engraçado e enérgico.” Não há quem diga, ao reportar uma conversa de refeitório: “o tenente Jones era muito engenhoso, mas era naturalmente inferior ao capitão Smith.” A essência de um exército é a ideia da desigualdade oficial, fundada na igualdade não oficial. Não se obedece ao coronel porque seja melhor, mas porque ele é o coronel. Tal era provavelmente o espírito de sistema de duques e condes quanto primeiro desapontaram do espírito e das necessidades militares de Roma. Com o declínio dessas necessidades, ele foi gradualmente deixando de fazer sentido enquanto organização militar e então passou a ser minado por uma suja plutocracia. Nem mesmo agora é uma aristocracia espiritual – não é algo tão mau quanto isso. É simplesmente um exército sem um inimigo – aquartelado sobre o povo.

O homem tem, pois, um lado especialista e um lado camarada. E o caso do militarismo não é o único caso de submissão especializada. O funileiro e o alfaiate, assim como o soldado e o marinheiro, requerem uma rígida rapidez de ação: se o funileiro não está organizado, é basicamente porque não trabalha em larga escala. O funileiro e o alfaiate representam com frequência as duas raças nômades da Europa: o cigano e o judeu. Mas destes dois só o judeu tem influência, pois ele aceita alguma espécie de disciplina. Dissemos que o homem tem dois lados: o especialista, que exige subordinação, e o social, que exige igualdade. Há algo de verdadeiro no ditado que assegura serem necessários nove alfaiates para fazer um homem. Mas podemos nos esquecer de que também não são necessários nove poetas laureados e nove astrônomos reais para fazer um homem. Nove milhões de comerciantes fazem o próprio Homem, mas a humanidade é composta de comerciantes, quando eles não estão tagarelando.

Pois bem, o perigo específico de nossa época, ao qual chamo imperialismo ou cesarismo, é o eclipse total da camaradagem e da igualdade, provocado pela especialização e pela dominação.

Só há dois tipos de estrutura social concebíveis, governo pessoal e governo impessoal. Se meus amigos anarquistas não querem ter regras, ao menos terão regentes. A preferência pelo governo pessoal com seu tato e flexibilidade chama-se monarquismo. A preferência pelo governo impessoal com seus dogmas e definições chama-se republicanismo. A objeção tacanha tanto a reis quanto a credos chama-se tolice – pelo menos não encontro palavra mais filosófica para isso. Podemos nos guiar pela astúcia ou presença de espírito de um regente ou pela igualdade e apurada justiça de uma regra. Mas é preciso ter um ou outro, caso contrário não seremos uma nação, mas uma sórdida barafunda. Ora, os homens sob a face da igualdade e da discussão, adoram o conceito de regra e desenvolvem-no e complicam-no à exaustão. Um homem encontra muito mais regulamentos e definições em seu clube, onde há regras, do que em seu lar, onde há um regente. Uma assembléia deliberativa como a Câmara dos comuns, por exemplo, conduz esta momice ao extremo de uma loucura metódica. Todo o sistema, emperra-o uma rígida insensatez, como na corte real de Lewis Carroll. O porta-voz deveria ter algo a dizer, mas está quase sempre calado. Um homem deveria tirar o chapéu ao parar e pô-lo de volta ao tornara andar, mas lá ele o tira para sair e o põe quando para. Nomes são proibidos e um homem é obrigado a chamar o próprio pai de “meu mui honrado amigo e deturpado de West Birmingham”. Estas são talvez, fantasias decadentes, mas respondem fundamentalmente a um apetite masculino. Os homens acham que regras, mesmo quando irracionais, são universais; acham que a lei é igual, mesmo quando não é equitativa. Há uma beleza selvagem nisso – como há também no jogo de cara ou coroa.

Mais uma vez, é uma grande tristeza que, quando críticos atacam casos como os da Câmara dos Comuns, fazem-no sempre contra os – talvez poucos – pontos em que os Comuns então certos. Acusam a Câmara de casa parlatória e reclamam que lá se perde tempo em labirintos verbais. Ora, mas se esse é exatamente um dos motivos pelos quais os Comuns são realmente como o povo comum. Se lhes apraz o ócio e os debates demorados, é porque apraz a todos os homens; nisso eles bem representam a Inglaterra; nisso o parlamento aproxima-se das virtudes viris da taberna.

A verdade legítima é aquela renunciada na seção introdutória, quando falamos do significado do lar e da propriedade, assim como agora falamos do significado do conselho e da comunidade. A todos os homens apraz naturalmente a idéia do ócio, do riso e de discussões equilibradas e altíssonas. Mas ainda bata-nos a porta um fantasma: estamos

conscientes do grande desafio moderno do especialismo, ou concorrência desenfreada, os negócios. Os negócios não tem nada a ver como ócio, não têm de se ocupar da camaradagem, não fingirão ter paciência com todas as ficções legais e bandicaps fantasiosos com os quais a camaradagem protege seu ideal igualitário. O milionário moderno, quando engajado na agradável e típica tarefa de demitir o próprio pai, certamente não se referirá a ele como ao alto e honorável funcionário de Laburnum Road, Brixton. É por isso que surgiu na vida moderna uma moda literária devotada ao romance dos negócios, aos grandes semideuses ganância e ao país das fadas das finanças. Tal filosofia popular é terminantemente despótica e antidemocrática. Tal moda é a fina flor do cesarismo contra qual pretendo insurgir-me. O milionário ideal tem sua força na posse de um cérebro de aço. O fato de que o verdadeiro milionário tem, a maior parte das vezes, sua força em sua estupidez em nada altera o espírito e a inclinação da idolatria. O argumento essencial é: “Especialistas devem ser déspotas. Homens devem ser especialistas. É impossível a igualdade numa fábrica de sabão. Logo, ela é impossível em toda parte. É impossível a camaradagem num monopólio de trigo. Logo, ela é impossível de maneira geral. Precisamos de uma civilização comercial. Portanto, precisamos destruir a democracia.” Sei que os plutocratas raramente têm imaginação suficiente para elevarem-se à altura de exemplos como o do sabão e do trigo. Eles geralmente limitam-se, com um belo frescor mental, a fazer uma comparação entre o Estado e um navio. Um escritor antidemocrático observou que não gostaria de viajar num navio em que o camaroteiro tivesse voto de mesmo peso que o capitão. Poderíamos dar-lhe a pronta resposta de que vários navios (o *Victoria*, por exemplo) afundaram porque o almirante deu uma ordem que até um camaroteiro saberia que estava equivocada. Mas isso é apenas uma resposta a uma controvérsia. A falácia essencial e muito mais profunda e mais simples. O fato fundamental é que todos nós nascemos num Estado, não num navio, como alguns de nossos grandes banqueiros britânicos. Um navio continua a ser um experimento de especialistas, como um sino de mergulhador ou aeronave: em tais perigos particulares, necessidade de prontidão compreende a necessidade de autocracia. Mas nós vivemos e morremos na barca do Estado e, se não formos capazes de encontrar no Estado liberdade, a camaradagem e o elemento popular, não os encontraremos em parte alguma. E a moderna doutrina do despotismo comercial conclui que de fato não encontraremos. Nossos negócios especializados, em sua fase mais civilizada, não podem – ao menos é o que se diz – se conduzidos sem todo o bruto negócio do autocratismo e da pilhagem, “velhos demais aos quarenta” e todo resto de imundície. Devem ser conduzidos e, por tanto, convocamos um César. Ninguém além do super-homem poderia descer e fazer um trabalho tão sujo.

Agora, reiterando o título do livro, isto é o que há de errado. Esta é a grande heresia moderna, que modificou a alma humana a fim de adaptá-la às circunstâncias, em vez de modificar as circunstâncias humanas para adaptá-las à alma humana. Se a fabricação de sabão é realmente incompatível com a fraternidade, a desvantagem é toda da fabricação de sabão, não da fraternidade. Se a civilização realmente não consegue prosseguir com a democracia, a desvantagem é toda da civilização, não da democracia. Certamente seria muito melhor voltar às comunas rurais, se é que de fato eram comunas. Certamente seria melhor viver sem sabão do que sem sociedade. Certamente sacrificaríamos todos os nossos arames, rodas, sistemas, especialidades, ciência física e finanças frenéticas para ganhar meia-hora de uma felicidade como a que com tanta frequência temos com nossos camaradas numa simples taberna. Não digo que sacrifício será necessário; digo que será fácil.

## ANEXO C

**A sufragista amilitar<sup>34</sup>**

Será melhor adotar neste capítulo o mesmo procedimento que no anterior tinha a aparência de justiça mental. Minhas opiniões gerais sobre a questão feminina seriam calorosamente aprovadas por muitas sufragistas e seria fácil expô-las sem qualquer referência aberta à atual controvérsia. Mas assim como pareceu mais honesto dizer primeiro que não sou favorável ao imperialismo – nem mesmo em seu sentido prático e popular -, do mesmo modo parece-me mas honesto dizer o mesmo do sufrágio feminino, em seu sentido prático e popular, ou seja, é perfeitamente legítimo expor, ainda que precipitadamente, a objeção superficial às “sufragistas” antes de entrar nas questões de fato sutis por trás do sufrágio.

Bem, para resolver esse assunto digno, mas desagradável, devo dizer que a objeção às sufragistas não se deve a serem sufragistas militantes. Ao contrário, deve-se a não serem militantes o suficiente. Uma revolução é algo militar: ela tem todas as virtudes militares, dentre as quais a virtude de chegar ao fim. Dois grupos combatem com armas mortais, mas, sob certas regras de honradez arbitrária, o grupo que vence se apossa do governo e começa a governar. O objetivo da guerra civil, assim como o objetivo de todas as guerras, é a paz. Ora, as sufragistas não podem empreender uma guerra civil nesse sentido militaresco e decisivo. Em primeiro lugar, porque são mulheres; em segundo, porque são pouquíssimas. Elas podem, contudo, empreender outra coisa, mas já é uma história completamente diferente. Elas não geram revolução, o que geram é anarquia; e a diferença entre essas duas coisas não é uma questão de violência, mas de fecundidade e finalidade. A revolução, por sua natureza, gera um governo; a anarquia só gera mais anarquia. Os homens podem ter as opiniões que quiserem sobre a decapitação do rei Carlos I ou do rei Luís XVI, mas eles não podem negar que Bradshaw e Cromwell exerceram autoridade, que Carnot e Napoleão governaram. Alguém venceu pela força, algo aconteceu. Você só pode dar cabo da cabeça do rei uma vez; mas pode dar cabo do chapéu do rei muitas vezes. A destruição é finita ao passo que a obstrução é infinita. Enquanto a rebelião assume a forma de mera desordem (em vez de a de uma tentativa de impor uma nova ordem), não há um final lógico para ela; ela pode alimentar-se e renovar-

---

<sup>34</sup> CHESTERTON, Gilbert Keith. A sufragista amilitar. In: \_\_\_\_\_. **O que há de errado com o mundo**. Tradução de Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra. Campinas: Ecclesiae, 2013a, p. 99-102.



se eternamente. Se Napoleão não houvesse desejado ser cônsul, mas quisesse ser apenas um estorvo, ele talvez houvesse conseguido impedir com sucesso que qualquer governo se erguesse a partir da Revolução. Entretanto, tal procedimento não teria merecido o digníssimo nome de rebelião.

É precisamente essa qualidade não militar das sufragistas o que gera seu problema superficial. O problema é que suas ações não têm nenhuma das vantagens da violência definitiva, não podem se dar ao luxo de um exame. A guerra é algo pavoroso, mas comprova com agudeza e de maneira irrefutável duas coisas: os números e um valor não natural. Nela descobrem-se duas questões urgentes: quantos rebeldes estão vivos e quantos estão dispostos a morrer. Mas uma minoria pouco expressiva, embora interessada, é capaz de manter a pura desordem para sempre. No caso dessas mulheres, certamente há também a falsidade adicional introduzida por razão de seu sexo. É falso expor o assunto como uma simples questão de força bruta. Se fossem os músculos que dessem ao homem o voto, então seu cavalo deveria ter dois votos e seu elefante, quatro. A verdade é mais sutil: a irrupção do corpo é uma arma instintiva do homem, como os cascos do cavalo ou as presas de marfim do elefante. Todo tumulto é uma ameaça de guerra, mas a mulher está brandindo uma arma que ela jamais poderá usar, quando há muitas armas que ela poderia e pode usar. Se, por exemplo, todas as mulheres resmungassem por um voto, elas o conseguiriam em um mês. Mas novamente há que lembrar que seria necessário fazer com que todas as mulheres resmungassem. E isso nos leva ao termo da superfície política da questão. A objeção à filosofia das sufragistas é simplesmente a de que a maioria dominante das mulheres não concorda com elas. Estou ciente de que alguns sustentam que as mulheres deveriam ter votos, a maioria delas querendo ou não, mas esse é seguramente um caso estranho e infantil de instituição de uma democracia formal para a destruição da democracia real. O que a maioria das mulheres poderia decidir, se não consegue decidir nem seu lugar ordinário no Estado? Essas pessoas estão praticamente dizendo que as mulheres podem votar tudo, exceto o sufrágio feminino.

Mas, tendo então desassombrado a consciência desta minha opinião meramente política e possivelmente impopular, retornarei mais uma vez para tentar tratar a questão de forma mais lenta e simpática. Tentarei delinear as verdadeiras raízes da posição da mulher no estado ocidental e as causas de nossas atuais tradições ou os eventuais preconceitos implicados nesse caso. Para tanto, será novamente necessário afastar-me do recente objeto de discussão – a simples sufragista de hoje – e voltar a assuntos que, embora muito mais antigos, são – penso – consideravelmente mais frescos.

## ANEXO D

**A verdade sobre a educação**<sup>35</sup>

Quando se pede a um homem que escreva o que realmente pensa sobre educação, certa gravidade agarra-lhe e endurece-lhe a alma, o que os superficiais poderiam confundir com repugnância. Se fosse mesmo verdade que os homens se enfadassem de palavras sagradas e se cansassem de teologia, se essa desarrazoada irritação com o “dogma” de fato tivesse origem em algum ridículo exagero de sacerdotes de outrora, então imagino que estaríamos agora a preparar uma bela safra de hipocrisia para fatigar nossos descendentes. É provável que a palavra “educação” virá algum dia a parecer tão velha e sem propósito quanto parece-nos hoje a palavra “justificação” num fólio puritano. Gibbon achava tremendamente engraçado que pessoas pudessem um dia ter brigado por conta da diferença entre “homoousian” e “homoiousian”<sup>36</sup>. Chegará a época em que alguém dará gargalhadas ao pensar que homens tropejavam tanto contra a educação sectária quanto contra a educação secular; que homens de proeminência e posição denunciaram as escolas tanto por ensinarem um credo quanto por não ensinarem uma fé. As duas palavras gregas no comentário de Gibbon soam indistintas, mas seus sentidos são bastante diferentes. Por outro lado, fé e credo não são parônimos, mas significam exatamente a mesma coisa. Credo é a palavra latina para fé.

Ora, depois de ler um sem número de artigos jornalísticos sobre educação – e ter até escrito um bom número deles – e tendo ouvido praticamente desde que nasci discussões atordoantes e vagas sobre se a religião era ou não uma parte da educação, se a higiene era ou não essencial à educação, se o militarismo era ou não compatível com a verdadeira educação, eu naturalmente refleti muito sobre esse substantivo recorrente e envergonho-me de dizer que foi só relativamente tarde na vida que enxerguei o que há de mais importante em tudo isso.

É óbvio que o mais importante na educação é que ela não existe; não existe como existem a teologia ou a cavalaria. Teologia é uma palavra como “geologia”, cavalaria é uma palavra como “caldeiraria”. Essas ciências podem ou não ser salutares como passatempos, mas lidam com pedras e caldeiras, com objetos bem definidos. Mas educação não é uma

<sup>35</sup> CHESTERTON, Gilbert Keith. A verdade sobre a educação. In: \_\_\_\_\_. **O que há de errado com o mundo**. Tradução de Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra. Campinas: Ecclesiae, 2013a, p. 152-154.

<sup>36</sup> A referência aqui é a famosa controvérsia ariana, a disputa entre os defensores da tese de que Deus Filho é de substância similar (homoiousian) à do Pai e os defensores de que é consubstancial (homoousian) ao Pai. A última tese ficou estabelecida no Primeiro Concílio de Nicéia.

palavra como “geologia” ou “caldeira”. Educação é uma palavra como “transmissão” ou “herança”. Não é um objeto, mas um método. Deve significar a transmissão de certos fatos, pontos de vista ou as qualidades a cada criança que nasce. Podem ser os fatos mais triviais, os pontos de vista mais ilógicos ou as qualidades mais repulsivas, mas, se passados de geração em geração, são educação. A educação não é como a teologia, não é superior nem inferior a ela, não pertence à mesma categoria de termos. Teologia e educação estão uma para a outra como estão uma carta de amor e o correio central. O sr. Fagin era quase tão pedagógico quanto o dr. Strong<sup>37</sup>; na prática, talvez fosse até mais pedagógico. Educar é dar algo – talvez veneno. Educação é tradição, e tradição (como o nome implica) pode ser traição.

Essa primeira verdade é francamente banal, mas é tão frequentemente ignorada em nossas conversas sobre política, que se faz necessário esclarecê-la. Um garotinho, numa casinha, filho de um comerciantezinho, é ensinado a tomar seu café da manhã, a tomar seu remédio, a amar seu país, a fazer suas orações e a vestir suas roupas de domingo. Se Fagin encontrasse um garoto desses, ele obviamente o ensinaria a tomar gim, a mentir, a trair seu país, a blasfemar e a usar costeletas postiças. Mas, do mesmo modo, também o sr. Salt, o vegetariano<sup>38</sup>, suprimiria o café da manhã do garoto; a sra. Eddy<sup>39</sup> jogaria seu remédio fora; o conde Tolstói censurá-lo-ia por amar seu país; o sr. Blatchford mandá-lo-ia parar de rezar; e o sr. Edward Carpenter<sup>40</sup> condenaria as roupas de domingo e quiçá toda a roupa. Não defendo nenhum desses avançados pontos de vista – nem mesmo o de Fagin -, mas me pergunto o que foi feito, em meio a tantos pontos de vista, daquela sólida entidade a que chamavam educação. Embora muitos assim pensem, não é que o comerciante ensine educação mais cristianismo, o Sr. Salt, educação mais vegetarianismo e Fagin, educação mais crime. A verdade é que não há absolutamente nada em comum nesses professores, exceto o fato de que todos eles ensinam. Em suma, a única coisa que compartilham é aquela que eles declaram detestar: a ideia geral de autoridade. É estranho que as pessoas falem em separar o dogma da educação. O dogma é, na verdade, a única coisa que não pode ser separada da educação. Ele é educação. Um professor não dogmático é simplesmente um professor que não ensina.

---

<sup>37</sup> Sr. Fagin e dr. Strong são personagens de romances de Charles Dickens. O primeiro é um criminoso judeu que figura em *Oliver Twist*; o segundo é professor do protagonista de *David Copperfield*.

<sup>38</sup> Henry Stephens Salt (1851-1939), escritor e crítico literário inglês, conhecido por ser vegetariano e o primeiro defensor ferrenho dos direitos dos animais.

<sup>39</sup> Mary Baker Eddy (1821-1910), americana criadora da Ciência Cristã em 1866, defensora da tese de que todas as doenças têm uma causa psíquica e podem ser curadas sem auxílio da medicina, por um processo de “cura cristã”.

<sup>40</sup> Poeta e filósofo inglês (1844-1929), socialista, ativista gay e convicto defensor da liberdade sexual. Envolveu-se também na defesa de causas como os direitos dos animais, o vegetarianismo, o feminismo e o ambientalismo.

## ANEXO E

**A falácia do bengaleiro<sup>41</sup>**

Quando lorde Morley<sup>42</sup> disse que a Câmara dos Lordes deveria ser reformada ou destruída<sup>43</sup>, usou uma frase que gerou alguma confusão, pois parecia sugerir que reforma e destruição são coisas similares. Devo insistir no fato de que reformar e destruir são coisas opostas. Reforma-se uma coisa por gostar-se dela; destrói-se algo de que se não gosta. Reformar é fortalecer. Eu, por exemplo, não acredito na oligarquia e, portanto, não teria mais interesse em reformar a Câmara dos Lordes do que em consertar um instrumento de tortura para polegares. Por outro lado, creio firmemente na família e, portanto, eu reformaria a família como consertaria uma cadeira; e jamais negarei, por um momento sequer, que a família moderna é uma cadeira que necessita de reparo. Mas aqui entra o principal problema da maior parte dos avançados sociólogos modernos. Há duas instituições que sempre foram fundamentais para a humanidade: a família e o Estado. Penso que os anarquistas não aceitam nenhuma das duas. É completamente injusto afirmar que os socialistas acreditam no Estado, mas não na família; milhares deles acreditam mais na família do que qualquer tory. Mas é verdade que, enquanto os anarquistas acabariam com ambos, os socialistas estão particularmente engajados em reformar (isso é, fortalecer e renovar) o Estado; mas não estão particularmente engajados em fortalecer e renovar a família. Eles não estão fazendo nada para definir as funções de pai, mãe e filho enquanto tais; eles não estão apertando as engrenagens frouxas, não estão reforçando as linhas desbotadas do antigo desenho. Estão fazendo o seguinte com o Estado: estão amolando as engrenagens, reforçando suas já bem marcadas linhas dogmáticas, fortalecendo de todos os modos o governo e, em alguns casos, tornando-o mais duro do que fora. Enquanto deixam o lar em ruínas, restauram a colmeia, especialmente os ferrões. Em verdade, alguns projetos de reforma da Poor Law<sup>44</sup> promovidos recentemente

---

<sup>41</sup> CHESTERTON, Gilbert Keith. A falácia do bengaleiro. In: \_\_\_\_\_. **O que há de errado com o mundo**. Tradução de Luíza Monteiro de Castro Silva Dutra. Campinas: Ecclesiae, 2013a, p. 201-206.

<sup>42</sup> John Morley, 1º Visconde Morley de Blackburn (1838-1923), estadista liberal inglês, escritor e editor de jornal.

<sup>43</sup> A afirmação de lorde Morley contém, em língua inglesa, um jogo com os verbos *mend* (“reformar”) e *end* (“destruir”). O jogo não é feito sem razão, como fica claro a partir da frase seguinte.

<sup>44</sup> As *Poor Laws* foram um sistema de ajuda social aos pobres em Inglaterra e Gales que se desenvolveu a partir da Idade Média tardia e das leis Tudor, antes de ser codificado entre 1587 e 1598. O sistema das *Poor Laws* subsistiu até o surgimento do Estado de bem-estar moderno, depois da Segunda Guerra Mundial.

por ilustres socialistas equivalem a pouco mais do que colocar o maior número possível de pessoas sob o poder despótico do Sr. Bumble<sup>45</sup>. Aparentemente, o progresso significa sermos impelidos para a frente – mas pela polícia.

O que quero enunciar talvez possa ser colocado da seguinte maneira: que os socialistas e a maioria dos reformadores sociais de mesmo matiz têm viva consciência da linha que separa o tipo de coisas que pertencem ao Estado e o tipo de coisas que pertencem ao mero caos ou à natureza incoercível. Eles podem obrigar as crianças a ir à escola antes do nascer do sol, mas não poderão obrigar o sol a nascer. Eles não banirão o oceano, como Canute, mas apenas os banhistas. Mas, dentro dos limites do Estado, suas linhas são confusas e as entidades se fundem umas nas outras. Eles não têm nenhum senso firme e instintivo de que uma coisa é, por natureza, privada e outra, pública; de que uma coisa é necessariamente cativa e outra, pública. É por isso que, pouco a pouco e de modo totalmente silencioso, a liberdade pessoal está sendo roubada aos ingleses, assim como a terra particular tem-lhes sido roubada desde o século XVI.

Só posso expô-lo de maneira mui abreviada, com um sorriso desleixado. Um socialista é um homem que toma a bengala por guarda-chuva pelo simples fato de ambos ficarem na mesma bengaleira. Ora, ainda que fisicamente próximos, ambos são tão diferentes quanto um machado de batalha e uma descalçadeira. As propriedades essenciais de um guarda-chuva são largura e proteção. As propriedades essenciais de uma bengala são finura e, em parte, ataque. A bengala é a espada; o guarda-chuva, o escudo, mas um escudo contra um inimigo diferente e desconhecido: o hostil, mas anônimo, universo. Dizendo com mais propriedade, o guarda-chuva é um telhado, um tipo de casa dobrável. Mas a diferença vital é muito mais profunda do que isso. Ramifica-se em dois reinos da mente humana, com uma fenda entre eles. Pois a questão é que o guarda-chuva é um escudo contra um inimigo tão real, que o consideramos um mero estorvo, enquanto a bengala é uma espada contra inimigos tão completamente imaginários, que os consideramos um mero divertimento. A bengala não é simplesmente uma espada, mas uma espada de corte, destinada a pura gabolice cerimonial. Não há melhor maneira de explicá-lo do que dizendo que um homem sente-se mais homem com uma bengala nas mãos, assim como se sente mais homem com uma espada na cinta. Ora, para com um guarda-chuva ninguém jamais teve quaisquer sentimentos elevados. Ele é uma mera conveniência, como um capacho de porta. Um guarda-chuva é um mal necessário. Uma bengala é um bem completamente desnecessário. Creio que essa é a verdadeira explicação

---

<sup>45</sup> Provavelmente uma referência ao sr. Bumble, bedel responsável pela inspeção de orfanatos e asilos, da obra *Oliver Twist*, de Charles Dickens.

para a constante perda de guarda-chuvas, ao passo que não se ouve dizer de pessoas que perdem bengalas. Na verdade, uma bengala é um divertimento, um objeto de verdadeira propriedade pessoal. Sua falta é sentida, embora seja desnecessária. Quando minha mão direita esquece sua bengala, talvez esteja a esquecer sua destreza. Mas qualquer um pode esquecer um guarda-chuva, assim como qualquer um pode esquecer um abrigo sob o qual se protegeu da chuva. Qualquer um pode esquecer uma coisa necessária.

Se me permitirem prosseguir com esta figura de linguagem, direi, resumidamente, que todo o erro coletivista consiste em asseverar que, já que dois homens podem dividir um guarda-chuva, podem, portanto, dividir uma bengala. Guarda-chuvas possivelmente podem ser substituídos por algum tipo de tenda comum que proteja certas ruas de determinadas chuvas. Mas não há nada senão contra-senso na ideia de agitar uma bengala comunitária; é como se alguém falasse em torcer a ponta de um bigode comunitário. Dir-se-á que isso é uma clara fantasia e que nenhum sociólogo sugere tais idiotices. Perdoem-me, mas eles de fato o fazem. Farei uma comparação precisa com o caso da confusão entre bengalas e guarda-chuvas, uma comparação tirada de uma sugestão de reforma perpetuamente reiterada. Ao menos 60 cada 100 socialistas, ao falarem de lavanderias comunitárias, falarão também de cozinhas comunitárias. Isso é tão mecânico e tolo quanto o episódio fantasioso que mencionei. Bengalas e guarda-chuvas são bastões firmes que se encaixam em buracos num suporte. Cozinhas e lavanderias são amplas salas calorentas, úmidas e cheias de vapor. Mas a alma e a função de cada uma delas são completamente diferentes. Só há um modo de lavar uma camisa, ou melhor, só há um modo correto. Não há predileção e extravagância em relação a camisas esfarrapadas. Ninguém diz: “Tompkins gosta de cinco buracos em sua camiseta, mas devo dizer que prefiro os bons e velhos quatro buracos”. Ninguém diz: “essa lavadeira rasga a perna esquerda do meu pijama; ora, se há algo de que faço questão, é que a perna direita seja rasgada”. O ideal numa lavagem é simplesmente devolver algo lavado. Mas não é verdade de maneira alguma que a culinária ideal seja simplesmente devolver algo cozido. Cozinhar é uma arte, é algo que tem personalidade e até mesmo perversidade, pois arte é aquilo que deve ser pessoal e pode ser perverso.

Eu conheço um homem que não suporta linguças comuns, a menos que estejam quase carbonizadas. Ele quer suas linguças fritas a ponto de se esfarraparem, porém não insiste que suas camisas sejam fervidas a ponto de se esfarraparem. Não digo que tais pontos de delicadeza culinária sejam de alta importância. Não digo que o ideal comunitário deva dar lugar a eles. Quero apenas dizer que o ideal comunitário não tem consciência da existência deles e, portanto, está errado desde o princípio, ao misturar uma coisa totalmente

pública com outra extremamente particular. Talvez nós devamos aceitar cozinhas comunitárias durante a crise social, do mesmo modo que teríamos de aceitar uma comunitária ração de gato durante um cerco. Mas o socialista culto, mesmo fora da situação de cerco, fala de cozinhas comunitárias como se fossem o mesmo que lavanderias comunitárias. Isso mostra, em princípio, que ele não compreende a natureza humana. As duas são tão diferentes quanto três homens cantando num mesmo coro diferem de outros três homens trocando três melodias num mesmo piano.